

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

NATHALIA LIMA SILVEIRA

A DROGA E OS USOS DE DROGA PARA O SUJEITO NA PSICOSE

RIO DE JANEIRO

2019

NATHALIA LIMA SILVEIRA

A DROGA E OS USOS DE DROGA PARA O SUJEITO NA PSICOSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Anna Carolina Lo Bianco.

Rio de Janeiro

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587 Silveira, Nathalia Lima.
A droga e os usos de droga para o sujeito na psicose /
Nathalia Lima Silveira. Rio de Janeiro, 2019.
140f.

Orientadora: Anna Carolina Lo Bianco.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-
Graduação em Teoria Psicanalítica, 2019.

1. Psicanálise. 2. Psicose. 3. Drogas. 4. Toxicomania.
I. Lo Bianco, Anna Carolina. II. Universidade Federal do
Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 150.195

Elaborada por: Adriana Almeida Campos CRB-7/4081

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

NATHALIA LIMA SILVEIRA

Dissertação apresentada em ____/____/____

Orientadora Prof^a. Dr^a. Anna Carolina Lo Bianco

1^a Examinadora Prof^a. Dr^a. Fernanda Theophilo da Costa-Moura

2^a Examinadora Prof^a. Dr^a. Juliana de Miranda e Castro-Arantes

AGRADECIMENTOS

A Anna Carolina Lo Bianco por acolher minha aposta de trabalho, pela leitura atenta e pelas palavras precisas já desde a graduação.

A Fernanda Costa-Moura, que em 2011 ao lançar um artigo escreveu em dedicatória “Para Nathalia, que a psicanálise insista”. Agradeço pelos comentários cuidadosos na qualificação e pelo aceite de estar nessa banca.

A Juliana Castro por aceitar o convite de compor nossa banca com tamanha disponibilidade, delicadeza e cuidado em tão pouco tempo hábil.

Ao CNPq pelo financiamento, sem o qual essa pesquisa não seria possível.

A Paula Borsoi pela escuta e sustentação de que esse trabalho fosse um trabalho.

A Camila Monteiro, Thatiana Caputo, Elisa Mello, Aline Gomes, a Bolha por me permitir estar longe e perto, por acolherem minhas ausências, na certeza de que sem o contorno que me deram não seria possível. Aos queridos de muito tempo, em especial Juliana Faria que dividiu comigo casa e processo de seleção de mestrado, e aos queridos de pouco tempo, companheiros de teoria psicanalítica, Asterius e angústias. À querida Camila Kushnir pela leitura e cuidado com esse texto.

Aos meus pais, Jorge Silveira e Marta Silveira, pela vida, pelas palavras, pela casa cheia de livros, pelas manhãs de domingo, pelos afetos. A Rennee e Luísa pela delicadeza, força e tempo.

Ao Paulo Monnerat pela “bruma leve das paixões que vem dentro” e pelos “intervalos”, ritmo da minha vida.

A Ana Cláudia, Ana Antunes e Edson Novaes *in memoriam* e a todos os pacientes que tive a oportunidade de conhecer percorrendo suas pequenas estradas.

Aos profissionais da rede de saúde mental que sustentam a aposta na palavra e na alteridade. Impossível citar todos, mas, nominalmente, a Paula Cerqueira, Alessandro Peçanha, Cristiane Mazza, Daniel Elia e Marcella Brígida por apostar no sujeito, escutar o “louco”, “usuário”, “favelado”, em crise, e pela transmissão. Agradeço também ao CAPSAdIII Miriam Makeba, lugar de formação fundamental. Ao CAPSAdIII Raul Seixas pelas discussões clínicas, assim como pela acolhida da equipe, em especial a Juliana Caramore e José Leonardo. A Unidade de Acolhimento Metamorfose Ambulante onde caíram as velhas opiniões formadas sobre tudo, equipe de investimento inigualável. Ao Rodrigo Carancho com quem pude dividir invenções, pela firmeza que ajudou a imprimir na leveza. Aos articuladores Thamiris Gonçalves, Márcio Tavela, Olinda Nascimento, Andressa Ferreira, Carla Sousa por mostrarem que “*Quem traz no corpo a marca, [...]. Mistura a dor e a alegria [...]. Mas é preciso ter força [...]. É preciso ter graça [...]. É preciso ter sonho sempre. Quem traz na pele essa marca, possui a estranha mania de ter fé na vida*”¹.

¹ Trecho da canção “Maria, Maria” de Fernando Brant e Milton Nascimento (1978).

RESUMO

SILVEIRA, Nathalia Lima. A droga e os usos de droga para o sujeito na psicose. Rio de Janeiro, 2019. 140f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A presente dissertação tem como objetivo articular as relações entre o campo das psicoses e os usos de droga. Tal campo de investigação surge a partir de nosso percurso por dispositivos da “Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011). A partir da clínica e da teoria, nossa questão de trabalho é que há particularidades no uso que o sujeito na psicose faz da droga, as quais procuraremos nos dirigir ao longo desse trabalho. Mapear os usos da droga pelo sujeito na psicose pode auxiliar o trabalho das instituições envolvidas nessa clínica. Inicialmente, apontamos que o uso de drogas não constitui uma estrutura, mas um fenômeno clínico. Assim sendo, fomos buscar em Freud elaborações acerca das psicoses. Verificamos a necessidade do estudo sobre a constituição do sujeito e a operação da forclusão nas psicoses, e para realizá-lo recorreremos ao ensino de Lacan. Avançamos sobre a problemática das drogas lendo o uso das mesmas como um paliativo diante dos efeitos da constituição psicótica. Através de fragmentos clínicos, notamos como o uso, ao contrário do que se pensa na vida ordinária, não está relacionado univocamente ao enlouquecimento. Constatamos que o sujeito da psicose pode usar da droga ao fazer compensações imaginárias, assim como esse uso participa de construções delirantes, além de operar tratando os efeitos da forclusão do Nome-do-Pai. Destacamos a dimensão do significante que implica que o uso da mesma droga apresenta particularidades a depender do sujeito, indo para além da própria ingestão da substância. Desse modo, um dos eixos que atravessou esse trabalho foi a necessidade de supor o sujeito, apostando na palavra do psicótico. Concluimos que não é possível pensar um uso, já que a droga enquanto fenômeno de linguagem implica escutar o que aquele sujeito diz da droga.

Palavras-chave: Psicanálise; Psicose; Drogas; Toxicomania; Sujeito; CAPSAd.

RÉSUMÉ

SILVEIRA, Nathalia Lima. La drogue et les usages de drogue pour le sujet dans la psychose. Rio de Janeiro, 2019.140f. Dissertation. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cette dissertation vise à articuler la relation entre le domaine des psychoses et les usages de drogue. Ce domaine de recherche développé à partir de notre parcours dans les dispositifs du "réseau d'attention psychosociale pour les personnes atteintes de troubles résultant de la consommation et de la dépendance de substances psychoactives" (MINISTÈRE DE LA SANTÉ, 2011). À partir de la clinique et de la théorie, notre question de travail est qu'il y a des particularités dans l'usage que le sujet dans la psychose fait de la drogue, que nous essaierons d'aborder au cours de ce travail. La cartographie des usages de la drogue par le sujet dans la psychose peut auxiliaire le travail des institutions impliquées dans cette clinique. Au début, nous soulignons que l'usage de drogue ne constitue pas une structure, mais un phénomène clinique. Ainsi, nous avons cherché dans des élaborations de Freud concernant les psychoses. Nous avons vérifié la nécessité d'étudier la constitution du sujet et l'opération de la forclusion dans les psychoses, et pour le réaliser, nous avons eu recours à l'enseignement de Lacan. Nous avançons sur le problème des drogues en lisant leur usage comme un palliatif face aux effets de la constitution psychotique. À travers des fragments cliniques, nous remarquons que l'usage, contrairement à ce que l'on pense de la vie ordinaire, n'est pas lié de manière univoque à la folie. Nous constatons que le sujet de la psychose peut utiliser la drogue en faisant des compensations imaginaires, aussi bien cet usage participe à des constructions délirantes, en plus d'opérer en traitant les effets du Nom-du-Père interdit. Nous soulignons la dimension du signifiant qui implique que l'usage de la même drogue présente des particularités dépendant du sujet, allant au-delà de la propre ingestion de la substance. De cette façon, un des axes qui a traversé ce travail était la nécessité de supposer le sujet, pariant sur la parole du psychotique. Nous concluons que n'est pas possible de penser à un usage, car la drogue en tant que phénomène de langage implique d'écouter ce que le sujet dit de la drogue.

Mots-clés: Psychanalyse; Psychose; Drogues; Toxicomanie; Sujet; CAPSAd.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - FREUD E AS PSICOSES: UMA LEITURA A PARTIR DA VERWERFUNG LACANIANA	22
1.1 Comentários sobre as neuropsicoses freudianas: um método especial de defesa	22
1.2 O encontro de Freud com o texto do Dr. Daniel Paul Schreber: do manejo da leitura ao manejo do clínico	26
1.3 Entre tentativas de fuga do mundo externo e tentativas de cura: um passo em direção ao poder terapêutico	36
CAPÍTULO 2 - SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA PSICOSE	41
2.1 “A volta do que não foi”: sobre a operação da <i>Bejahung</i> e da <i>Verwerfung</i>	41
2.2 Um curto-circuito	46
2.3 O significante especial, a estrada principal e os pequenos caminhos	56
2.4 Sobre a constituição do sujeito e a forclusão do Nome-do-Pai	61
CAPÍTULO 3 - DA CONSTITUIÇÃO DE UMA SUBJETIVAÇÃO A TODO TRATAMENTO POSSÍVEL DA PSICOSE	70
3.1 Sobre excêntricos remanejamentos e a solução elegante do delírio: uma clínica preliminar	70
3.2 O advento do sujeito marcado pelo significante: “Bate-se em uma criança”	78
3.3 O sujeito da psicose e o grafo do desejo na clínica das psicoses	85
CAPÍTULO 4 - A PARTICULARIDADE DOS USOS DE DROGAS NAS PSICOSES	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge a partir de meu percurso enquanto residente¹ e psicóloga da rede municipal de saúde mental do Rio de Janeiro, em serviços como Unidade de Acolhimento Adulto Metamorfose Ambulante, CAPS Ad² III Miriam Makeba, Emergência Psiquiátrica Policlínica Rodolpho Rocco, sendo principalmente a partir da trajetória por dispositivos da “Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011)³.

Nesses serviços, chamados “Ad”, nos surpreendeu encontrar um grande número de psicóticos que faziam uso diário de alguma droga lícita ou ilícita, ou para os quais a droga ocupava um lugar fundamental em sua existência. Cabe destacar que não estamos abordando um uso acidental ou eventual, mas casos de enorme complexidade em que a questão do uso de drogas e das psicoses aparece de modo importante, casos cuja complexidade não se limita à especialidade dos chamados Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPSAd) e que desafiam a clínica diariamente. Lembramos com Freud (1912/2010) que “um dos méritos que a psicanálise reivindica para si é o fato de nela coincidirem pesquisa e tratamento” (p.153). Assim, diante dessa trajetória e da impossibilidade de dissociar clínica e teoria, se fez necessário pesquisar as especificidades e implicações do uso de drogas por psicóticos.

A interseção desses temas é uma problemática, inclusive em relação ao local de tratamento, tanto na fala de pacientes, quanto de técnicos que pudemos escutar. Casos como o de João, jovem psicótico que faz uso de maconha e cocaína em tratamento no CAPSAd, e de quem outros pacientes dizem: “ele não fala lé com cré, não é para ele estar aqui, é para internar”, “aqui não é o lugar dele”, “ele é Caps de maluco”. Ao participar de discussões de caso, notamos que muitas vezes as equipes dos CAPS supõem que o CAPSAd detém um manejo técnico especial para lidar com aqueles que fazem uso de drogas⁴. O encontro com essa questão do local de tratamento, a crença presente em algumas falas de que o CAPSAd detém uma técnica própria, ou de que a

¹ Residência Multiprofissional em Saúde Mental (IPUB/UFRJ).

² Cf. Serviço de atenção psicossocial para atendimento de pacientes com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas. Cf. Portaria do Ministério da Saúde nº.336 de 19 de fevereiro de 2002.

³ Cf. Portaria do Ministério da Saúde nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011.

⁴ O CAPSAd é previsto em portaria ministerial (nº. 336) para municípios com população acima de setenta mil habitantes.

droga exige um conjunto de técnicas específicas para seu tratamento, acentua a relevância do debate sobre o uso de drogas nas psicoses.

Para além da interrogação sobre o dispositivo para tratar dos psicóticos e “Ads”, nos surpreendemos ao encontrar diferentes perspectivas sobre a droga em sua associação com a psicose. Nos serviços escutamos, por vezes, a droga ser descrita como tentativa de tratar, “remediar” o sofrimento que acompanha a psicose. Em outros momentos, observamos ela ser apontada por alguns técnicos como o estopim de uma crise psicótica, ou ainda como uma forma de “socialização”.

Da clínica, recolhemos falas diversas, como o paciente psicótico que se diz “a dependência química” ou aquele que afirma ser “da era Woodstock”, relacionando a maconha a sua identidade “hipponga”. Escutamos também a droga ser apontada como o que “faz a voz parar” ou ainda como uma conexão com Deus em uma construção delirante. Também nos encontramos com fenômenos impressionantes como pacientes que fazendo uso importante, interrompiam o mesmo e não apresentavam graves crises de abstinência, ou aqueles que parecem usar a droga para além de sua ingestão. Do encontro com essas falas diversas, começou a despontar a questão: pode-se falar “a droga” ou nos vemos aqui frente à necessidade de dizer dos “usos de drogas” que faz um sujeito? Aquele que usa a planta sagrada que o liga a Deus apresenta o mesmo uso daquele que usa para fazer a voz parar?

Inicialmente, são necessárias algumas pontuações balizadoras. Antes de tudo, precisamos apontar os impasses que esses casos trazem às equipes. Muitas vezes o que se destaca no tratamento é apenas a dimensão da droga: o quanto e o que é utilizado. Assim, um dos desafios dessa clínica é a tendência a focar na substância, o que pode gerar dificuldades no que tange à construção do caso, a partir da formulação de uma hipótese diagnóstica. Além disso, tal perspectiva pode gerar dúvidas, como dito, sobre o local de tratamento, já que é possível que ele seja acompanhado tanto por um dispositivo especializado em relação ao uso de drogas (CAPSAd) como por um local que se ocupe de sua questão psíquica (CAPS).

Lacan (1955-1956/1988) afirma que “o ponto de partida da ciência moderna é não se fiar nos fenômenos e procurar atrás algo de mais subsistente que o explique” (p.166). Daí sua diferença fundamental para com o ponto de vista fenomenológico que verá no fenômeno o que existe de realidade em si, confiando *a priori* nos fenômenos. Pois,

o ensinamento freudiano, nisto inteiramente conforme ao que se produz no resto do domínio científico — por mais diferente que devêssemos concebê-lo do mito que é o nosso —, faz intervir móbeis que estão além da experiência imediata e não podem de forma alguma ser apreendidos de maneira sensível. Aí como na física, não é a cor que retemos, [...] é algo que está atrás, e que a condiciona (LACAN, 1955-1956/1988, p.17).

É necessário, então, analisar o que se apresenta na clínica pela lente da estrutura, “a estrutura aparece no que se pode chamar, no sentido próprio, o fenômeno” (p.166). Trata-se, portanto, de ler a constituição daquele sujeito na linguagem e é ela que irá orientar a direção do tratamento. Por conseguinte, nessa leitura da estrutura a questão do uso que o sujeito faz das drogas será um ponto valioso.

Lacan afirma também que “a noção de estrutura e de significante aparecem inseparáveis” (p.210). O desenvolvimento do ser humano não é diretamente dedutível da construção, da composição de significações; ele implica a ordem dos significantes. É justamente no campo dos significantes que Lacan poderá articular o tratamento possível das psicoses, como veremos. Nesse ponto, já se esboça que tal perspectiva vai de encontro à formação atual das áreas “psis”, comportamentalistas e biologizantes, que reduz a palavra do psicótico a signos, a itens, determinados pela genética, pela biologia (SCIARA, 2011).

Posto isso, é importante dizer que o uso de drogas não pode ser referido como uma estrutura subjetiva específica (MALEVAL, 2001; MELMAN, 1992). Nessa perspectiva, ao invés de se deter na questão da droga; torna-se fundamental investigar a estrutura. Em nosso trabalho, por conseguinte, optamos por uma dedicação maior sobre a estrutura da psicose (do que sobre o tema das drogas). O que implica como ponto de partida a ideia de que o uso feito por psicóticos e neuróticos não pode ser pensado da mesma forma. Logo, não abordaremos à droga na neurose ou à droga no contemporâneo, tampouco faremos um inventariado sobre a temática das drogas na psicanálise. Cabe dizer que tal fato de modo algum desqualifica a oportunidade de nos aproximarmos da especificidade da problemática dos usos no âmbito da clínica das psicoses.

Como mencionado, a partir de nossa inserção no cotidiano dos serviços “Ads”, nos deparamos com a notória presença de psicóticos. Esse fato é corroborado por diversos autores como Naparstek (2003), Scofield (2017) Oldenhove (2011), Jungman (2011). Também no Brasil, como Lisita e Rosa (2011) e Martins (2009), entre outros. As autoras brasileiras assinalam como, nessas relações, o uso de drogas pode funcionar de muitas maneiras: como uma tentativa de enlace com o Outro, como regulação do

gozo, como suplência ou como desencadeamento de um surto. Naparstek (2003) constata inclusive um aumento desses casos, além de confirmar uma alta frequência em diferentes lugares do mundo. Jungman (2011) afirma que nos últimos dez anos o abuso de drogas por psicóticos é de quatro a cinco vezes maior do que na população em geral, enquanto o número de psicóticos permanece estável. Benetti (1998, citado por MARTINS, 2009) chega inclusive a formular a hipótese de que o uso de drogas seria a “solução psicótica contemporânea” (p.219). Vale dizer, que não tomaremos todos os autores supracitados como pilares de nossa pesquisa. Nem adotaremos a perspectiva de uma epidemia de uso de drogas por psicóticos. Todavia, essas indicações nos permitem corroborar a complexidade e relevância de nosso problema de pesquisa, sustentando a ligação entre teoria e prática.

Dissertar sobre essa temática implica tecer considerações sobre os próprios termos envolvidos: droga e psicose. Em relação a este último, buscaremos privilegiar a flexão no plural [psicoses], utilizando o singular mais pontualmente, em oposição à neurose. Acreditamos seguir, aqui, uma indicação de Lacan (1955-1956/1988) em seu *Seminário livro 3: As estruturas freudianas das psicoses*. Tal posicionamento teórico sustenta a pluralidade desse campo em suas diversas formas de ser habitado pela linguagem.

É importante destacar que estamos empregando usos de droga e não toxicomania. Lacan (1966/2001) ao dissertar sobre o lugar da psicanálise na medicina, nos fala de “uso ordenado” dos “diversos produtos que vão desde os tranquilizantes até os alucinógenos” (p.11). Sobre a toxicomania o próprio Lacan dirá que tal nomenclatura retoma uma abordagem policial da questão. Citamos:

Materializemos estes efeitos [da ciência] sob a forma dos diversos produtos que vão desde os tranquilizantes até os alucinógenos. Isto complica singularmente o problema do que até aqui foi qualificado, *de maneira puramente policial, de toxicomania* [grifo nosso] (LACAN, 1966/2001, p.11).

Donde concluímos que a adoção do termo “uso” é mais precisa, mesmo que esse uso não seja tão ordenado assim. Mas de fato, em muitos casos, há uma especificidade em questão e não uma mania de tóxicos. Além disso, o termo “uso” se coaduna com a visão freudiana da droga enquanto um veículo que presta serviços aos povos. Tal visão, como abordaremos na parte final desta dissertação, será um eixo de trabalho importante. Ademais, conforme aponta Martins e Bastos (2011), a nomenclatura toxicomania pode

acentuar o objeto, ao invés de sublinhar como cada psicótico adere de forma singular a um tipo de droga. Laurent (1988) prefere em relação às psicoses recorrer às monomanias de Esquirol, enfatizando a dimensão que uma droga específica pode ocupar em certas construções delirantes. Portanto concluímos que, apesar de haver um amplo debate sobre as toxicomanias, para nosso estudo tal termo não se mostra tão interessante.

É preciso indicar que a temática da droga atravessa lateralmente a obra freudiana, assim como no ensino lacaniano. O que condiz justamente com o fato de ser um fenômeno clínico e não uma quarta estrutura (neurose, psicose e perversão). No caso do ensino lacaniano, uma das menções mais citadas, e talvez mais esclarecedora, seja a concepção de que a droga permite romper o casamento com o ‘faz-xixi’⁵ (LACAN, 1975). De fato, ele chega a dizer que não há outra definição possível da droga. Nessa formulação, é articulado o rompimento que o neurótico faz com o gozo fálico através da droga. Como veremos, falar de rompimento não é equivalente a abordar a forclusão. Um equívoco possível, aqui, seria tomar todos aqueles que usam drogas, em razão do rompimento com o gozo fálico, como psicóticos. Nas psicoses, como estudaremos, não é de uma infidelidade a esse gozo que se trata. Portanto, a famosa tese do ‘faz-xixi’ não se aplica ao campo dos usos de drogas nas psicoses.

Essa questão da ruptura nos leva a outra primordial, a saber, a própria terminologia “droga”. De acordo com Santiago (2017), toda abordagem psicanalítica dessa questão se depara com um impasse: a determinação da noção da droga pelo discurso da ciência. A droga “tornou-se um tóxico” com a ciência (p.24). Nesse caso, toda definição passa a ser determinada “pelas propriedades tóxicas” (p.26), pela necessidade de identificar a natureza tóxica de seus componentes. Apesar do próprio Freud (1930/1974) empregar o termo intoxicação, é necessário estarmos advertidos de que dizer da droga não se reduz a enumerar os efeitos de uma substância tóxica. A droga, assim como a própria realidade humana, só pode ser articulada enquanto mediada pela linguagem.

Freud (1924b/2007) nos afirma que tanto na neurose como na psicose trata-se de um “fantástico mundo externo” (p.130), e que neste último caso quer ser impor, enquanto no primeiro se sustenta sobre parte da realidade, chamada de “simbólico”, chegando a escrever que em ambos trata-se da “substituição da realidade” (p.130).

⁵ Em francês, “*il n’y a aucune autre définition de la drogue que celle-ci : c’est ce qui permet de rompre le mariage avec le petit-pipi.*” (p.6).

Assim, não se trata de um mundo externo. Trata-se sempre da construção de uma “nova realidade” (FREUD, 1924b/2007, p.130). Lacan (1955-1956/1988) acrescenta que as significações mais próximas da necessidade “relativas a inserção mais animal no meio enquanto nutritivo e enquanto cativante, as significações primordiais, estão submetidas, em sua sequência e em sua própria instauração, às leis que são aquelas do significante” (p.225).

É esse ponto inclusive que nos permite responder a uma interrogação fundamental: o que legitima nossa intervenção enquanto analistas na questão das drogas? O fato de se trabalhar em um serviço “Ad” por si só não nos autoriza a abordá-la, já que há múltiplas perspectivas sobre a mesma. Tampouco basta “ser psicanalista em função em uma instituição [...] para que, só por isso, a psicanálise esteja legitimamente concernida” (MELMAN, 1992, p.67). Esse autor afirma ainda que se poderá pensar aquele que faz uso da droga como “efeito de uma certa dialética, quer dizer, do que se organizou a partir da relação com a linguagem” (p.67). Desse modo, podemos afirmar que é justamente porque o uso de drogas está ligado ao que é a relação do sujeito com a linguagem que temos condições de abordar tal questão. Ora, se fosse o caso de se tratar apenas de “fenômenos cérebro-neuro-endócrino... neuro-químicos” (p.68), o psicanalista não teria nada a dizer sobre isso.

Assim, as formas assumidas pelas drogas, ou melhor, seus lugares de inscrição na linguagem variam conforme os significantes e ideais dominantes se transformam. Tanto é que há 87 anos nos EUA o álcool tinha o status de droga ilícita, vigorando a Lei Seca (ALVES, 2009). A visão atual da droga como tóxico tem consequências importantes sobre a abordagem dessa questão. Santiago (2017), citando Lacan (1974), aponta que essa intrusão da ciência no domínio das substâncias da natureza tem como efeito a suposição do funcionamento de uma “moral na natureza” (p.24). Por conseguinte, outro desafio que se coloca nessa temática é a criminalização, sendo “a droga, atualmente, vítima de anátema” (p.24). Dessa forma, a droga enquanto tóxico, perante a ideia moral da natureza, só pode ser abordada “de forma puramente policial” (LACAN, 1966/2001).

Nesse mesmo trabalho, Lacan questiona qual seria a posição do médico para definir o que teria esse uso de “repreensível” se um dia estivermos diante de um produto que “nos permita recolher informações sobre o mundo exterior” (p.11). Esse postulado da toxicidade como natural e a ser repreendida revela-se assim determinado por uma etapa da própria história da ciência (SANTIAGO, 2017). Acreditamos que são os efeitos

dessa “formalização das qualidades tóxicas das substâncias da natureza” (SANTIAGO, 2017, p.25) que escutamos dos pacientes em falas como “a droga mudou meu organismo”, “ela age no cérebro, você fica dependente”, “tenho uma doença incurável”.

A ambição da toxicologia é explicar a satisfação extraída da droga, a partir de critérios necessários e invariáveis, não reconhecendo que há particularidades no uso de cada um. Nessa busca, almeja-se estabelecer uma espécie de catálogo, cujo conteúdo esclareceria “as propriedades subjetivas intrínsecas às substâncias narcóticas” (SANTIAGO, 2017, p.36). Talvez possamos atribuir a essa concepção — que apaga a particularidade — a produção de efeitos como o emprego do termo “zumbi” em relação a todo aquele que usa crack como, por exemplo, na manchete⁶: “Como zumbis, viciados em crack tomam as ruas”. Diante de tal quadro, o saber analítico sobre a droga irá recolher aquilo que a ciência deixa intocado: a função e o campo da linguagem. Não há, pois, droga fora de um contexto discursivo no qual ela se enuncia, “a droga” não existe. “Não é possível falar de uma relação imediata com uma realidade objetiva e exterior, quando o que está em questão, nessa relação, é o sujeito do inconsciente” (SANTIAGO, 2017, p.33). Afinal, como já dizia Freud, em 1897 (1969), “no inconsciente, não há indicação de realidade” (p.351).

Diante dessa intoxicação inexorável resta apenas a morte ou a cadeia, o que aparece em falas de pacientes como: “para aquele que usa drogas, duas soluções: cadeia ou chão [se referindo à morte]”, ou ainda, “isso é do vício, viciado só sabe roubar. Tem que matar”. Dessa maneira, em consonância com essa relação da ciência com a droga, multiplicam-se no “espaço jurídico [...] um arsenal de disposições legislativas sobre a nocividade e [...] o abuso da droga” (SANTIAGO, 2017, p.25), o que pode ser observado, por exemplo, na tentativa de dismantelar cenas de uso através da medida judicial de internação compulsória, conforme ocorreu, em larga escala, em São Paulo no ano de 2017.

Indicamos, também, o surgimento do que anteriormente se chamava de leprosários e manicômios, agora denominados Comunidades Terapêuticas, onde impera a lógica do enclausuramento. De acordo com Merhy (2012), a maior parte das apostas atuais de novos gastos parece apontar para a legitimação das Comunidades Terapêuticas, verdadeiros aparatos de concretização dos novos caminhos manicomial;

⁶ SOUZA, F. Como zumbis, viciados em crack tomam as ruas. *Jornal o Dia*, Rio de Janeiro, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/como-zumbis-viciados-em-crack-tomam-as-ruas-1.509383>> Acesso em: 07 jul. 2016.

aparatos esses regidos pela concepção da droga como uma realidade em si, como se existisse na natureza *a priori*. O que “omite que nem todo tóxico é uma droga e que esta última não pode ser reduzida a uma substância tóxica” (SANTIAGO, 2017, p.26).

A partir disso, é preciso atentar-se para o fato de “que os médicos sejam médicos e os juristas, juristas” (CZEMARK, 2016, p.185). Ainda segundo esse autor, quando tais relações se invertem, consequências nefastas como a eugenia aparecem, além do que “sabemos bem que a terapêutica não é a cura e que ela não pode se sobrepor aos critérios da ordem e da paz pública” (p.185). Lacan (1955-1956/1988) circunscreve que é “precisamente de uma renúncia a qualquer tomada de posição no plano do discurso comum [...] quanto à essência dos costumes e ao estatuto do indivíduo em nossa sociedade, é precisamente de evitação desse plano que a análise partiu” (LACAN, 1955-1956/1988, p.156). Em vista disso, se trata, a cada vez, da tarefa de renunciar ao campo dos bons costumes, da ordem ou da paz pública.

Além disso, em face da ambição de uma fórmula da satisfação do tóxico, é preciso lembrar a advertência lacaniana: “trata-se a cada vez, para ele [Freud], da apreensão de um caso singular” (LACAN, 1953-1954/1986, p.31). Por conseguinte, nossa clínica se constitui a cada vez, a cada sujeito⁷. O próprio uso de drogas em Freud (1930/1974), a partir da concepção de método diante do mal-estar na civilização, pode ser apontado como uma dimensão ética em que se coloca a questão do sujeito. Como dissemos, o horizonte que guia nossa pesquisa, assim, é que não há um uso, mas usos que os psicóticos fazem da droga. Talvez, o que os mesmos nos ensinam a cada dia é, justamente, a impossibilidade de criar um catálogo de causas e efeitos do uso de tóxicos.

Nossa pesquisa surge, também, pelo encontro nos dispositivos da rede “Ad” com uma aposta radical no sujeito. Por que era tão difícil, por exemplo, sustentar a palavra daquele paciente no prontuário ao invés de escrever o quanto ele usou? Como emprestar os ouvidos para aquele que está à margem do marginal, o louco, o drogado, que faz retornar ao clínico nossa própria condição humana de alienação? Esta clínica parece revelar, assim, a necessidade de sustentar a posição ética de continuar apostando que há um sujeito que tem algo a dizer naquele “cracudo” que corre por entre os carros na Av.

⁷ Na concepção lacaniana (1957-1958/1998), o sujeito não é o *self*, ou o “sujeito da relação com o mundo, da relação sujeito-objeto que é a do conhecimento” (p.489). Não se trata de um si mesmo, mas, como veremos adiante, do sujeito que pode advir “no momento da emergência do indivíduo humano nas condições da fala, e como marcado, portanto, pelo Outro, por sua vez condicionado e marcado pelas condições da fala” (p.489).

Brasil. Creemos que se trata de uma tomada de posição de que poderá responder um sujeito, em sua subjetivação, que da droga faz um uso singular. Desse modo, se é de uma aposta no sujeito que se trata nas psicoses, aqui nos parece que dobramos a aposta.

Interessa-nos, nesse ponto, tecer breves considerações sobre o método envolvido nessa pesquisa. Para tal, como indicam Lo Bianco e Costa-Moura (2013), nos apoiaremos em Freud (1915b/2004) que sobre o conceito científico, afirma: trata-se de aplicar ao material experiencial um conjunto de ideias “determinadas pelas relações significativas que mantêm com o material empírico” (p.145). Para ele, esse conjunto de ideias não é rígido e poderá ser modificado, “como ilustra o exemplo [...] da física, mesmo os ‘conceitos básicos’ que já foram fixados em definições [...] sofrem uma constante modificação” (1915b/2004, p.145). Freud (1894/1969) entende ao formular uma hipótese que a mesma “é provisoriamente justificada por sua utilidade na coordenação e explicação de uma grande variedade de estados psíquicos” (p.73), o que aponta uma tomada de posição teórica em relação ao material da clínica.

Lacan (1962-1963/2005), por sua vez, destaca tal ponto, a partir de uma citação freudiana (1933 [1932] /1996): “com isso quero dizer que se trata de *einzufuhren*, de trazer à luz as representações (*Vorstellungen*) abstratas corretas” (p.97). Essas representações serão aplicadas à “matéria bruta da observação, o que permitirá fazer com que delas saiam [...] a ordem e a transparência” (p.97). Disto é possível concluir que não estamos puramente no domínio da especulação. Uma hipótese será formulada sobre o material experiencial produzindo uma ordem e se sustentará, ou não, a partir da clínica. Lacan (1954/1998) postula que Freud “preferiria renunciar ao equilíbrio inteiro de sua teoria do que desconhecer as mais ínfimas particularidades de um caso que a contestasse” (p.387).

Podemos concluir que do particular podem-se destacar linhas gerais, mas “uma análise só progride do particular para o particular” (p.387)⁸. Por um lado, precisaremos reconhecer a particularidade do uso de droga de um psicótico. Por outro, observaremos traços do material dessa clínica, dos psicóticos que fazem usos de drogas, que nos permitirão construir uma hipótese sobre tal relação.

⁸ Aqui o termo “particular” não significa uma prática privada, no sentido individual, mas do caso a caso, diferente do modo como empregado em *Política, Psicanálise & Saúde Mental: o Caso Niterói* :“É inteiramente falso que a psicanálise seja uma prática voltada para os indivíduos, estes entendidos como a instância ‘privada’, particular, que se diferencia da ‘pública’ ou ‘coletiva’, do laço social” (FERNANDES, p.9). Assim, não se trata de uma prática particular, privada, individual, em relação ao público.

Vale dizer que o ensino de Freud e de Lacan não segue um princípio progressista em busca da elucidação total. No “horizonte de qualquer avanço teórico-clínico em psicanálise há um saber que não sabe a si mesmo em jogo, à espera do ato que o afirmará como um novo conceito” (LO BIANCO; COSTA-MOURA, 2013, p.249). Esses novos conceitos não necessariamente invalidam os antigos, conforme seria em uma orientação que visa o ponto onde tudo estará dito. Como veremos em seguida, trata-se em Freud “da decisão de fazer valer uma afirmação pelo que ela permite de reflexão sobre o que se passa com o sujeito e mais ainda por seus efeitos na direção a ser dada num tratamento” (p.251).

Lo Bianco e Costa-Moura (2013) consideram que na teorização de Freud e Lacan realiza-se um ato teórico, aproximando tal conceito ao de ato analítico. Esse ato é marcado por uma tomada de decisão, uma aposta feita pelo sujeito que daí advirá e que não sabe previamente quais consequências estarão envolvidas, nem possui garantias em um saber anterior ao que virá. Nas palavras das autoras “ambos — *ato teórico* e *ato analítico* — emergem da posição ética de um sujeito que, por arriscar assumir em relação aos mesmos a posição de suporte [...] advém *só depois* como sujeito (implicado) nesse ato” (LO BIANCO; COSTA-MOURA, 2013, p.252).

Essa aposta realiza-se — entendendo que não é possível saber tudo — como mostra a experiência dos efeitos do inconsciente, o que permite às autoras apontarem “o conflito entre a expectativa de um texto que fale a verdade sobre o verdadeiro e a presença de um outro texto que indica que à verdade falta saber” (p.253). Ao se submeter a essa verdade, “Freud, Lacan e alguns outros puderam tomar decisões conceituais que fundaram o campo e a práxis da psicanálise (p.253)”. A pesquisa em psicanálise, a partir do exposto, não se alinharia a um campo que procura “apreender o objeto para, a partir daí, assentar a autoridade que melhor possa discorrer sobre ele” (p.253), mas pode ser pautada pelo “que é indicado pela escuta do que é significante na fala dos pacientes” (p.251).

A partir dessas afirmações, faz-se necessária a tentativa de encaminhar consequências metodológicas para a pesquisa. Não visaremos, assim, apreender o objeto para melhor discorrer sobre ele, ou falar a verdade sobre o verdadeiro, ou ainda, lançar novos conceitos que invalidam os anteriores. Por conseguinte, nosso objetivo na presente pesquisa não é investigar ponto a ponto todas as articulações realizadas sobre o tema, a fim de validar uma hipótese, mas retomar a obra freudiana e o ensino de Lacan visando estruturar questões e encaminhar direções clínicas. Posto isso, vale dizer que tal

retomada como o percurso de uma análise será feita por aproximações, por idas e vindas aos fragmentos clínicos que permitirão sustentar a questão.

Foucault (1969/2009), em *O que é um Autor?*, nos auxilia a pensar essa forma de pesquisa. Considera que Freud não é apenas o autor de sua obra, mas o fundador de uma possibilidade infinita de discursos, sendo um ‘fundador de discursividade’. Sendo a validade teórica de uma proposição dada em relação à obra desses fundadores. Em vista disso, coloca-se “como uma necessidade inevitável em tais discursividades, a exigência de um ‘retorno a origem’.” (p.283), de modo que esse retorno ao texto freudiano apresenta efeitos sobre a própria psicanálise. Ainda conforme Foucault, tal procedimento difere de um retorno a Galileu que pode alterar a história da mecânica, mas não a própria mecânica. Esse retorno (à origem) é uma espécie de bandeira tomada por Lacan, como ele mesmo diz enquanto ouvinte dessa conferência.

A partir disso, retomamos alguns textos da obra freudiana e do ensino de Lacan. Como apontado, Freud não destina nenhuma obra ao tópico das drogas. Segundo Laurent (1988), revirando o trabalho de Lacan de cima a baixo, encontra-se apenas algumas frases sobre o tema. Em relação às psicoses, temos a famosa advertência freudiana de que é preciso “renunciar à idéia de experimentar nosso plano de cura com os psicóticos” (FREUD, 1940 [1938]/2006, p.188), já que os mesmos seriam inacessíveis à influência da psicanálise (FREUD, 1914/2004). Todavia, tal recomendação não apresenta como consequência um afastamento dessa questão. Lacan, por sua vez, operou uma pequena revolução nesse campo. Enuncia: “a psicose é isso diante do que um analista não deve recuar em nenhum caso” (LACAN, 1977, p.6). Também recorreremos aos trabalhos de alguns psicanalistas da Escola de Sainte Anne, como Marcel Czermak, que contribuíram com ferramentas indispensáveis para situar-nos na clínica das psicoses.

Ademais, é válido ressaltar que a experiência de Freud não é bruta, pré-conceitual. É uma experiência estruturada artificialmente pela “relação analítica, tal como é constituída pela confissão que o sujeito vem fazer ao médico, e pelo que o médico dela faz” (LACAN, 1955-1956/1988, p.17). Posto isso, podemos pensar que se trata de forjar um campo. O delírio escutado por um analista não é o mesmo sem tal escuta. O campo das psicoses escutado por Freud não é o mesmo que o da psiquiatria.

Cabe dizer que nossa retomada de Freud e Lacan será orientada pela concepção, acima descrita, de que alguns traços podem trazer luz ao material bruto da clínica, ao mesmo tempo em que são por ela determinados e serão por ela validados.

Consequentemente, a presente investigação buscará se constituir no ir e vir entre clínica e teoria. Além disso, acreditamos que a tentativa de conduzir o trabalho por tal método nos auxiliará a pensar a singularidade do caso a caso, sem incorrer em um relativismo absoluto.

A partir dessas bases, no primeiro capítulo desse trabalho, buscaremos retornar a Freud procurando ler o que o mesmo pôde encaminhar em relação às psicoses. Nesse campo, ele promove algo totalmente novo. Lacan (1955-1956/1988) diz que a *Traumdeutung* pôde de algum modo ser preparada por práticas inocentes que a precederam, mas que “jamais houve nada de comparável ao modo como ele procede com Schreber” (LACAN, 1955-1956/1988, p.19). Apesar da advertência freudiana da necessidade de recuar nessa clínica, o mesmo não se omite diante do que pode, então, ser formulado como a questão das psicoses. Observamos que em momentos anteriores, mesmo à publicação da *A Interpretação dos Sonhos* (1900/1996), é possível ler Freud (1894/1969; 1895/2016; 1896/1969) articulando dois tipos de defesa relacionados a formas distintas de adoecimento.

A partir da *Verwerfung*, termo alçado por Lacan ao estatuto de conceito, é possível ler com a devida complexidade o que diz Freud (1894/1969), proposições como a existência de uma “defesa mais poderosa e bem-sucedida” (p.59), ou ainda, de um “mecanismo análogo ao recalque” (FREUD, 1924a/2007, p.98). É esse “método especial” (FREUD, 1896/1969, p.200) de defesa que permitirá a Freud se debruçar sobre a temática das psicoses.

Nesse capítulo inicial buscaremos, principalmente, nos encontrar com o que é essa novidade, essa pequena revolução que brota do “encontro excepcional entre o gênio de Freud e um livro único”, do Dr. Daniel Paul Schreber (LACAN, 1955-1956/1988, p.19). Freud nos levará, assim, a um primeiro direcionamento sobre o trabalho com as psicoses, a saber, não se trata do disparate de um doido, mas de um texto a ser lido. Lacan (1955-1956/1988) dirá mesmo que o delírio “é um duplo, perfeitamente legível, do que aborda a investigação teórica” (p.37). Para o psicanalista francês o único modo de abordar a descoberta freudiana é ater-se ao registro da fala, onde aparecem todos os aspectos da fenomenologia das psicoses.

No segundo capítulo estudaremos as relações do homem com o significante, posto que é nesse campo que o drama da loucura aparece. Aprofundaremos também o mecanismo da *Verwerfung* enquanto operador psíquico característico das psicoses e iremos investigar as relações entre o eu, o outro e Outro. Mas, sobretudo, nesse capítulo,

poderemos trabalhar a questão do sujeito, “pois é de sua estrutura que depende todo o resto” (CZERMAK, 2012, p.198). Assim, nos dedicaremos, em relação à estrutura da psicose, a cernir que sujeito é esse e se é possível articulá-lo. Além de pensar como esse sujeito pode advir, iremos abordar a forclusão do Nome-do-Pai e a ausência da metáfora paterna, o que por sua vez exigirá articular os três tempos do Édipo. Dessa forma, poderemos indicar como o desejo, ao adentrar no reino da fala, passa a ser submetido à lei do desejo do Outro.

A questão do sujeito no campo das psicoses se mantém como eixo de trabalho sendo desdobrada no terceiro capítulo, nos permitindo trazer algumas pontuações clínicas. Nesse momento, será importante acompanharmos articulações fundamentais como a ausência do efeito metafórico e o furo que se abre no lugar da significação fálica, além dos remanejamentos que podem ocorrer em razão disso. Buscaremos refletir sobre a assertiva freudiana do delírio enquanto tentativa de cura e não como um caos. Veremos que no campo da linguagem todo absurdo se anula e aprofundaremos a questão do submetimento do homem à lei do significante.

Por fim, embasados acerca do sujeito da psicose, nos dedicaremos à particularidade de seus usos de drogas. A partir de fragmentos clínicos, investigaremos as especificidades desses usos e algumas consequências dessas articulações no que tange ao dispositivo CAPSAd e a posição do clínico. Cabe observar que nesses fragmentos apresentaremos alteração de nomes e quaisquer características que possam identificar os sujeitos, a fim de não expor sua identidade por questões éticas. Contudo, utilizaremos nomes próprios em uma certa tentativa de respeitar seu trabalho de subjetivação.

CAPÍTULO 1- FREUD E AS PSICOSES: UMA LEITURA A PARTIR DA VERWERFUNG LACANIANA

1.1 Comentários sobre as neuropsicoses freudianas: um método especial de defesa

Freud (1940 [1938]/2006) enunciava que era necessário “renunciar à ideia de experimentar nosso plano de cura com os psicóticos” (p.188), já que os mesmos seriam inacessíveis à influência da psicanálise (FREUD, 1914/2004). Apesar dessa renúncia, o que podemos notar é que, desde muito cedo, a questão das psicoses⁹ já estava presente em sua obra, como nos artigos: *As Neuropsicoses de Defesa* (1894/1969), *Manuscrito H* (1895/2016) e *Novos Comentários sobre as Neuropsicoses de Defesa* (1896/1969). Essa questão permanece presente ao longo da obra e em textos mais tardios como: *Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranoia (dementia paranoides)* (1911a/1969), *A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose* (1924b/2007) e *A Cisão do Eu nos Processos de Defesa* (1938/2007). Concluimos, então, que apesar de haver uma recomendação de recuo diante do tratamento de tais pacientes, isso não significava uma omissão sobre a temática.

Em suas articulações iniciais, Freud (1894/1969) entendia que a formação dos sintomas estaria relacionada a uma defesa inconsciente diante de “uma experiência, uma ideia ou sentimento” (p.59), invariavelmente de cunho sexual, incompatível com seu Eu. Na famosa Carta 52 (FREUD, 1896a/2016), propõe a hipótese de que o mecanismo psíquico se formou a partir de uma sobreposição de camadas, onde de “tempos em tempos, o material presente na forma de traços mnêmicos sofre uma [...] reescrita” (p.35). De modo que sucessivas épocas da vida seriam representadas por modos de escrita sucessivos, sendo necessária uma tradução para se passar de uma época a outra. Assim, cada transcrição posterior “inibe a anterior e desvia o processo excitatório” (p.37). O “recalcamento” seria a falha nessa tradução.

Esse trabalho de tradução falha, quando há possibilidade de gerar desprazer. Tal defesa tem como condição “a natureza sexual do evento” e também a “ocorrência em uma fase anterior” (FREUD, 1896a/2016, p.38). Nesse caso, se produziria “*a posteriori*

⁹ Adotamos a expressão “questão das psicoses” seguindo a orientação de Lacan de que não é possível “sem mais nem menos falar do tratamento das psicoses [...] e menos ainda do tratamento das psicoses em Freud, pois ele jamais falou disso, salvo de maneira totalmente alusiva” (LACAN, 1955-1956/1988, p.11).

[*nachträglich*], o efeito de uma liberação mais intensa [de desprazer] do que a vivência correspondente” (FREUD, 1896b/2016, p.24), ou, como descrito na *Carta 46*, o “despertar [...] de uma lembrança sexual de uma época precedente produz um *excesso de sexualidade* na psique” (FREUD, 1896c/1969, p.312). A base de sustentação de tal formulação é que “existe uma tendência normal à defesa, isto é, uma tendência contrária a direcionar a energia psíquica de tal maneira que produza desprazer” (FREUD, 1896b/2016, p.24). Estamos tratando, então, de um excesso para o aparelho psíquico em que a tradução não foi possível.

Freud escreve em *As Neuropsicoses de Defesa* (1894/1969) que a forma de defesa nas psicoses seria a mais “*poderosa e bem-sucedida*” [grifo nosso] (p.59), já que tanto a ideia quanto seu afeto seriam rejeitados, como se tal ideia nunca tivesse ocorrido. O Eu, para escapar da ideia incompatível, fugiria para a psicose, acabando por destacar-se, em parte ou inteiramente, da realidade. Exemplifica sua elaboração com o caso de uma moça que abomina a ideia de um desapontamento amoroso. A mesma, ao esperar sem sucesso a chegada do homem que julgava amá-la, acaba por aluciná-lo. Vive uma espécie de sonho feliz, exceto quando os que lhe rodeavam impunham alguma regra de conduta que lhe tirasse desse sonho. Para nosso estudo é fundamental assinalarmos como Freud, ainda nesse momento inicial de sua obra, já postulava adocimentos distintos a partir de mecanismos de defesa diversos.

Nesse ponto é válido fazer uma pequena digressão sobre esse caso, já que o mesmo pode nos levar ao equívoco de equiparar psicose alucinatória e fantasia. A pequena Anna Freud que sonha com morangos no famoso exemplo freudiano¹⁰, não pode ser comparada a mulher que alucina o homem amado que nunca veio. O fato de que “exista uma forma imaginária de satisfazer ao impulso da necessidade” (LACAN, 1955-1956/1988, p.125), não quer dizer que possamos definir a psicose pelo modelo da fantasia. Lacan (1957-1958/1999) destaca que no sonho ultrapassa-se a questão da necessidade, afinal, a criança sonha com um verdadeiro banquete (morangos, framboesas, etc.) do que lhe é proibido. O delírio, por outro lado, não corresponde a uma espécie de ilusão de satisfação do desejo. A manifestação principal do delírio “não é, [...] um fenômeno que se relacione com um devaneio de satisfação do desejo, mas antes, algo tão marcado quanto a alucinação verbal” (LACAN, 1957-1958/1999, p.229). Como veremos no segundo capítulo, a alucinação é um fenômeno estruturado no nível

¹⁰ Texto: FREUD, S. (1900). A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. IV.

do significante. Não que a satisfação irreal do desejo não se coloque no campo do significante, mas neste caso há uma certa relação com o Outro, com “um certo lugar do Outro” (LACAN, 1957-1958/1999, p.229).

Acreditamos ser possível reler essas articulações freudianas sob a lente do conceito de *Verwerfung*¹¹. Esse último é engendrado por Lacan (1955-1956/1988), a partir do texto de Freud em “dois ou três cantos onde ela se deixa surpreender” (p.173). Mais adiante nos deteremos nesse conceito, mas aqui ele já se mostra profícuo. Teríamos, como visto, formas de adoecimentos distintas, dependendo do mecanismo de defesa em questão. De um lado estaria o recalque, e de outro essa defesa mais poderosa e bem-sucedida: a *Verwerfung*. Ela acarretaria a rejeição não só do afeto, mas da representação, como se essa última nunca tivesse existido. Assim, esse material, diferente do recalcado na neurose, não pode ser reconhecido. O retorno dessa ideia incompatível, da qual não se quer saber, poderia ser apontado nas alucinações auditivas dos pacientes. Tal leitura permite também trazer luz ao fato dessas alucinações não serem neutras — muitas vezes gerando sofrimento —, já que estão articuladas ao conteúdo foracluído.

Em *Análise de um Caso de Paranoia Crônica*¹² (1896/1969), Freud afirma que o trabalho com a paciente *Frau P.* mostrou que os pensamentos inconscientes eram “ouvidos interiormente por ela, como que alucinando-a, do mesmo modo que suas vozes” (p.204). Formula, então, que as vozes seriam como pensamentos ditos em voz alta, irreconhecíveis, contudo, para a mesma. As alucinações, por conseguinte, poderiam ser analisadas como parte do conteúdo de experiências infantis rejeitadas por esse *método especial* de defesa que retornariam [grifo nosso] (p.200). Novamente, a partir da leitura lacaniana, as alucinações podem ser pensadas como o retorno do que foi rejeitado na *Verwerfung*, do que foi rejeitado por esse método especial de defesa.

Nesse pequeno trabalho de Freud encontramos pela primeira vez publicado o termo “projeção”, aqui descrito como um aspecto característico do quadro da paranoia, na qual a autoacusação dá lugar ao sintoma defensivo de desconfiar de outras pessoas. Freud escreve que as ideias delirantes que chegariam à consciência através desse retorno exigiriam aceitação. Seria preciso, desse modo, uma modificação do Eu para acolher

¹¹ Tal leitura já foi feita anteriormente, para um exemplo cuidadoso, remeto o leitor a Pereira (2017) em “Considerações sobre a transferência na clínica das psicoses em sua relação com a fala – um ponto de partida ético”. Disponível em: <<http://teopsic.psicologia.ufrj.br/arquivos//documentos/E7FE4078D3FFE8E078EAF8FFD42956A7.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

¹² Seção III do texto “Novos Comentários sobre as neuropsicoses de defesa” (1896/1969).

essas ideias, já que não são influenciáveis. Os “delírios interpretativos” (FREUD, 1896/1969, p.211) seriam, justamente, constituídos dessa forma e implicariam uma alteração do Eu.

Freud exemplifica essa articulação no *Manuscrito H* (1895/2016), com o caso da mulher que ao poupar-se da autocensura de ser uma “má pessoa” (p.17), passa a escutar essa censura como vinda de fora, das vizinhas. “*O conteúdo objetivo permaneceu, portanto, inalterado*, mas algo se alterou na posição da coisa toda” (p.17). Tal transposição traria benefícios, pois seria mais fácil “recusar [*ablehnen*]” um julgamento exterior e manter a censura afastada do Eu. O que foi rechaçado retorna não como o recalçado, mas como um julgamento do exterior; tão exterior que é escutado. São as vizinhas que lhe acusam de ser má.

Ademais, nesse Manuscrito, Freud expõe a projeção como um mecanismo psíquico de uso corrente. Entretanto, na paranoia haveria um abuso desse mecanismo com fins de defesa, qualificando uma particularidade no emprego do termo projeção no campo das psicoses¹³. Em síntese, na paranoia, a ideia incompatível seria rechaçada, projetando seu conteúdo no mundo externo. Freud examinará outros casos e em todos concluirá que a ideia delirante seria sustentada com a mesma energia que uma ideia intolerável é rechaçada do Eu. A própria manutenção da integridade do Eu é assegurada pela ideia delirante, sendo sua força um índice do trabalho psíquico que está realizando-se. Freud (1895/2016) nos dará, pois, a seguinte fórmula: “Em todos os casos a ideia delirante é mantida com a mesma energia com que o Eu se defende de alguma outra ideia penosamente insuportável. Portanto, eles amam o delírio como a si mesmos. Eis o segredo” (p.20).

Os diferentes métodos de defesa em relação ao afeto, ao conteúdo da representação, às alucinações e aos efeitos chegam a aparecer resumidas em um quadro (FREUD, 1895/2016, p.21), onde se lê que na confusão alucinatória tanto o afeto quanto o conteúdo (totalidade da ideia incompatível) são afastados do Eu à custa de um desligamento parcial da realidade. Resta, então, o recurso às alucinações que são favoráveis ao Eu e à defesa. É o caso, como vimos, da mulher que alucina a chegada do amado que nunca veio.

¹³ Lacan (1957-1958/1998), em crítica ao uso do conceito de projeção, adverte: “não há nada em comum entre a projeção afetiva e seus pretensos efeitos delirantes, entre o ciúme do infiel e o do alcoólatra, por exemplo” (p.548).

Na paranoia, por outro lado, o conteúdo e o afeto são mantidos, ainda que projetados no mundo externo. As alucinações, portanto, apoiariam a defesa, mesmo que possam ser hostis ao Eu (FREUD, 1895/2016). Assim, é circunscrita uma diferenciação inicial do campo das psicoses: de um lado, paranoia, e de outro, confusão alucinatória. A “defesa poderosa” seria, justamente, o ponto de interseção entre esses dois polos. Essa distinção é mantida e aparece no trabalho sobre o caso¹⁴.

1.2 O encontro de Freud com o texto do Dr. Daniel Paul Schreber: do manejo da leitura ao manejo do clínico

No ano de 1911, são publicadas as *Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranoia (dementia paranoides)*. Nessas notas Freud investiga o escrito: *Memórias de um Doente dos Nervos* (1903), do Dr. Daniel Paul Schreber. O interessante aqui é que Freud não toma esse escrito como o devaneio de um louco, como uma salada de palavras; ou ainda, como provas que servem apenas para exemplificar uma classificação. Ele segue rente ao texto e pelas articulações schrebianas forjará uma concepção da estrutura paranoica. “O que ele faz? Pega o livro de um paranoico, cuja leitura ele recomenda platonicamente [...] e dele nos dá uma decifração champollionesca, ele o decifra do modo como se decifram hieróglifos” (LACAN, 1955-1956/1988, p.19).

Tal obra e tal ‘manejo da leitura’ constituem um marco no encontro da psicanálise com a problemática das psicoses e nos permite dizer que a direção do trabalho com os psicóticos se dará na escuta de sua fala, de seu texto. Trata-se de não recuar diante do impasse, de escutar a fala do psicótico com os embaraços que ela nos traz. Esta perspectiva é difícil de ser sustentada na atualidade. Como nos aponta Fernandes (2000)¹⁵, pouco consta nos prontuários sobre a ‘maluquice’ dos pacientes, sobre os termos nos quais suas produções psicóticas formulam-se.

Esses registros giram em torno do que foi alcançado em direção a uma vida equilibrada e da mensuração de aspectos vegetativos: “o paciente tem bolsa família? Ele

¹⁴ Apesar do título do trabalho ser “um caso de paranoia (*dementia paranoides*)” e Freud (1911b/2010) falar dos estreitos vínculos entre demência precoce e paranoia, ele é enfático ao afirmar a paranoia como um “tipo clínico autônomo” (p.65).

¹⁵ Fernandes no texto “Da Praça Mauá a Jurujuba” (2000) refere-se aos prontuários do Albergue do Hospital de Jurujuba, nos deixando essa preciosa indicação observada em muitas instituições. Disponível em: <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/da-praca-maua-a-jurujuba>>. Acesso em: 5 de maio de 2017.

deprimiu? Ele agitou?” Não há, assim, o reconhecimento de que o “sujeito está na sua produção, no que ele diz — não importa se psicoticamente ou não” (FERNANDES, 2000, p.3). Este fato indica a tomada desses sujeitos em uma “identificação objetivante” (p.3), muitas vezes, como vítima. Se o que o sujeito pode dizer é usado apenas para medir um maior ou menor grau de agitação, é a própria dimensão da transferência que é deixada de lado.

É notável que essa publicação freudiana paradigmática, verdadeira porta de entrada da psicanálise no campo das psicoses, seja dedicada à paranoia. Não que Freud desconhecesse os trabalhos de Jung ou Abraham sobre a esquizofrenia e a loucura maníaco-depressiva. A questão é que na paranoia os efeitos da transferência e da fala são solicitados. Este quadro nos remete a interrogações fundantes da prática sobre o que seja a razão, a paixão, a afirmação ou ainda como é feita uma interpretação, além de permitir a nós, clínicos, nos aproximarmos da radicalidade daquilo que constitui o propósito delirante (SCIARA; TYSZLER, 2009).

Em suas pesquisas, Freud fica estupefato ao deparar-se, em diversos casos, com o que entende ser uma defesa contra um desejo homossexual no cerne do conflito paranoico. É digno de nota como a etiologia sexual aqui não é óbvia. Freud não nega este fato. Entretanto, não abdica de reconhecer na sexualidade papel fundamental no conflito humano, tanto na neurose, como na paranoia. Diz que os sentimentos sociais estão relacionados a um desejo erótico positivamente sensual.

Para ele, na chamada vida normal, se poderia até duvidar que as relações emocionais com o próximo se relacionam com a sexualidade, mas os delírios revelam justamente essa faceta. Identifica, então, que nas injúrias e afrontas percebidas pelo paranoico, evidencia-se que os componentes homossexuais são constituintes do sentimento social. Assim, o próprio Schreber manifestaria em seu delírio uma fantasia homossexual, apesar de nunca antes ter apresentado qualquer questão sobre isso (FREUD, 1911b/2010).

Perante esta investigação, se introduzirá a questão do narcisismo. Freud precisa supor que além do amor objetal e do autoerotismo há outro ponto no circuito pulsional. Um estágio em que as pulsões parciais seriam reunidas — até esse momento, estariam empenhadas em atividades autoeróticas — e tomariam como objeto amoroso o si mesmo, o próprio corpo. Em outro tempo, esse objeto será externo, isto é, esse estágio seria anterior à escolha do outro como objeto externo. Nessa conjectura, algumas

pessoas, mais do que outras, transportariam as características desse estágio consigo para momentos posteriores.

Nesse corpo-próprio, tomado como objeto de amor, os genitais “podem já ser a coisa principal” (FREUD, 1911b/2010, p.52). Haveria, assim, em um primeiro momento, a tomada de um objeto amoroso com órgãos sexuais semelhantes e, em seguida, com diferentes. Concebe, portanto, que nos caminhos percorridos pela libido primeiro haveria uma escolha de objeto do tipo homossexual. A partir daí se poderia efetuar a escolha de um objeto heterossexual. Neste último caso, as tendências homossexuais seriam desviadas do objetivo sexual, juntando-se com partes da libido do Eu e, como componentes nelas “apoiados”, constituem os instintos sociais, representando, assim, a contribuição do erotismo à amizade, à camaradagem e ao sentimento social, de forma geral.

Freud, nesse momento, reporta-se ao texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2006) para trazer o conceito de fixação: nos diversos estágios do desenvolvimento da sexualidade humana poderia haver um ponto de parada. Esse último deixa uma marca que *a posteriori* terá seus efeitos sentidos. Em outras palavras, a fixação¹⁶, seria “expressão de enodamentos [*Verknüpfungen*] de pulsões — estabelecidas muito cedo [*frühzeitig*] e difíceis de desatar —, com impressões e com objetos nela existentes” (FREUD, 1915c/2016, p.95). De modo que, “cada ponto de articulação nessa complexa montagem pode ensejar a dissociação da pulsão sexual” (FREUD, 1905/2006, p.222).

A tese freudiana é de que algumas pessoas não se desvinculariam totalmente do narcisismo, apresentando uma fixação nesse momento. Haveria um “ponto fraco na barragem” que expõe o sujeito se porventura houver uma grande afluência de libido. Ou seja, em determinadas situações poderia haver um grande fluxo de libido que seria capaz de desfazer sublimações e sexualizar pulsões antes desviadas de meta. Isso ocorreria devido a um movimento retrocedente da libido, seja por um represamento, um reforço colateral ou por uma elevação da mesma, intensa demais para que possa achar um escoadouro “pelos caminhos já abertos, e que por isso rompe a barragem nos pontos mais fracos da construção” (FREUD, 1911b/2010, p.53).

Haveria, assim, nos paranoicos, um grande esforço para se defender contra a sexualização dos investimentos sociais. Esse esforço demonstraria, justamente, um nó

¹⁶ Muitas vezes, a fixação é imaginada como um ponto em que “o sujeito enfiou o pé num vidro de cola” (LACAN, 1957-1958/1999, p.443). Como veremos adiante, não é disso que se trata.

no circuito da libido entre os estádios do autoerotismo, narcisismo e homossexualismo. Freud passa a atribuir ao quadro de demência precoce um desenrolar semelhante. Observaremos, adiante, sua aproximação sobre o mesmo.

Como vimos, ele resume com ousadia que o cerne do conflito paranoico masculino é o desejo-fantasia de amar um homem. Contudo, adverte que a confirmação de tal hipótese pressupõe a investigação de muitos casos (de todas as formas de paranoia), sendo possível que essa tese não se confirme totalmente. Ao seguir a passada de Freud em seu ato teórico nos deparamos, então, com essa aposta no desejo homossexual, o que à primeira vista pode parecer uma formulação problemática. Para trabalhar tal hipótese, primeiro faz-se necessário notar como ela evidencia o submetimento freudiano à dimensão sexual. Segundo, é preciso observar o que ela traz de relevante, a saber, a temática da castração. Afinal, se a tendência homossexual é uma defesa contra o temor narcísico e esse último é condicionado pela castração, é sobre a ótica da perda do objeto fálico que deve ser lida tal proposição (LACAN, 1955-1956/1988).

Acreditamos que é a formulação do falo enquanto significante e não como um órgão que permite encaminhar esse debate de outra forma (CZERMAK, 2009). Isso não significa que a hipótese freudiana seja refutada. Como dissemos inicialmente, estamos advertidos de que não se trata de incorrer numa lógica de progresso teórico. De acordo com esse autor, para complexificar esse debate foi necessário escrever o falo, denominá-lo, pois não se tratava de um vocábulo de dicionário. Foi preciso escrever o significante da diferença dos sexos, da reprodução e da filiação.

É esse significante que carece nas psicoses e que, por isso, instala o sujeito “numa circularidade geracional, numa posição fora do sexo [...] na direção de uma feminização prometida no horizonte” (CZERMAK, 2009, p.69). Assim, é ele que permite “suspender a hipoteca, porque nossos predecessores só dispunham das ferramentas que tinham, a famosa homossexualidade da paranoia” (p.69).

Ainda em Freud, além da discussão sobre a inesperada importância da fantasia homossexual na paranoia, há a análise sobre a formação dos sintomas e o recalque. Este último nos permitirá evidenciar no texto freudiano considerações balizadoras para nossa pesquisa. Sobre a formação dos sintomas, delimitará a projeção como seu mecanismo. Neste, uma percepção interna é suprimida e seu conteúdo, após sofrer deformação, ingressa na consciência como uma percepção externa. Para Freud (1911b/2010) a partir

de contradições à frase “Eu (um homem) amo ele (um homem)” (FREUD, 1911b/2010, p.83) é possível cernir conhecidas formas da paranoia.

No delírio de perseguição a proposição “eu o amo” é transformada em “Eu não o amo – eu o odeio, porque *ele me persegue*” (FREUD, 1911b/2010, p.84). Na perspectiva freudiana, o mecanismo de formação de sintomas atuaria e a frase, por projeção, se transformaria de “eu o odeio” para “Ele me odeia (me persegue), o que então justifica que eu o odeie” (p.84). Lacan (1955-1956/1988) nos falará aqui em alienação convertida, no sentido de que o amor foi convertido em ódio. De tal maneira, pode-se pensar que é o sujeito da ação que fica alienado: não sou eu quem está em questão, mas ele.

Em contrapartida, no delírio erotomaníaco, por projeção, a frase “eu não o amo, eu amo *a ela*” é transformada em “eu não o amo — é a *ela* que eu amo — porque *ela me ama*” (FREUD, 1911b/2010, p.84). Lacan (1955-1956/1988) nomeia esse delírio como um tipo de alienação divertida da mensagem, sublinhando que o sujeito não tem nenhuma relação concreta com o outro. Logo, o que está alienado é o objeto que passa a ser um objeto aceitável. No caso Schreber, temos uma “erotomania divina” em que “*não é a ele que eu amo, é um outro*, um grande Ele, o próprio Deus, se inverte em *ele me ama*” (p.349). No delírio de ciúmes, se poderia falar em alienação invertida, em que “o sujeito faz levar sua mensagem por um outro” (LACAN, 1955-1956/1988, p.53). Aqui quem ama é o outro: “não sou eu quem o amo, é ela quem o ama” (FREUD, 1911a/1969, p.87).

Lacan (1955-1956/1988) aponta que Freud demarca três funções e três tipos de delírios através das três formas de negar a frase “eu o amo, e você me ama” (p.52). Contudo, sublinha que no delírio de perseguição, o disfarce passa pelas três possibilidades de negação. Nesse caso, mostra-se a “perturbação propriamente imaginária levada ao seu máximo” (p.54). Existe uma alteração radical de todo o sistema do outro, que se desmultiplica, e a existência de interpretações se estendem sobre todo o mundo (p.54).

Nesse tipo de delírio, não é possível fazer a negação nem pelo duplo – “é ela que o ama”. Tampouco, pela afirmação “não é ele que eu amo, é ela” (p.53). A terceira forma de negar seria a inversão “eu não o amo, eu o odeio” (p.53), mas a mesma é igualmente insuficiente. É necessário, então, que a projeção se faça presente: “ele me odeia. E aí estamos no delírio de perseguição” (p.53). Lacan (1955-1956/1988) ressalta ainda que esse “ele” é neutralizado, reduzido, de tal modo que o “fenômeno

persecutório toma o caráter de signos indefinidamente repetidos” (LACAN, 1955-1956/1988, p.107), como pode ser observado constantemente na clínica. Posto isso, o perseguidor seria apenas a “sombra do objeto perseguidor” (p.107).

Sobre a análise dos mecanismos da paranoia, Freud nos dirá que prefere deixar a questão da formação de sintomas um pouco de lado — já que um estudo específico sobre a projeção se fazia necessário — para pensar o mecanismo do recalque [*Verdrängung*], o que será uma contribuição importante para nossa questão. Esclarece:

[...] a maneira pelo qual o processo de repressão¹⁷ ocorre acha-se muito mais intimamente vinculada à história do desenvolvimento da libido e à disposição a que ele dá origem, do que a maneira pela qual os sintomas se formam (FREUD, 1911a/1969, p.90).

Portanto, o modo pelo qual o processo de recalque se dá seria uma variável mais significativa nessa equação do que a formação de sintoma, pois estaria ligado à história do desenvolvimento da libido e à predisposição que ela traz. Em vista disso, pode-se dizer que o sujeito trará as marcas de sua resposta diante do recalque.

Freud elabora esse processo como constituído por três tempos. Em um primeiro momento estaria a fixação [*fixierung*] que, como visto, denota a conjuntura em que uma moção pulsional não segue o curso esperado e permanece em um “estágio infantil” (FREUD, 1911b/2010, p.89). Esta corrente libidinal comporta-se como se fizesse parte do sistema inconsciente, como recalçada. Esses pontos de fixação da pulsão é que irão delinear o desfecho do recalque.

Um segundo momento, nomeado como recalque propriamente dito ou pós-pressão [*Nachdrängen*], refere-se ao recalque dos derivados psíquicos das pulsões que ficaram para trás quando esses se fortaleceram e entraram em conflito com o Eu. Freud percebe que, enquanto a fixação parece um processo passivo (um ficar para trás), o recalque mostra-se eminentemente ativo. Também sofrerão recalque as tendências psíquicas que geram aversão ao Eu e que se ligam ao que já foi recalcado. O terceiro momento descreve o retorno do recalcado, em que o recalque fracassa. É uma irrupção “que toma seu impulso do ponto de fixação, e implica uma regressão do desenvolvimento libidinal a esse ponto” (FREUD, 1911a/1969, p.91).

Até esse ponto, formulou-se que na paranoia há uma fixação no momento do narcisismo, e revimos como Freud desenvolveu a teoria do recalque. Ele em seguida irá

¹⁷ Usamos traduções que propõem o termo “repressão” para *Verdrängung*. Contudo, optamos traduzir por recalque quando não for o caso de citação direta.

dirigir-se para a análise do caso, a fim de tirar consequências sobre o mecanismo do recalque predominante na paranoia. Destaca como no escrito desse ex-presidente da corte de apelação da Saxônia é notável a retirada de investimentos das pessoas e do mundo externo. Schreber relata ter lido em uma folha de obituário, que lhe foi mostrada, a notícia de sua própria morte. No terceiro capítulo desse trabalho retornaremos a esse ponto. Salienta, por fim, que “a configuração do delírio que mantinha o Eu e sacrificava o mundo revelou-se de longe a mais forte” (FREUD, 1911b/2010, p.92). Como muitos paranoicos, ele crê que o mundo havia acabado quando seu investimento no mundo se retraiu.

A conclusão que Freud (1911b/2010) pôde tirar disto é que o recalque constitui um desligamento, um “desprender-se” (p.94) da libido em relação aos objetos externos que eram amados anteriormente. Esse é um processo silencioso e só temos notícias do mesmo quando está sendo desfeito pelo mecanismo da projeção. A partir dos efeitos barulhentos desse processo, Freud pôde cerni-lo. É pela via da projeção que a libido retorna às pessoas e às coisas antes amadas. Ele assinala que: “Não foi correto dizer que a sensação interiormente suprimida é projetada para fora; vemos, isto sim, que aquilo interiormente cancelado retorna a partir de fora” (p.95).

Através do trabalho do delírio, o paranoico empenha-se em uma tentativa de reconstrução do investimento externo. Procura reconstruir o caminho da libido em direção ao mundo, de modo a poder viver nele novamente. “A formação delirante, que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução” (FREUD, 1911a/1969, p.95). Ilustra, também, que o delírio “se apresenta como um remendo aplicado no lugar onde originalmente havia uma fenda [*Einriss*] no relacionamento do Eu com o mundo externo” (FREUD, 1924a/2007, p.97).

Vale ressaltar que esse desligamento da libido não ocorre apenas na paranoia. Como vimos, esse tipo de defesa já havia sido discernido como o ponto de interseção entre dois quadros de psicoses diferentes. Freud (1911a/1969) retoma essa visão, afirmando que paranoia e demência precoce têm em comum, a saber, o recalque propriamente dito, com o desligamento da libido e regressão ao eu. Apesar dessa interseção, na paranoia não haveria um desligamento tão drástico¹⁸ do mundo externo,

¹⁸ Apesar de Freud, em 1911, propor a ideia de um desligamento geral, em “A Perda da Realidade na Neurose e Psicose” (1924b/2007), afirmará que essa perda nunca é total: “a relação com a realidade,

como no caso da demência precoce. Nesta última, a tentativa de retorno do investimento libidinal aos objetos externos dá-se por meio do mecanismo alucinatório e há um retorno ao autoerotismo. Se trataria, pois, de pontos de fixação¹⁹ em tempos diferentes.

Nessas duas formas de psicose há um retorno da libido do mundo externo para o Eu que aparecerá grandioso. Por conseguinte, tanto na paranoia como na demência precoce deve haver um ponto de fixação anterior à escolha de objeto ter se estabelecido. Esse ponto de parada se daria na fase do autoerotismo e do narcisismo, já que apresentam como aspectos em comum a megalomania, o afastamento do mundo dos objetos e a dificuldade aumentada de transferência (FREUD, 1913/1969, p.401).

É importante trazer a advertência de Lacan (1955-1956/1988) de que na teoria freudiana, como estamos vendo, o eu não é o centro do sujeito. Freud constrói “a evolução de um distúrbio [paranoia] essencialmente libidinal, jogo complexo de um agregado de desejos transferíveis, transmutáveis, que podem regredir” (p.125). Todavia, nesse jogo ele não supõe o eu como centro. A questão do centro do sujeito permanece aberta: “o centro de toda dialética continua sendo para nós sempre problemático” (p.125). A crítica, então, é que após a morte de Freud a “psicose não é mais interpretada a partir de uma economia complexa de uma dinâmica de pulsões, mas a partir dos procedimentos empregados pelo eu” (p.125), o que passa a ser a causa do distúrbio.

Outro tópico importante é a impressionante semelhança entre o delírio de Schreber como está representado e o cerne da teoria da libido nas psicoses. Freud (1911b/2010) não se esquiva dessa similitude, mostrando como a crença dos raios de Deus está em conformidade com sua proposição. A partir disso, problematiza: “Compete ao futuro decidir se existe mais delírio em minha teoria [...] ou se há mais verdade no delírio [...] do que outras pessoas estão, por enquanto, preparadas para acreditar” (p.104). Lacan (1955-1956/1988) nos dirá que encontramos no texto do delírio uma verdade que se mostra, que não está escondida como nas neuroses. O delírio “é um duplo, perfeitamente legível, do que aborda a investigação teórica” (p.37).

Posto isso, podemos concluir que para a psicanálise o delírio não é um disparate. Não é possível descartar o que o paciente nos fala. De fato, o “único modo de abordar conforme a descoberta freudiana é o de pôr a questão no próprio registro em que o fenômeno nos aparece, isto é, no da fala” (LACAN, 1955-1956/1988, p.47). Lacan

porém, nunca se encerra” (p.129). Vale destacar, portanto, a ausência de uma figura de pura alienação, ao passo que, mais adiante, veremos como de certa forma somos todos alienados.

¹⁹ Lacan (1957-1958/1999) lerá a fixação como a “prevalência conservada por esta ou aquela forma de significante, oral, anal ou outro” (p.489). A regressão, nessa concepção, refere-se a regressão do discurso.

(1957-1958/1998) dirá mesmo que é na relação do homem com o significante que o drama da loucura pode ser situado.

Freud segue a trilha do texto psicótico, do próprio método de funcionamento psíquico de Schreber, comprovando que não há um ilogismo em tal sistema. Segundo Lacan (1955-1956/1988), ele trabalha como o linguista que, ao ver surgir várias vezes um signo em um texto, parte da ideia de que isso quer dizer alguma coisa e chega a reconstituir o uso de todos os signos dessa língua. É o que faz, por exemplo, ao identificar os pássaros do céu com jovens. Tal hipótese permite reconstituir a própria língua fundamental de que nos fala Schreber. Também se circunscreve que a ideia de que seria belo ser uma mulher na cópula atravessa toda a loucura de Schreber, desde o período anterior a doença até a construção delirante de tornar-se a mulher de Deus. Essas articulações freudianas nos permitem, dessa forma, ler a produção delirante e, por consequência, demarcam uma posição de responsabilidade diante de tal produção.

No ensino de Lacan (1955-1956/1988), em sua proposta de retomada de Freud, é trabalhado com afinco o mecanismo da *Verwerfung* que responde ao fato de que “há coisas de que o paciente não quer nada saber, mesmo no sentido do recalque” (p.173). O mesmo retoma o fragmento freudiano supracitado: “*Não é correto dizer que a sensação interiormente reprimida é projetada de novo no exterior. Mas antes devemos dizer que o que é rejeitado volta do exterior*” (p.58).

Analisa, então, o primeiro período: “Não é correto dizer que a sensação interiormente reprimida [...] é projetada de novo para o exterior”, para afirmar que nessa passagem está referindo-se a *Verdrängung*, que “é uma simbolização”, e ao *Unterdrückung*, que “indica simplesmente que alguma coisa caiu em baixo” (p.58). Logo, é o recalque e o retorno dele que estão em questão aqui. A leitura lacaniana pode, dessa forma, indicar que se trata de outro mecanismo. Há uma conjunção adversativa que insere outra proposição: “Mas antes devemos dizer que o que é rejeitado [...] volta do exterior” (p.58). Não se trata, pois, do reprimido, mas do rejeitado que volta do exterior, ou seja, trata-se do mecanismo da *Verwerfung*.

Nesse caso, “trata-se da rejeição de um significante primordial em trevas exteriores”, sendo esse um mito necessário (LACAN, 1955-1956/1988, p.174). Lacan sustenta que nada do sujeito pode escapar de ser submetido às leis da fala. Assim, qualquer dimensão de adequação natural, de adaptação, está perdida para o falante. A sexualidade humana realiza-se através e por meio de uma Lei de simbolização. Na

relação do sujeito com o símbolo, uma parte da simbolização pode não ocorrer, o que irá manifestar-se no real.

A projeção na psicose (não a psicológica) seria, assim, “o mecanismo que faz voltar de fora o que está preso na *Verwerfung*, ou seja, o que foi posto fora da simbolização geral que estrutura o sujeito” (LACAN, 1955-1956/1988, p.58). Desde já introduzimos a questão de uma “*Verwerfung* primitiva” (p.98), da qual nos ocuparemos mais à frente. Sobre tal ponto Lacan (1955-1956/1988) acredita que

Previamente a qualquer simbolização [...] há uma etapa, as psicoses o demonstram, em que é possível que uma parte da simbolização não se faça. Essa etapa primeira precede toda a dialética neurótica que está ligada ao fato de que a neurose é uma palavra que se articula [...]. Assim pode acontecer que alguma coisa de primordial quanto ao ser do sujeito não entre na simbolização, e seja, não recalcado, mas rejeitado (p.97).

No texto *À Guisa de Introdução ao Narcisismo* (1914/2004), Freud desenvolve algumas considerações relevantes para nosso recorte teórico. Explicita que também há um afastamento da realidade tanto na histeria, quanto na neurose obsessiva. No entanto, no caso da neurose os objetos reais são substituídos por objetos imaginários, e cessam em relação a esses objetos reais, as ações que permitiriam atingir metas. Logo, pode-se concluir que o neurótico se relacionará com a realidade através da fantasia. Nesse caso, indica a possibilidade do uso do termo introversão da libido.

Ainda nesse trabalho, reafirma que na parafrenia ocorre uma retirada da libido das pessoas e das coisas do mundo exterior, sendo o delírio uma tentativa de reconduzir a libido aos objetos. Mantém também a proposição de que essa libido, retirada do mundo, retorna ao Eu. Há, portanto, uma “amplificação e explicitação de um estado que já existia antes” (FREUD, 1914/2004, p.98). Tal estado é o eixo de interesse desse escrito. Ademais, alega que é justamente esse desligamento que constitui um ponto de embaraço da psicanálise no tratamento das psicoses.

Podemos pensar, assim, que a questão da realidade permanece problemática tanto na neurose, quanto na psicose. Freud (1911c/2004) chega a dizer que encontramos o “tipo mais extremo desse afastamento da realidade em certos casos de psicose alucinatória. Entretanto, em rigor, todo neurótico faz o mesmo com alguma pequenina parte da realidade” (p.65). Lacan (1955-1956/1988), sobre tal discussão, indica que na “neurose, é no segundo tempo, e na medida em que a realidade não é plenamente

rearticulada de maneira simbólica no mundo exterior” (LACAN, 1955-1956/1988, p.56) que há uma fuga parcial da realidade.

Essa se dá em relação a uma parte da realidade que se é incapaz de enfrentar e conserva-se secretamente. Essa realidade, descrita aqui, é a realidade psíquica. É uma parte dela que o sujeito elide no momento em que se desencadeia sua neurose, e é de uma forma simbólica que essa parte escotomizada continua a fazer-se ouvir. “O recalçado reaparece *in loco*, ali onde foi recalçado, isto é, no meio mesmo dos símbolos [...] reaparece *in loco* sob a forma de uma máscara” (p.124).

O sujeito tenta fazer ressurgir essa realidade apartada “emprestando-lhe uma significação particular, um sentido secreto, que chamamos simbólico” (p.56). Por outro lado, na psicose é a “realidade que é em primeiro lugar provida de um buraco” (p.56), havendo através do delírio uma tentativa de remendá-la. O que seria o recalçado aqui reaparece “num outro lugar, *in altero*, no imaginário, e aí com efeito sem máscara” (p.124).

1.3 Entre tentativas de fuga do mundo externo e tentativas de cura: um passo em direção ao poder terapêutico

Ainda de acordo com a leitura do texto do *Narcisismo*, podemos dizer que na neurose a libido que se tornou livre devido a um impedimento de satisfação, permaneceu disponível na fantasia. Já na parafrenia, retornou ao Eu, sendo o delírio de grandeza uma forma de lidar com esse afluxo de libido. O fracasso desse mecanismo acarreta a hipocondria na parafrenia — de modo similar à angústia nas neuroses de transferência — e pode ser dissolvida através do trabalho psíquico do delírio.

Freud (1914/2004) analisa o frequente relato dos paranoicos de que estão sendo observados e de que suas ações são narradas. Infere que esse fenômeno, na verdade, testemunha a existência de uma instância censora no sistema psíquico; instância formada pela incorporação da crítica parental e, mais tarde, da sociedade. A mesma visaria à satisfação narcísica e observaria o Eu atual de modo a avaliá-lo de acordo com os padrões do ideal-de-Eu²⁰. Para que haja o recalque é necessário que tenha se formado esse ideal. O mesmo seria constituído através da mobilização de grandes quantidades de libido homossexual que se satisfariam através de sua manutenção.

²⁰ Seguimos aqui a grafia sugerida pela tradução de Luiz Alberto Hanns.

No caso da paranoia, Freud entende que o paciente luta contra essas influências, procurando recolher a libido delas, inclusive da parental. Como resultado, a consciência moral — que mais tarde será trabalhada por Freud através do conceito de Supereu — se apresentará regredida e será percebida como algo de fora, invasivo.

Para Lacan (1955-1956/1988), Freud percebe com o narcisismo que há modificações na “estrutura imaginária do mundo, e que elas interferem com modificações na estrutura simbólica” (p.124). Comenta que, ao falar do delírio como uma regressão narcísica da libido, o mesmo está localizando que o desejo que tem de ser reconhecido no delírio está em um plano diferente da neurose. Isso nos possibilita entender porque, mesmo o delírio sendo legível, Freud enfatiza a dificuldade de o sujeito restaurar sua relação com a realidade. O delírio, apesar de evidente, apresenta-se transcrito em um registro diferente.

Na neurose, trata-se do registro simbólico, da “duplicidade do significante e do significado” (LACAN, 1955-1956/1988, p.124). Vale ressaltar que a psicose “não é simplesmente [...] o desenvolvimento de uma relação imaginária [...] com o mundo exterior” (p.126). Lacan (1955-1956/1988) dirá, inclusive, que um delírio assim “como todo discurso, [...] deve ser julgado em primeiro lugar como um campo de significação que organizou um certo significante” (p.141).

No texto *O Inconsciente* (1915a/2004), mais uma vez, aparece a questão das psicoses. Freud retoma que o quadro, denominado por Kraepelin como *dementia praecox*, e de esquizofrenia por Bleuler, tem sido pensado a partir da maneira como “a psique desses pacientes se comporta diante do Eu e do objeto” (p.45). Como dito anteriormente, na neurose tal relação é vista no retrocesso da libido retirada do objeto real em direção ao objeto que existe na fantasia, e deste a um objeto recalcado. Como consequência do próprio recalque, o investimento de carga no objeto continua a existir no sistema *Ics*.

A transferência seria uma prova de que tal investimento no objeto permanece inalterado, enquanto que na esquizofrenia, conforme prefere denominar nesse trabalho, há uma oposição entre o Eu e o objeto: a libido retirada não se dirige para outro objeto, mas se volta para o Eu. Parece haver “uma desistência do sujeito de investir no objeto” (FREUD, 1915a/2004, p.45), o que, dependendo da extensão da doença, seria visível pela incapacidade de estabelecer transferência, pela falta de resposta à terapia, assim como pela recusa à realidade.

Nesse mesmo capítulo, chamado *Identificando o Inconsciente* (FREUD, 1915a/2004), é demarcado, novamente, um caráter de especificidade no mecanismo de defesa das psicoses. Freud diz que esses sintomas da esquizofrenia correspondem às formações substitutivas da neurose, mas que aqui “a relação entre o substituto e o recalque apresenta peculiaridades” (p.47). Também destaca que algumas alterações de fala presentes na estrutura das frases desses pacientes merecem atenção. Como discutido, Lacan (1955-1956/1988) indica que há somente uma forma de abordagem, conforme a descoberta freudiana: pôr a questão no próprio registro da fala, onde o fenômeno aparece. Vemos aqui o texto freudiano justamente realizar essa indicação: pontua a desorganização específica presente nas frases desses pacientes, os floreios, assim como as referências a órgãos ou inervações.

Nesse sentido, Freud (1915a/2004) examina o caso de uma “esquizofrenia incipiente” (p.46) acompanhado pelo Dr. Tausk, médico vienense. Ressalta que os “comentários que esses doentes fazem a respeito de suas próprias falas” que parecem desprovidas de sentido, “tem valor de uma análise, pois expressam um conteúdo equivalente ao da análise” (p.46). Para Freud, esses comentários esclarecem o significado e a gênese de palavras na esquizofrenia. No exemplo da paciente citada, o marido é um “distorcedor de olhos, ele torceu e virou os olhos dela” (p.46).

Trata-se, portanto, de uma linguagem dos órgãos, onde a relação com o órgão (olho) substitui todo o conteúdo e passa a representar os pensamentos. Essa ideia é importante, porque permite concluir que na esquizofrenia as palavras são submetidas ao processo primário, da mesma forma que os pensamentos oníricos são transformados em imagens oníricas. Nesse processo, uma única palavra pode assumir a representação de toda uma cadeia de pensamentos, já que as palavras são condensadas e deslocam as cargas de investimento uma à outra.

Pergunta-se, a partir disso, a que se deve o caráter de bizarrice do sintoma esquizofrênico? É que ao invés de prevalecer a relação com a coisa [*Sachbeziehung*], o que predomina é a relação com a palavra, o que se demonstra com o exemplo de que nesses casos, apesar da pouca semelhança objetiva, o buraco da vagina é tão buraco como um poro, pois na expressão linguística “buraco é buraco” (FREUD, 1915a/2004, p.48). Não é a semelhança dos objetos que é determinante aqui, mas a expressão linguística. “Portanto, é justamente nos aspectos em que palavra e coisa [*Ding*] não se equivalem que a formação substitutiva esquizofrênica se diferencia das neuroses de transferência” (p.48). Assim, pode-se concluir que o investimento de carga na

esquizofrenia é mantido nas representações-de-palavra (e não na representação-de-coisa²¹).

Vale dizer que para Freud (1915a/2004) uma representação-de-coisa acrescida de uma representação-de-palavra correspondente, consiste, em uma representação consciente, enquanto que a representação inconsciente é somente a representação-de-coisa. O sistema *Ics*, portanto, abarca os investimentos de carga referentes à coisa. Já o sistema *Pcs* é formado quando a representação-de-coisa recebe um sobreinvestimento de carga ao ser ligada às representações-de-palavra correspondentes. Seria esse sobreinvestimento o responsável pela saída do processo primário para o secundário. O recalque pode ser visto, nestes termos, como a recusa em aceitar a tradução da representação em palavras, de tal modo que a representação-coisa, não revestida de palavras, irá permanecer como recalcado no *Ics*. É válido lembrar que Freud não dispunha das ferramentas da linguística²². Apesar disso, já se mostra evidente, em seus escritos, como a relação entre a linguagem e o sintoma nos permitirá encaminhar a questão das psicoses.

Vemos aqui que o mecanismo do recalque envolvido nas neuroses de transferência não pode ser o mesmo que no caso da esquizofrenia e de outras afecções narcísicas. Freud (1915a/2004) chega mesmo a dizer: “certamente a fórmula [...] necessita de uma modificação” (p.50). Questiona diretamente: “qual seria o mecanismo, análogo ao recalque, pelo qual o Eu logra se deprender do mundo externo?” (FREUD, 1924a/2007, p.98). A tentativa de fuga do Eu é precisamente o elemento comum entre esses quadros.

Na esquizofrenia, tal fuga dá-se com a retirada dos investimentos de carga pulsional de todos os locais que estão representando na psique a representação-de-objeto inconsciente (FREUD, 1915a/2004), de forma que o investimento nas representações-de-palavra já representa uma primeira tentativa de “produção ou cura que predominam tão evidentemente no quadro clínico da esquizofrenia” (p.51). Essa via privilegia as palavras ao invés das coisas. Assim sendo, o modo esquizofrênico de operar trata as coisas concretas como se fossem abstratas.

²¹ A representação-de-coisa “consiste no investimento de cargas — se não nas imagens diretas da lembrança-de-coisa —, nos traços de lembrança que estão mais distantes e derivam dessas lembranças” (FREUD, 1915a/2004, p.49).

²² O curso de Linguística Geral de Ferdinand de Saussure data de 1916. Apesar de Jorge (2000), em *Fundamentos da Psicanálise de Freud e Lacan: As bases Conceituais*, divergir sobre o desconhecimento freudiano desse autor, acreditamos que isso não invalida a originalidade da articulação.

Em 1917, Freud demonstrará novamente uma tomada de posição ética diante do campo das psicoses. Dirá que para a psicanálise, diferente da psiquiatria, o delírio seria inteligível, fundamentado e relacionado ao contexto singular do paciente. Por outro lado, a psiquiatria se debruçaria apenas sobre a história familiar do doente, visando o aspecto causal em questão. Freud, a fim de demonstrar seu posicionamento, relata um caso de delírio de ciúmes, retomando sua fórmula de 1911, em que quem ama é um outro: “não sou eu quem o amo, é ela quem o ama” (FREUD, 1917/1996, p.87). Nessa situação, em particular, não é uma mulher madura de 53 anos que ama seu genro, mas seu marido que tem uma amante.

Freud nos ressalta que as descobertas no campo das psicoses são profícuas e necessárias, já que não se sabe como cada pequena parcela de conhecimento poderá se transformar em poder terapêutico. Chega a dizer que realizar tal pesquisa é mais do que interessante, é obrigatório. Todavia, problematiza que pouco se pode fazer pela paciente, devido a uma dificuldade nesse campo: o reconhecimento da dinâmica do inconsciente como própria.

Lacan (1955-1956/1988), por sua vez, dirá que o sujeito psicótico é aquele que ignora a língua que fala. Freud analisa o texto psicótico como se traduz uma língua estrangeira. A questão, para ele, é que o psicótico não fala, mas é falado por essa língua, igualmente estrangeira para ele. O inconsciente que aparece à “flor da terra” (p.20) permanece excluído para o sujeito. Segundo Lacan (1955-1956/1988), assim como não basta apontar o inconsciente como um não-consciente, a pergunta que se coloca não é tanto saber por que essa linguagem articulada não é reconhecida, mas sim porque o aparecimento do desconhecido dá-se no real.

CAPÍTULO 2 - SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA PSICOSE

2.1 “A volta do que não foi”: sobre a operação da *Bejahung* e da *Verwerfung*

Lacan (1955-1956/1988) ao abordar a estrutura do mecanismo específico de constituição do sujeito das psicoses refere-se ao texto freudiano *Die Verneinung* (FREUD, 1925/2007). É interessante destacar essa indicação, já que nesse trabalho Freud articula a entrada do animal humano na realidade, onde podemos ler: a entrada no simbólico, afinal é o símbolo que determina toda a realidade humana. Valer dizer que essa ideia de entrada, apesar de remeter a uma origem, não se refere a um desenvolvimento, mas responde à exigência de que haja um ponto inicial para a simbolização. Essa indicação mostra mesmo a necessidade de tratarmos da constituição do sujeito ao falarmos das psicoses. Lacan (1957-1958/1998) nos afirma sobre o drama da loucura: “é na relação do homem com o significante que se situa esse drama” (p.581). Como poderia ser diferente se a psicose revela a condição humana de submetimento à linguagem?

Ele considera que para que a entrada no simbólico ocorra, é necessário que o sujeito realize uma aceitação primordial. É “preciso admitir, atrás do processo de verbalização, uma *Bejahung* primordial, uma admissão no sentido do simbólico, que pode ela própria faltar” (LACAN, 1955-1956/1988, p.21). Trata-se aqui da aceitação, ou não, de “um primeiro corpo significante” (p.174). A constituição do “mundo da realidade” (p.174) como estruturado em termos significantes, na suposição freudiana, se dá no interior desse corpo primordial. Lacan formula que pode “acontecer que um sujeito recuse o acesso, ao seu mundo simbólico”, havendo a recusa “de alguma coisa que, no entanto, ele experimentou e que não é outra coisa naquela circunstância senão a ameaça de castração” (p.21).

A *Verwerfung* é essa recusa específica, em que nada se quer saber no sentido do recalque. Lacan (1953-1954/1986) cita o próprio Freud, “*Eine Verdrängung ist etwas anderes als eine Verwerfung*” (p.55), a fim de sustentar que o recalque e a rejeição são questões diferentes na pena do mesmo. Explicita que o que cai sob o golpe da *Verwerfung*, não terá o mesmo destino que aquilo que sofre o golpe do recalque na neurose. O recalque tem como verso o retorno do recalcado, de modo que “aquilo de que o sujeito não se pode falar, ele o grita por todos os poros do seu ser” (LACAN,

1954/1998, p.388). Isto é, a *Verwerfung* não se refere ao retorno do recalcado que se exprime de maneira articulada nos sintomas e em outros fenômenos. Ela refere-se ao reaparecimento no real do que foi recusado da ordem simbólica. A partir dessas formulações, propomos que, daqui em diante, possamos circunscrever o emprego do termo “retorno” para o mecanismo do recalque, e “reaparecimento” para a *Verwerfung*.

Para Lacan (1954/1998), a *Verwerfung* não está no mesmo nível de uma denegação, mas de uma não-*Bejahung*. A *Verneinung* pode, na verdade, ser localizada em uma etapa posterior a *Verwerfung*. Afirma que o “processo de que trata aqui sob o nome de *Verwerfung*, [...] trata-se exatamente do que se opõe à *Bejahung* primária e constitui como tal aquilo que é expulso” (p.389). A condição para que alguma coisa exista para o sujeito é a *Bejahung*. Há ao nível de uma experiência primitiva, um “ponto de origem em que a possibilidade do símbolo abre o sujeito para uma certa relação ao mundo” (LACAN, 1953-1954/1986, p.74).

Em síntese, podemos dizer que no primeiro se daria a expulsão primária que demarca o real, aquilo que é externo ao sujeito (LACAN, 1954/1998). Trata-se, então, de que depois da expulsão ocorre a discriminação da realidade como aquilo que do objeto dessa percepção primária não apenas é instaurado pelo sujeito como existente, mas que pode ser reencontrado no lugar onde o sujeito pode apoderar-se dele. A *Vorstellung*, para Lacan, é constituída pela reprodução imaginária da percepção primária. Salienta que nessa realidade — que o sujeito irá “compor segundo a gama bem temperada de seus objetos” — o real “como suprimido da simbolização primordial, *já está presente*” (p.391).

O caso do *Homem dos Lobos* vem em nosso auxílio para pensar o “que se passa quando essa *Bejahung* não se produz” (LACAN, 1953-1954/1986, p.74). Ao tomarmos brevemente esse caso, em que Freud avançou, não sem surpresas, notamos que não aparece em sua história traço do plano genital. Vale dizer que o termo história trata do lugar onde se observa o retorno do recalcado (LACAN, 1954/1998). Como vimos, aquilo “que não veio à luz do simbólico aparece no real” (p.390), sendo a alucinação, justamente, a forma que o real toma ao emergir²³. Assim, a “castração, que é precisamente o que para ele [Homem dos Lobos] não existiu” (LACAN, 1953-1954/1986, p.73), não se colocou nas possibilidades de fala, manifestando-se “sob a forma do que ele imagina — ter-se cortado o dedinho, tão profundamente que só se

²³ Em outras palavras, a alucinação “está longe de ser um objeto que o satisfaça [o sujeito], e que só da maneira mais incongruente concerne à sua intencionalidade atual” (LACAN, 1954/1998, p.391).

segura por um pedacinho de pele” (LACAN, 1953-1954/1986, p.73). Tais manifestações ocorrem, como estamos abordando, no real, “real primitivo” (p.74). O real, desse modo, pode ser formulado como o que resiste em absoluto à simbolização.

Nesse momento, uma breve digressão faz-se necessária. No *Seminário livro 3* (LACAN, 1955-1956/1988), a respeito dessa “volta do exterior”, encontramos termos como “reaparece”, “aparece”, “emergir”, “manifestar”. Na citação que recorreremos acima se lê: “o que não veio à luz do simbólico *aparece* no real” [grifo nosso] (LACAN, 1954/1998, p.390). Gostaríamos, então, não apenas de adotar o termo reaparecer para a *Verwerfung*, mas refletir que, talvez, haja maior precisão ao utilizar “aparecer”. A utilização do prefixo “re” pode provocar equívocos ao abordar a volta disso de que não se quer “saber nada [...] no sentido do recalque”. Afinal, como pensar em reaparecimento se “a castração, [...] é precisamente o que para ele [Homem dos Lobos] não existiu”, como já citado.

O Homem dos Lobos, tomado por um sentimento de catástrofe, tem suspensa toda sua possibilidade de fala, não podendo nem mesmo chamar por sua querida babá. Diferente do que ocorre quando se esquece um nome e o significante falta, aqui o sujeito paralisa frente à estranheza do significado, não conseguindo comunicar o sentimento que experimentou, nem mesmo por um apelo (LACAN, 1954/1998). Ele não está apenas em uma posição de imobilidade, ele se afunda “numa espécie de funil temporal de onde retorna sem ter podido contar as voltas de sua descida e sua subida, e sem que seu retorno à superfície do tempo comum tenha correspondido em nada a seu esforço” (p.392).

Lacan (1954/1998) cita Freud: “*Er verwarf sie*, ele suprimiu a castração” (p.388), apontando que há aqui uma abolição simbólica, de modo que a realidade genital permaneceu “como letra morta para seu inconsciente” (p.388). Ainda relendo Freud, Lacan (1953-1954/1986) destaca que não houve nenhum julgamento sobre a existência da questão da castração: as “coisas estão aí, [...] como se elas não existissem” (p.56). Para que fosse possível querer saber da castração no sentido do recalque seria preciso que isso de alguma forma fosse assumido na simbolização primordial (LACAN, 1954/1998, p.390).

Portanto, pode-se dizer que Lacan (1954/1998) introduz o termo *Verwerfung* onde Freud pontua a *Ausstossung*. É a *Ausstossung*, a expulsão, que constitui o real, o domínio do que existe/subsiste fora da simbolização. É por essa razão que podemos dizer que a castração, “suprimida pelo sujeito dos próprios limites do possível, mas

igualmente subtraída, por isso, das possibilidades da fala” (LACAN, 1954/1998, p.390), aparece no real. O real está prestes a invadir o que o “princípio de realidade” constrói nele, o chamado mundo externo. O real pode com “seus estrondos” invadi-lo a qualquer momento (p.390). É nesse sentido que a concepção lacaniana articula, então, a questão do dentro e do fora elaborada por Freud (1925/2007).

Nesse ponto uma diferenciação proposta por Lacan (1955-1956/1988) pode nos auxiliar a pensar os fenômenos psicóticos. Lembramos que o sujeito precisa *reencontrar* o objeto do desejo — e não *encontrar*, como supõe uma adaptação natural —, cujo “aparecimento é fundamentalmente alucinado” (p.102). O princípio de realidade consiste no fato de que esse reencontro nunca ocorre. Reencontra-se apenas um objeto distinto, “pois que deve por definição reencontrar alguma coisa é de empréstimo” (p.102).

Contudo, para além do “que é posto à prova e procurado pelo sujeito” aparece no real outra coisa. Algo que difere daquilo “em direção de que o sujeito é conduzido pelo aparelho de reflexão, de domínio e de pesquisa que é o seu eu, com tudo o que ele comporta de alienações fundamentais” (LACAN, 1955-1956/1988, p.102). É essa outra coisa que estamos estudando e que Lacan assinala poder “surgir, seja sob a forma esporádica dessa pequena alucinação [...] a propósito do Homem dos Lobos, seja, de maneira muito mais extensiva, como a que se produz no caso do presidente Schreber” (p.102).

Posto isso, ele acredita que o fenômeno psicótico esteja relacionado a “emergência na realidade de uma significação enorme” que por nunca ter feito parte do simbólico, não pode ser ligada a nada e que “em certas condições, [pode] ameaçar todo o edifício” (LACAN, 1955-1956/1988, p.102). Em razão disso, é interessante notar que apesar de Lacan destacar na pena freudiana um mecanismo que ele eleva à dignidade de operador psíquico constitutivo de todas as psicoses, não propõe que Serguei Pankejeff²⁴ seja psicótico. Afirma que poderia vir a ser mais tarde²⁵, mas que no momento em que essa vivência limitada e estranha da infância do Homem dos Lobos se apresenta, pode-se falar em um fenômeno de psicose. Lacan (1954/1998) chega a chamar tal alucinação de errática, essa surgiria, justamente, como “resposta a um ponto da realidade que pertence ao limite onde ele foi suprimido [foracluso] do simbólico” (p.393).

²⁴ Nome verdadeiro do Homem dos lobos.

²⁵ Vale dizer que Lacan retoma tal caso em diversos pontos de seu ensino. Aqui nos atemos à discussão realizada em *O Seminário livro 1: Os escritos técnicos de Freud* (1953-1954/1986). Tal caso foi amplamente debatido, sendo objeto de grande controvérsia diagnóstica no campo psicanalítico.

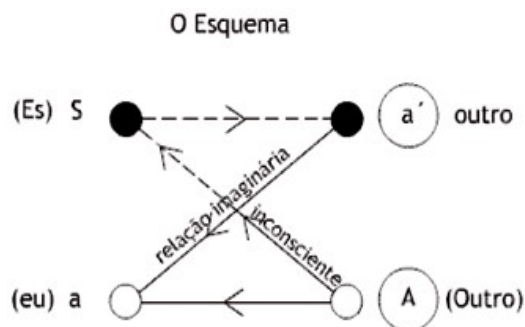
É válido indicar, conforme afirma Lacan (1954/1998), que o real, enquanto ruído frequente idêntico à existência do sujeito, pode mesmo irromper e “submergir com seus estrondos” o que o princípio de realidade construiu nele como fora, como mundo externo (p.390). Assim, se nas psicoses o retorno no real pode ser estrondoso, isso não implica que na neurose o real não faça barulho.

Cabe destacar também que a formulação em que a presença da alucinação é tomada como fenômeno errático é orientadora para a clínica. Como a alucinação não constitui uma alteração da percepção ou da sensopercepção, não é possível pensar em termos de estrutura da psicose pela presença da alucinação, sendo necessário recolher a relação do sujeito com a linguagem. Tal indicação pode parecer simples, contudo, muitas vezes no dia a dia dos serviços, continuamos apenas questionando o paciente “se ele escuta com a orelha ou dentro da cabeça”, “se escutou antes de usar a droga ou depois”, “se a voz fala muito ou só um pouquinho”. Nessas tentativas “ficamos na relação elementar com a realidade, no registro acadêmico” e “tentar saber se, sim ou não, uma palavra é ouvida não é talvez o problema mais interessante” (LACAN, 1955-1956/1988, p.130).

A indagação que Lacan coloca, então, é: “o sentimento de real, não se apresenta ele no seu máximo na manifestação abrasadora de uma realidade irreal, alucinatória?” (1953-1954/1986, p.82). Dessa forma ele indica um paradoxo: nada é mais sentido como real do que uma realidade alucinatória. O sujeito ao deparar-se com o símbolo suprimido de sua *Bejahung* está convencido de seu caráter de realidade. Esse símbolo não entra no imaginário, e apesar de “maciçamente simbólico”, ele aparece no real por não existir para o sujeito. Ele “ex-siste”, nos diz Lacan (1954/1998, p.394). Posto isso, pode formular que “nada existe senão sobre um suposto fundo de ausência. Nada existe senão na medida em que não existe” (p.394).

Através da diferenciação entre o mecanismo da *Verwerfung* e do recalque, apontamos como o retorno do recalçado está em um plano diverso do aparecimento do que foi *verworfen* (LACAN, 1955-1956/1988, p.22). A fim de encaminhar a questão da *Verwerfung* e do que aparece no real, a questão da foraclusão e da alucinação, nos dedicaremos ao Esquema L apresentado no *Seminário livro 3* (LACAN, 1955-1956/1988). Esse esquema nos permitirá avançar não somente na problemática da alucinação, mas na constituição do sujeito enquanto determinado pela linguagem.

2.2 Um curto-circuito



Lacan (1955-1956/1988) afirma que o esquema L não é o “esquema do mundo”, mas “a condição fundamental de qualquer relação” (p.78), onde se inscreve a relação do sujeito com o Outro. O mesmo é composto no sentido vertical pelo registro do sujeito, da fala e da ordem da alteridade, do Outro. Pode-se dizer também que os três pontos cardeais são termos subjetivos do complexo de Édipo, enquanto S seria o registro do sujeito inconsciente, aquele que “não sabe o que diz” (1954-1955/1995, p.307). Considera que se S “soubesse o que diz [...] estaria ali, embaixo, a direita” (p.307).

De saída o sujeito do inconsciente (S) é chamado por Lacan (1957-1958/1999) de estúpido, de morto²⁶ da partida, pois não tem seu significante. O sujeito não constituído, então, comparece com sua estrutura imaginária. Vale dizer que Lacan nos fala aqui de uma partida e o interessante dessa metáfora é apontar que essa é uma partida que não se joga apenas uma vez. Posto que instituído o sujeito, o jogo não está totalmente dado. O que se desenrola é uma partida que se institui como regra.

Observamos figurar no esquema o ponto *a*: o eu. Este é uma construção imaginária, e em estrita relação com ele temos *a'*, o outro especular. Por fim, teremos o quarto termo: A, o Outro, que existe a partir do momento em que se fala com alguém, como lugar da fala e da cadeia significante, “tesouro do significante”, onde “se produz a refração do desejo pelo significante” (LACAN, 1957-1958/1999, p.154). Devido o sujeito ser parte integrante do esquema, o mesmo pode ser sintetizado também da seguinte forma:

Ele o é [o sujeito é parte integrante], com efeito, enquanto repuxado para os quatro cantos do esquema, ou seja, S, sua inefável e estúpida existência, a, seus objetos, *a'*, seu eu, isto é, o que se reflete de sua forma em seus objetos,

²⁶ À medida que o jogo dos significantes vem lhe dar significação, esse sujeito deixa de ter como única via para entrar nesse jogo o modo do morto (LACAN, 1957-1958/1998).

e A, lugar de onde lhe pode ser formulada a questão de sua existência (LACAN, 1957-1958/1998, p.555).

Dirá, inclusive, que o esquema L significa que o estado do sujeito, em relação à neurose ou psicose, irá depender “do que se desenrola no Outro, A” (p.555). O que se desenrola no Outro articula-se como um discurso, de modo que Lacan pode afirmar que “o inconsciente é o discurso do Outro” (p.555). Freud teria buscado, justamente, definir “a sintaxe [desse discurso] relativa aos fragmentos que nos chegam em momentos privilegiados, sonhos, lapsos, chistes” (p.555).

Também é possível analisar o esquema a partir de seus pontos de chegada e partida. Observa-se que de A, do Outro, não chegam vetores, apenas partem, o que tem por consequência esse não ser um lugar determinado pelos outros termos, mas um lugar determinante. Por outro lado, em *a* somente chegam vetores, indicando a condição de determinação do eu tanto pelo Outro, como pelo semelhante *a'*. De S um vetor parte em direção a *a'*. Esse vetor que parte do sujeito do inconsciente é chamado desejo, o que faz de *a'* o objeto desse desejo. Ainda em S, chega um vetor vindo de A, mostrando que ele é determinado pelo Outro.

Finalmente, em *a'* chega o vetor do desejo, o vetor vindo de S, e parte um vetor em direção ao ponto *a*, demonstrando a determinação do eu pelo outro, assinalando que “o eu humano é o outro” (LACAN 1955-1956/1988, p.50)²⁷, assim como mostra que o eu é “originariamente [uma] coleção incoerente de desejos”, estando aí “o verdadeiro sentido da expressão corpo espedaçado” (p.52). O fato do eu estar de saída alienado no outro implica sempre a possibilidade de que eu seja intimado a anular o outro, ou de que seja anulado por ele. Essa alienação constituinte será relevante para nosso trabalho e, por isso, retornaremos a esse ponto algumas vezes.

Observamos que o vetor que vai de A a S representa o eixo simbólico, enquanto o imaginário pode ser localizado naquele que vai de *a'* a *a*. Lacan (1957-1958/1998) nos lembra que é para experiência do Outro inconsciente que Freud nos guia, não se tratando, pois, de nos debruçarmos em “pululações protomórficas da imagem” (p.556). Esse estoque de imagens localiza-se, portanto, estendido entre *a* e *a'* no “véu da miragem narcísica, eminentemente adequada para sustentar, por seus efeitos de sedução e captura, tudo o que nela vem refletir-se” (p.557). Não tomar tal eixo como miragem é

²⁷ Aqui, talvez, Clarice Lispector (1987) nos auxilie. Ela escreve: “se digo ‘eu’ é porque não ousou dizer ‘tu’, ou ‘nós’ [...] mas sou o és-tu” (p.6).

desconhecer a articulação significante, ao passo que o vetor de A a S nos faz ver que existe uma distância entre o sujeito e o Outro, e que tais pontos não são simétricos.

Nesse momento de seu ensino, Lacan (1955-1956/1988) dirá: “Eu insisto — a ordem simbólica deve ser concebida como alguma coisa de superposto, e sem o que não haveria vida animal possível para esse sujeito estrambólico que é o homem” (p.114). O mesmo nos adverte que estamos imersos no símbolo, apesar de que diante da criança que brinca de desaparecer e tornar a aparecer — se exercitando na apreensão do símbolo — quase nos esquecermos de que “a linguagem existe, enche bibliotecas, transborda, rodeia todas as suas ações, guia-as, suscita-as” (p.98).

Posto que é no Outro que a palavra situa-se, nesse esquema Lacan indica que a fala vazia advém na dimensão imaginária (eixo $a - a'$), enquanto a fala plena estaria situada no eixo A – S (1955-1956/1988). Em síntese, na fala plena “se articula o compromisso do sujeito numa relação fundamental com o Outro” (1957-1958/1998, p.483). Esse esquema faz figurar “a interrupção da palavra plena entre o sujeito e o Outro e seu desvio pelos dois eu, a e a' , e suas relações imaginárias” (1955-1956/1988, p.23). Assim, a palavra plena é interrompida pelo circuito imaginário que faz barreira a sua passagem. Pode-se mesmo dizer que o sujeito, em seu “espedaçamento natural, que está em a' , refere-se a essa unidade imaginária que é o eu, a ” (p.186). Em a ele não apenas se conhece, mas se desconhece, “e que é aquilo de que ele fala — ele não sabe a quem, já que não sabe tampouco quem nele fala” (p.186).

Essa mesma discussão pode ser feita invertendo o ponto de partida e, então, temos que uma das funções do eu seria justamente não ser tragado pela frase simbólica contínua que organiza nossas ações como ações (faladas). Essa é uma consequência da noção de inconsciente freudiano, já que pressupõe uma construção simbólica que “recobre com sua trama todo o vivido humano” (LACAN, 1955-1956/1988, p.132). Esse monólogo está em continuidade com o diálogo exterior, sendo possível afirmar, como dito, que o inconsciente é o discurso do Outro. A consciência desvia-se dessa frase, mas ela persiste.

Ora o que notamos, portanto, é que as análises de Lacan (1955-1956/1988) tocam mesmo na questão da relação de objeto, e, inclusive, na função a ser dada “ao eu na cura” (p.23). Para ele, há uma triplicidade no sujeito destacada no esquema “que abrange o fato de que é o eu do sujeito que fala normalmente a um outro, e do sujeito, do sujeito S, em terceira pessoa” de modo que “o sujeito *se* fala *com* o seu eu” (p.23). Vale dizer que existem duas maneiras de falar de S: “dirigindo-se ao Outro, [...] e dele

recebendo a mensagem que concerne a você sob uma forma invertida, ou indicando [...] sua existência, sob a forma de alusão” (LACAN, 1955-1956/1988, p.64). No sujeito não psicótico esse *se* falar não se explicita jamais, sendo toda assunção do eu revogável. Porém, as psicoses nos mostram o sujeito radicalmente identificado ao seu eu, com o qual ele fala, ou o eu completamente assumido de modo instrumental.

Retornamos, então, à questão da alucinação verbal. Ela é chamada de fenômeno elementar, cuja marca é ser acompanhado do sentimento de realidade. No momento em que essa alucinação aparece no real mostra exatamente como o sujeito fala com seu eu literalmente, e é como se um narrador comentasse sua atividade. Em outras palavras, vemos essa frase, esse monólogo interior explicitar-se (LACAN, 1955-1956/1988). Dessa forma, os “fenômenos em questão na alucinação verbal manifestam na sua própria estrutura a relação de eco interior em que o sujeito está relativamente a seu próprio discurso” (p.187). Uma importante consequência disso é que não há motivos para não reconhecer nas vozes um testemunho dessa frase que recobre o vivido, do próprio texto do vivido.

Em consonância com o abordado, Lacan (1955-1956/1988) afirmará que a relação analítica entendida como dual demonstra mesmo o desconhecimento da ordem simbólica em sua autonomia. Critica também o manejo da relação de objeto dos analistas de sua época, que substituiria o reconhecimento simbólico pela autenticação do imaginário. Tal manejo, segundo ele, poderia mesmo levar — em função das condições do sujeito — ao desencadeamento da psicose. Por conseguinte, aponta que para o analista trata-se de não fazer uma identificação com o sujeito, de não ocupar a posição *a'*, “de ser bastante morto para não ser pego na relação imaginária” (LACAN, 1955-1956/1988, p.186). A direção do tratamento estaria, assim, relacionada à diminuição da relação imaginária, à “progressiva migração da imagem do sujeito em direção ao S, a coisa a revelar [...], que só pode encontrar seu nome na medida em que o circuito tiver terminado diretamente de S em direção A” (p.186).

É preciso, nesse momento, colocarmos algumas questões sobre a relação imaginária, *a – a'*. Primeiro, é importante dizer que toda agressividade tem sua fonte mais radical nesse tipo de relação (LACAN, 1955-1956/1988). O outro, nesse caso, é um ser de “puro desejo” e “de pura interdestruição” (p.343). Como dissemos, o fato do eu estar alienado no outro de saída, implica sempre a possibilidade de que eu seja anulado por ele. A dialética do inconsciente é sempre marcada pela impossibilidade de coexistência com o outro. Pode-se observar tal condição acerca da relação dual no caso

Schreber, assim como nos casos de psicoses em geral. O presidente Schreber está sempre em uma difícil posição: “se é ele que fala, se isso fala no outro, eu desapareço, assassinato de alma; se sou eu que falo, que tomo a palavra, é ele que desaparece e nesse momento angústia do fim do mundo” (MELMAN, 2018, p.3). Assim, esse autor nos aponta como a lógica do “ou ele ou eu” é predominante na psicose.

Nesse ponto, já notamos, então, como os registros do real e do simbólico são indispensáveis para pensar o campo das psicoses. Destacaremos, agora, a importância do imaginário. Nas psicoses, pode-se dizer que há mesmo um “curto-circuito” na relação triangular edipiana (LACAN, 1955-1956/1988, p.343). Esse curto produz uma relação dual, onde as fronteiras com o outro estão borradas, o que é manifesto por diversos fenômenos clínicos. Parece plausível apontar, por exemplo, o que as equipes comumente chamam de “cola”. Dizem: “Jair e João dormem no mesmo quarto na Unidade de Acolhimento, estão no mesmo emprego e vão juntos para o CAPS”. Ou ainda, o fenômeno do “parceiro de copo”, em que não se sabe onde um começa a beber e o outro termina, o que aparece acompanhado de frequentes acusações de que “foi ele que trouxe”. Essa “cola” — ou, como dizem os pacientes, o “fechamento” — sempre termina em conflitos que evidenciam mesmo a ambiguidade e a rivalidade sem lei que se torna aniquiladora, onde, muitas vezes, a forma de manejo encontrada pelos profissionais é a separação concreta, retirando um dos envolvidos da situação.

O sujeito desejante constitui-se em torno de um centro “que é o outro na medida em que ele lhe dá sua unidade” (LACAN, 1955-1956/1988, p.51), como veremos com mais detalhes adiante. Aqui já se evidencia, no entanto, “no interior da relação da fala alguma coisa que provém de uma outra origem”. É “exatamente a distinção do imaginário e do real” (p.51). Vemos, assim, como o objeto é de início objeto de rivalidade. É essa rivalidade primária que é superada na fala ao fazer intervir o terceiro, posto que a “palavra é sempre pacto, acordo” (p.51). Contudo, observamos que o caráter agressivo deixa sua marca, na verdade, em todo discurso relacionado ao outro, ao Outro e ao objeto.

Anteriormente, em seu *Seminário livro 2*, Lacan (1954-1955/1995) havia ligado o imaginário à figura do louco, “aquele que adere a este imaginário, pura e simplesmente” (p.308). O louco seria aquele que adere ao *a*, estreitando-se a distância entre *S* e *a*. Diz que para alguns psicanalistas os fenômenos de despersonalização seriam vistos como sinais de desintegração, enquanto para ele não necessariamente se trataria de uma psicose. A possibilidade de tais fenômenos seria sustentada, justamente, pela

relação do simbólico com o imaginário. Como Eidelsztein (1992) sinaliza, aqui lemos uma diferença entre o louco e a estrutura psicótica. Essa última, como estamos analisando, implica uma relação radicalmente diferente com a linguagem da estabelecida na neurose, o que nos parece permitir afirmar que o sujeito pode estar mais aderido ao imaginário, “mais enlouquecido”, sem nos aproximarmos da ideia de uma estrutura psicótica²⁸.

Podemos, a partir disso, considerar duas dimensões distintas: a psicose paranoica e a dimensão paranoica presente no neurótico. Como vimos, o eixo $a - a'$ é constituinte tanto do que está ligado ao caráter paranoico das relações com o outro na neurose (agressividade, rivalidade), quanto da paranoia. O que marcará essa distinção é, justamente, o eixo da relação com o Outro. Na paranoia, o eixo do Outro não se coloca como terceiro, produzindo o monólogo narrativo que descrevemos anteriormente. Na leitura lacaniana, Freud percebe esse aspecto dual, mas o assinala no registro homossexual. Como afirmamos no primeiro capítulo, é a partir de outras articulações — por exemplo, o falo enquanto significante — que Lacan pôde avançar para além da hipoteca do registro homossexual. Ressaltamos, nesse caso, a redução ao registro dual, a partir da exclusão da dimensão terceira.

Lacan (1955-1956/1988) diz que na “fala delirante, o Outro está verdadeiramente excluído, não há verdade atrás, há tão pouca que o próprio sujeito não põe nisso nenhuma verdade” (p.65), de modo que “é preciso muito tempo antes que ele tente restituir em torno disso uma ordem a que chamaremos a ordem delirante” (p.65). Em razão disso, o que diz respeito ao sujeito é dito pelo outro, pelo semelhante. Sendo assim, é no ângulo aberto entre o Outro e o outro que a dialética do delírio poderá ser situada. No delírio erotomaníaco, por exemplo, o outro está de tal forma “neutralizado que ele se desenvolve nas próprias dimensões do mundo” (p.65), já que o outro ao qual ele se endereça é um outro com o qual ele não tem relação concreta. Pode-se formular, assim, que o delírio é uma “perturbação da relação com o outro” e que está “ligado ao mecanismo transferencial” (p.348). Nesse momento, vemos o tema do papel do analista na escuta do delírio colocar-se de modo preeminente.

Aqui uma pequena observação proposta por Sciara e Tyszler (2009) faz-se relevante. Para o autor, descrever que o Outro está excluído é uma fórmula caricatural da regressão tópica sobre o eixo imaginário, sendo possível pensar um sujeito

²⁸ Tal temática poderia receber maior desenvolvimento, o que foge ao escopo que delimitamos para essa pesquisa.

completamente identificado ao seu eu sem tal exclusão. Assim, a “relação com o Outro pode apenas ser recoberta pelo processo da relação imaginária, sob as formas da alusão, da intrusão, do comentário e da difusão” (SCIARA; TYSZLER, 2009, p.157). Posto isso, é relevante atentar para as diversas possibilidades de relação com o Outro que serão lidas na clínica. Mais adiante, veremos que a operação da *verwerfung* não implica que não haja para os psicóticos, em sua imensa maioria, um lugar do Outro. O próprio Lacan (1955-1956/1988) afirma que o psicótico pode “apreender o Outro” na “relação com o significante”, ou seja, ele se relaciona com a forma da fala, com o “invólucro” (p.289).

Além da fala delirante, precisamos nos deter na noção de fala. Lacan (1955-1956/1988) indaga: “O que é a fala? Será que o sujeito fala, sim ou não?” (p.47). “Será que a fala é uma emanção que paira acima dele?” (1957-1958/1999, p.185). Ele responde que falar é antes de tudo falar aos outros. É necessário explicitar que se trata da fala enquanto uma estrutura que por ela mesma coloca a dimensão do Outro. A estrutura da fala é essa, portanto, em que “o sujeito recebe sua mensagem do outro sob uma forma invertida” (1955-1956/1988, p.47). Vale dizer, nesse ponto, que esse sujeito que recebe a mensagem invertida não existirá “se não houver um significante que o funde” (1957-1958/1999, p.195).

A palavra plena é fundada nessa estrutura. Há duas formas exemplares da mesma: *fides* e fingimento (falas fundadoras e falas mentirosas). Na primeira, temos uma palavra que empenha o outro, a palavra opera como fundadora da posição dos dois sujeitos — por exemplo, “*Você é a minha mulher*” e “*Você é o meu mestre*” (p.47). A contraprova disso é o fingimento, ele é o signo através do qual se pode reconhecer a relação sujeito a sujeito, e que a diferencia da relação sujeito a objeto. Se o que se diz ou faz pode ser suposto como um fingimento, estamos diante de um sujeito: “O que o sujeito me diz está sempre numa relação fundamental a um fingimento possível, aonde ele me remete e onde recebo a mensagem sob a forma invertida” (p.48).

Posto isto, a palavra é definida como falar ao outro. É, em última análise, fazer falar o Outro como tal, de modo que o valor fundador das falas supracitadas e o que é visado na mensagem é justamente que o outro comparece aqui como Outro Absoluto. Isso significa que ele não é conhecido, mas é reconhecido. O Outro será aquilo diante do que o sujeito humano se faz reconhecer, mas isso só é possível “porque ele é em primeiro lugar reconhecido” (p.63).

No fingimento, o mesmo acontece, pois não se sabe se é de fato uma mentira ou não. A ligação da palavra no nível em que é falada ao outro é marcada pela existência dessa incógnita na alteridade do Outro. Anos mais tarde, Lacan (1960/1998) sintetiza: “está claro que a Fala só começa com a passagem do fingimento à ordem significante e que o significante exige um outro lugar — o lugar do Outro [...] — para que a Fala que ele sustenta possa mentir, isto é, colocar-se como Verdade” (p.822).

A partir do exposto, na medida em que a paciente paranoica, — que se refere ao termo *Galopiner* —, tenta trapacear, Lacan pode afirmar que ela existe como sujeito. Ela é capaz de falar ao outro, de enganar o outro, esse outro que está aí enquanto Outro absoluto. Nesse ponto, aproveitamos para trazer a questão — e uma breve digressão — acerca do sujeito no que se refere às psicoses. A questão do sujeito é primordial. O que “decide tudo aqui, é saber que conceito nós podemos fazer para nós do sujeito, pois é de sua estrutura que depende todo o resto” (CZERMAK, 2012, p.198). Vale lembrar que esse sujeito não é o *self*, mas aquele que poderá advir “no momento da emergência do indivíduo humano nas condições da fala” (LACAN, 1957-1958/1998, p.489).

Tal temática atravessa toda nossa pesquisa e será aprofundada ao longo do trabalho. Contudo, acreditamos que aqui já é preciso apostar na articulação ‘sujeito da psicose’, como distinta da ideia de psicose do sujeito e, ainda, de sujeito psicótico. Teríamos, então, o sujeito neurótico e o sujeito da psicose. É o próprio Lacan que em 1960 emprega tal termo, afirmando: “Mensagens de código e códigos de mensagens distinguir-se-ão como formas puras no *sujeito da psicose*, aquele que se contenta com esse Outro prévio” [grifo nosso] (p.821).

Lemos o relevo que torna nosso recorte mais preciso com Czermak (2009b) que, em um pequeno comentário, nos fala de um “puro sujeito da psicose” (p.118) em equivalência a um puro objeto. Esse recorte revela, portanto, a radicalidade da estrutura das psicoses, ao mesmo tempo em que indica que não se trata de um sujeito que está fora da linguagem, mas de uma fala para além do sujeito, de um sujeito falado sem cessar pela linguagem. Trata-se, assim, sobretudo de uma aposta ética, como se fará notar, posteriormente.

Voltando ao caso da paciente paranoica, temos que ela não somente fala ao outro, o que nos leva a outra característica da palavra: ela fala *do* outro enquanto objeto. No momento em que um sujeito fala dele, é isso que está em jogo. Quando ela fala de si, Lacan (1955-1956/1988) pode apontar a presença do delírio. Apesar de ela falar do que é nosso objeto comum, *do* outro, é possível apontar que há outra estrutura em

questão. Ela não fala de um objeto qualquer, mas de algo tão interessante que continua envolvida com o mesmo, isto é, fala de algo que ela testemunha. Na ordem do testemunho²⁹ há sempre a virtualidade da luta “ou ele ou eu”.

Assim, ela fala de um “objeto que não é como os outros, de um objeto que está no prolongamento da dialética dual” (LACAN, 1955-1956/1988, p.52), fala de alguma coisa que lhe falou. Portanto, o paranoico compreendeu que algo tomou forma de palavra e agora lhe fala. Ele testemunha a respeito “da estrutura desse ser que fala ao sujeito” (p.52). Essa estrutura desse ser é o S, sendo o inconsciente a parte no sujeito que fala: “nas psicoses é isso que fala” (p.52).

Vale destacar, assim, que se nota uma alienação na psicose diferente da alienação como forma geral do imaginário em que vemos a identificação e o cenário vacilante do outro. O que não significa como dissemos que o sujeito esteja fora da linguagem. “Desde que o sujeito fala, há o Outro [...]. Sem isso, não haveria o problema da psicose. Os psicóticos seriam máquinas de fala” (p.52). Esse sujeito que não é uma máquina está preso com o outro na “relação imaginária, centro de gravidade do seu eu [...], e no qual não há palavra” (p.54).

Retomamos, então, que na palavra verdadeira o Outro é aquilo diante do que eu posso me fazer reconhecer, mas isso só acontece se, primeiramente, ele é reconhecido. Lacan (1955-1956/1988) está destacando uma dimensão suplementar ao dizer “*Você é minha mulher*”, pois implicitamente está dito “*Eu sou seu homem*”. Em primeiro lugar, “você a institui na posição de ser reconhecida por você, mediante o que ela poderá reconhecer você” (p.63). Portanto, essa fala já é um além da linguagem, assim como no fingimento supõe também o reconhecimento de um Outro absoluto.

Lacan, através de uma comparação com a passagem do livro *Alice no País das maravilhas*, em que os personagens da corte da rainha, para jogar cartas, vestem-se delas, afirma que é a partir de uma palavra que a partida é instituída. Uma fala, mesmo que seja mentira, determina todo o discurso que se segue. A dimensão do discurso não se refere apenas à fala. Inclui atos, encaminhamentos. Uma palavra será necessariamente sustentada ou não pelo discurso. Será preciso, então, recusá-la ou confirmá-la, vesti-la. Uma vez iniciada a partida do jogo dos símbolos, está dada a força da linguagem, sendo preciso seguir suas regras. Talvez seja possível dizer

²⁹ “A comunicação desinteressada é, no limite, apenas um testemunho malogrado, ou seja, alguma coisa sobre a qual todo mundo está de acordo” (LACAN, 1955-1956/1988, p.49).

que, por vezes, falta um significante especial e a vestimenta da linguagem passa a constituir-se de modo diverso.

Ainda sobre as relações do sujeito da paranoia, tomemos o caso da paciente que escuta *Porca* (LACAN, 1955-1956/1988, p.60). Ela recebe do outro sua própria fala não invertida, ou seja, a fala dela está no outro, que é ela mesma. Se na neurose a mensagem retorna do Outro de forma invertida, aqui não há inversão e ela, então, escuta o vizinho dizer: *Porca*. O vizinho que ela encontra no corredor é esse *a* que lhe fala *Porca* e “não há *A*” (p.64). De modo que é *a'* que diz: “Eu venho do salsicheiro?”, e é de *S* que está se falando. Dizer que a palavra se exprime em *a*, no fantoche, equivale a dizer que a palavra se exprime no real.

Assim, ela própria enquanto eu é sempre um outro e fala por alusão, sendo essa última caracterizada, precisamente, porque a significação remete a outra significação. Como escreve Lacan (1957/1998), “nenhuma significação se sustenta a não ser pela remissão a uma outra significação” (p.501). É relevante observar nesse ponto a estrutura em curto-circuito referente ao eixo *a – a'* que faz com que a mensagem do sujeito retorne pelo fantoche, e não pelo Outro. Notamos, portanto, que o Outro não está além do semelhante, mas está além do sujeito; “ela própria se indica num além do que ela diz” (LACAN, 1955-1956/1988, p.64).

Vale dizer, que não se trata de compreender qualquer referência à palavra “porco” em “Eu venho do salsicheiro”. Tampouco, trata-se de compreender uma referência a algo mais profundo, como um trauma envolvendo o salsicheiro. Lacan (1955-1956/1988) adverte que na dimensão da compreensão só incorreremos em equívocos: onde eu compreendo não me detenho.

Os fenômenos falados alucinatórios fazem sempre alusão ao Outro, “como a um termo que está sempre presente, mas jamais visto e jamais nomeado a não ser de maneira indireta” (LACAN, 1955-1956/1988, p.291). Na análise do caso Schreber, podemos assinalar como resta apenas uma espécie de “alteridade absoluta” (p.319). “Graças a esse Deus subsiste alguém que pode dizer uma palavra verdadeira” (p.119), mas essa palavra é sempre enigmática. No ponto em que há estabilização na estrutura do delírio de Schreber, observamos, precisamente, um sistema cuja tentativa é ligar o eu ao Outro, que nesse caso é esse Deus, que não compreende nada. O sujeito não pode, como dito, reconstituir-se a não ser por uma alusão imaginária.

Há, portanto, um “*semblant* de vetorização no lugar do Outro” (TYSLER, 2015, p.129), o que possibilita, inclusive, que a relação com o semelhante se pacifique. O

mundo do sujeito poderá ser recomposto a partir dessa relação com o outro. Nessa relação, a princípio, a alteridade de todos os semelhantes foi destituída, como Schreber exemplifica ao congregar todos homens como feitos às pressas, mostrando que o “outro com minúscula apresenta com efeito um caráter irreal” (LACAN, 1955-1956/1988, p.65). Nesse ponto estava excluída qualquer dimensão de alteridade entre “os seres de seu meio” (p.319). O que se coloca, então, é que se o Outro o abandonar há uma verdadeira “decomposição do significante” (p.319).

Pode-se pensar, desse modo, como se o sujeito reagisse com uma “tentativa de restituição” (p.221). Lacan pondera que o Outro está “excluído enquanto detentor do significante”. Sendo assim, ele é “mais potentemente afirmado, [...] no nível do outro com minúscula, do imaginário” (p.221). Como veremos a seguir, o desencadeamento da psicose poderá ser pensado como um apelo, ao qual o sujeito não pode responder e que “produz uma abundância imaginária de modos de seres que são outras tantas relações com o outro [...], abundância que suporta um certo modo da linguagem e da fala” (LACAN, 1955-1956/1988, p.289).

2.3 O significante especial, a estrada principal e os pequenos caminhos

Nesse momento, é fundamental nos determos na questão da entrada na psicose. Lacan (1955-1956/1988) defende que em toda entrada seria possível circunscrever o momento crucial em que do campo do Outro “vem o apelo de um significante essencial que não pode ser acolhido” (p.344). A resposta possível é o uso permanente do significante em seu conjunto. Observa-se, assim, aparecer sonorizado o comentário memorizante que acompanha todos os nossos atos, como abordado. A única forma de reação que possa ligar o sujeito “à humanidade que ele tende a perder é perpetuamente se presentificar nesse pequenino comentário do corrente da vida que faz o texto do automatismo mental” (p.345). Essa repetição da fala passa a ser o modo de relação eletivo do eu “que não pode encontrar seu abonador no significante no nível do qual ele é chamado” (p.345). A segurança significativa corriqueira está perdida para o sujeito, senão graças a esse comentário contínuo. Lacan (1955-1956/1988) pergunta, então:

Que significante foi [...] chamado, cuja falta produziu um tal transtorno num homem que até ali estava perfeitamente conformado ao aparelho da linguagem, na medida em que ele estabelece a relação corrente com seus semelhantes? (p.319).

Qual significante ao ausentar-se produz essa repetição da fala e essa alteridade absoluta? Ele responde que é “o significante *procriação* em sua forma mais problemática, [...], que não é a forma *ser mãe*, mas a forma *ser pai*” (LACAN, 1955-1956/1988, p.329). Nenhum acesso pelo imaginário leva à função de ser pai, ou seja, essa função não é concebível na experiência humana sem o significante.

É preciso, de fato, que todo “um jogo de trocas culturais” tenha levado a noção de ser pai ao estado de “significante primeiro, e que esse significante tenha sua consistência e seu estatuto” (p.330). O decisivo não é que se saiba que a mulher só engravida a partir do coito, mas que aquele que no sistema simbólico é responsável pela procriação seja o pai (LACAN, 1957-1958/1999). Vale ressaltar que tal postulado não se resume a uma questão sociológica, como a função do pai conferida pelas instituições. Trata-se sim do “nome de pai” (p.187). Essa função, que será chamada, Nome-do-Pai se situa, portanto, no nível do simbólico, o que significa que ela pode se materializar de modos diferentes conforme a cultura, mas independente “da forma cultural, é uma necessidade da cadeia significante” (p.187).

Interessa-nos ressaltar como Lacan lê na noção do pai um “nó [...] essencial”, elemento que fornece o “ponto de basta” entre significante e significado (LACAN, 1955-1956/1988, p.303). É através desse ponto de basta que “o significante detém o deslizamento da significação de outro modo indefinido” (1960/1998, p.820), possibilitando assim que significante e significado estejam atados. Na ausência desse ponto de parada, como pode acontecer nas psicoses, significante e significado apresentam-se “sob forma completamente dividida” (1955-1956/1988, p.303).

Uma das formas de Lacan (1955-1956/1988) encaminhar a questão do significante “ser pai” é através de um recurso metafórico, em que reflete sobre a ideia de uma “estrada principal”. Tal metáfora é rica por exemplificar a função do significante “enquanto ele polariza, engancha, agrupa em feixe as significações” (p.328), de maneira que nos convida a pensar o significante “ser pai” como o que funda a estrada principal entre as relações sexuais com uma mulher. Quando não há estrada principal, será preciso percorrer pequenos caminhos, onde os guias serão os letreiros. Assim, o fato de faltar esse significante não implica que não haja caminho para o psicótico, mas que seu percurso será diferente da estrada principal.

Onde esse significante não opera, “isso me põe a falar sozinho à beira da estrada principal. Ali onde não há a estrada, as palavras escritas aparecem nos letreiros. Talvez seja isso a função das alucinações” (p.331). A manutenção das significações não nos

deixa notar que há uma espécie de zumbido, “zorra, com que fomos estonteados desde a infância” (LACAN, 1955-1956/1988, p.331). Assim, o zumbido, o murmúrio contínuo que muitos pacientes relatam, nada mais é do que esses significantes que se põem a falar, significantes que não remetem a nada. Pode-se dizer, então, que as alucinações auditivas são os letreiros e auxiliam o sujeito, iluminando, de alguma forma, os pequenos caminhos. É “ainda uma sorte que eles indiquem vagamente a direção” (p.331).

O Nome-do-Pai confere autoridade ao texto da lei, já que ele “funda como tal o fato de existir a lei, ou seja, a articulação numa certa ordem do significante — complexo de Édipo, ou lei do Édipo” (LACAN, 1957-1958/1999, p.153). O pai morto, pai simbólico, é o Nome-do-Pai, esse “significante que significa que, no interior desse significante, o significante existe” (p.153).

Lacan escreve ainda que é “o significante que dá esteio à lei, que promulga a lei. Esse é o Outro no Outro³⁰” (p.152). O mito do Édipo articulava, justamente, essa fundação da lei sob a égide do pai morto, do Nome-do-Pai. A questão nas psicoses não advém, portanto, das significações, mas da falta de um significante que funda a significação, sendo preciso o sujeito “suprir a falta desse significante [essencial] que é o Nome-do-Pai” (p.152). Na cadeia significante pode faltar uma letra ou um significante.

Nesse momento, podemos retornar ao conceito de *Verwerfung* para formulá-lo como o mecanismo relacionado à falta dessa letra ou “significante especial” (p.152) — como chamado por Lacan. Não se trata do registro da neurose, da *Verdrängung*, “em que a cadeia significante continua a se desenrolar e se ordenar no Outro” (p.152). Não se trata apenas do que está além do nosso alcance, “ou seja, o que está no Outro como recalcado e como significante” (LACAN, 1957-1958/1999, p.153). Vale apontar que, desse modo, fundamenta-se uma clínica baseada na relação do sujeito com o significante e não em referência a uma inadequação à realidade.

Em seu *Seminário livro 3*, Lacan (1955-1956/1988) já havia afirmado que na impossibilidade de lançar mão desse significante, o que se tem é a função paterna reduzida à imagem que não está inscrita em uma dialética triangular. Estamos no plano da alienação especular, em que essa imagem funciona como um modelo permitindo ao

³⁰ No seminário seguinte, Lacan (1958-1959/2002) apresenta outra elaboração em relação ao Outro do Outro. Pensará que “não há Outro do Outro [...]. Não há no Outro nenhum significante que possa na ocasião responder por aquilo que sou” (p.315). De modo que no Outro “neste lugar da palavra, em que repousa [...] o conjunto do sistema dos significantes, isto é, de uma linguagem, falta alguma coisa” (p.314).

sujeito se engancha de alguma forma e se apreende no plano imaginário. A questão é que caso essa imagem seja de extrema captação, onde o personagem não representa algo da ordem do pacto, mas da potência, o que se constitui é uma relação de rivalidade. É interessante observar, também, que o fato de o Nome-do-Pai ser foracluído não se traduz na eliminação dessa questão. Afinal, como já mencionado no início desse trabalho, o foracluído aparece no real: “tudo o que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verwerfung*, reaparece no real” (LACAN, 1955-1956/1988, p.22).

Essa imagem que o psicótico assume como modelo, isto é, essa “muleta imaginária” (p.233), pode lhe permitir compensar a ausência de significante e viver compensado durante muitos anos. Perguntamo-nos, inclusive, se tal operação não ocorria no caso de Heitor, paciente psicótico que não fazia uso de drogas, mas que durante um tempo de estabilização³¹ frequentou o Narcóticos Anônimos (N.A.). De acordo com sua fala, no N.A. tinha encontrado um lugar. Dizia: “lá eu tinha um lugar. Eu era como os outros dependentes químicos”, “lá todo mundo é igual, não tem diferença”. Falava de uma espécie de protocolo oferecido pelo outro. Ele imitava e se pautava pelos gestos de seus companheiros: “Lá você diz seu nome e todos falam ‘bom dia, fulano’, e alguém responde ‘estou sem usar há tantos dias’”.

Essa constante, segundo o paciente, mostrava-lhe como seguir assegurado de que “é só repetir o que eles falam”, “toda vez é assim”. Além disso, quando não sabia o que fazer em determinada situação, sempre era possível ligar para o seu “padrinho”. Lembramo-nos da referência de Lacan (1955-1956/1988) ao caso de Katan, do jovem rapaz que não tendo meios de acessar algo da virilidade, tenta conquistar a “tipificação da atitude viril [...] por intermédio de uma imitação, de um atrelamento, na esteira de um de seus companheiros” (p.220).

Ainda sobre a entrada na psicose, é possível pensá-la como um chamado do Nome-do-Pai feito ao nível do Tu, como aquele que pode autenticar a mensagem garantindo a autonomia da lei (LACAN, 1957-1958/1999). O sujeito não tendo como responder desse lugar, precipita-se na psicose. Formulações sobre o Tu são articuladas em diversas passagens do ensino lacaniano, auxiliando a pensar a relação com o Outro. Dirá mesmo que é o “significante de apelo ao Outro” (p.157), e que “é o significante do Outro na fala” (LACAN, 1957-1958/1998, p.582).

³¹ O termo estabilização será adotado aqui no sentido de “uma organização dos distúrbios da psicose” (SOLER, 2007 citado por MARTINS; BASTOS, 2011).

O Tu é fundamental na fala plena, fala enquanto fundadora da história do sujeito. Lacan (1957-1958/1999) indica o processo da invocação, demonstrado na frase “Tu és aquele que me seguirás”, diferente da constatação ou da recusa que aparece em “Tu és aquele que me seguirá”. A invocação remete a “colocar a seu lado os deuses dos outros” (p.159), “os deuses do inimigo, os significantes” (1955-1956/1988, p.342). Eu convido você a me seguir, “a entrar na via desse desejo, seja ele qual for, de maneira incondicional” (1957-1958/1999, p.157). Nessa dimensão do invocar, apela-se para a voz, ou melhor, para o sujeito como portador da fala.

Na primeira sentença, então, apelo ao sujeito como aquele que sustenta a fala. Para que o desejo e a demanda sejam satisfeitos não se pode prescindir da dimensão do apelo ao Outro. Toda satisfação da demanda depende da autenticação pelo Outro da minha mensagem. O Outro é entendido aqui não apenas como a sede do código, mas como aquele que, ao ratificar a mensagem, apresenta também a dimensão de um para-além da mensagem. A criança, então, nota-se totalmente dependente da demanda, dessa fala do Outro que reestrutura seu desejo, alienando-o profundamente.

A partir do caso Schreber, Lacan (1957-1958/1999) pode dizer que como está *verworfen* tudo aquilo que responderia no Outro no nível do Nome-do-Pai, não haverá o “vaivém giratório da mensagem para o código e do código para a mensagem” (p.159). Isto é o que permite a autenticação da mensagem pelo Outro. Uma implicação direta da não autenticação pelo Outro é a impossibilidade da existência da lei enquanto autônoma. Outro efeito da ausência desse vaivém giratório simbólico é o imaginário, como vimos, colocar-se como uma forma de restabelecer algum equilíbrio.

Outra consequência, é que essas mensagens não autenticadas, mas que provêm do Outro, porque são feitas de uma língua que é a do Outro, aparecerão em formulações onde falta o pensamento principal, como “E, agora quero dar-lhes...” (LACAN, 1957-1958/1999, p.161). Essas mensagens interrompidas demonstram exatamente a dimensão pura e rompida do significante, “se apresentam como mensagens puras, ordens ou ordens interrompidas, como pura força de indução no sujeito” (p.212). Por outro lado, aparecem os elementos originais do código na chamada, por Schreber, “língua fundamental”. Essa “abrange o mundo com sua rede de significantes, sem que nenhuma coisa seja segura ou certa nela, a não ser que se trata da significação essencial” (p.161).

Essa dimensão do Nome-do-Pai, que vimos foracluído em Schreber, não equivale ao pai real. É importante salientar tal diferença, pois “que haja carência paterna, por exemplo, no sentido do pai ser imbecil demais, não é o essencial”

(LACAN, 1957-1958/1999, p.162). Ou, ainda, se “o pai [...] está presente na cozinha com o avental da mulher [...], [isso] não basta, em absoluto, para determinar uma esquizofrenia” (p.162). Além do que, não basta ter para ter um nome. Um nome “nunca é mais do que um significante como os outros” (p.163). Lacan nos dirá que o rumo do “destino e de toda a história” (p.163) que se seguirá, depende de se ter acesso e de saber se servir do Nome-do-Pai.

2.4 Sobre a constituição do sujeito e a forclusão do Nome-do-Pai

Para que possamos acompanhar o que implica essa não intervenção do Pai como lei, precisaremos desenvolver a metáfora paterna e o complexo de Édipo. Lacan (1957-1958/1999) relembra que aquilo que o inconsciente mostra a princípio é, sobretudo, o complexo de Édipo. Consequentemente, em seu retorno à obra freudiana, Lacan não poderá deixar de trabalhar com o mesmo, assim como com o complexo de castração, o que permitirá forjar o conceito de metáfora paterna.

Tal conceito é fundamental para cernir a função do pai na simbolização. Essa simbolização é articulada em torno de três tempos, como veremos. Percorrer esse caminho permitirá continuarmos a nos aproximar da constituição do sujeito e dos efeitos da *Verwerfung* do Nome-do-Pai. Acreditamos que tal percurso não poderia ser diferente, afinal, como temos sustentado, abordar a temática da psicose aponta mesmo para a questão da constituição do sujeito enquanto submetido à linguagem.

Antes de nos determos nesses três tempos, é interessante indicarmos algumas questões necessárias para sua articulação. Na relação da criança com a mãe haverá uma primeira simbolização da mãe como tal, na medida em que ela depende de seu desejo. A mãe só poderá ser fundada enquanto primeiro sujeito, a partir das primeiras simbolizações que se dão através do par significante *Fort-da*. A cadeia significante é inaugurada por essa simbolização primordial e se desenvolverá através da metáfora e metonímia.

É importante desvincular esse lugar da mãe de qualquer relação intrínseca ou biológica, pois se trata “daquele de quem depende” a criança (LACAN, 1957-1958/1999, p.195). A mãe, então, será instaurada através dessa simbolização como aquele ser que pode estar presente ou não. Aliás, o único momento em que nesse Seminário aparece a questão de uma relação intrínseca, como um instinto materno, é quando o autor nos lembra que esse “manifesta-se — talvez mais ainda em alguns

animais do que nos homens — pela reintegração oral, como dizemos elegantemente, daquilo que saiu por outro lado” (LACAN, 1957-1958/1999, p.210).

O desejo da criança, nesse ponto, é o desejo do desejo da mãe. Mais uma vez, estamos, como nos auxiliou a pensar o esquema L, no plano de uma relação de miragem. Nessa relação a criança “lê ou antecipa a satisfação de seus desejos nos movimentos esboçados pelo outro” (p.188). A partir dessa relação é que poderá ser lido o que o sujeito deseja do Outro.

Ademais, Lacan (1957-1958/1999) dirá que todo desejo é “cornudo”, posto que se deitou com o significante (p.155). O desejo ao cruzar a linha da cadeia significante encontra o Outro, enquanto tesouro dos significantes, o que acarreta sua refração, de modo que o desejo, passado ao estado de demanda, encontra seu objeto só depois de ter “atravessado a ordem desde sempre constituída do simbólico” (p.194). Assim, o desejo necessariamente se articula na demanda, sendo através da demanda que poderemos nos aproximar do mesmo. O desejo de cada um ao adentrar nesse reino de fala, que é o nosso mundo, passa a ser submetido à lei do desejo do Outro. Vale dizer que a demanda do sujeito cruzará a linha da cadeia significante, — latente e desde já estruturante —, com mais ou menos sorte.

Essa primeira experiência que a criança faz de sua relação com o Outro através da mãe, acontecerá mesmo que essa última seja um ser mal adaptado ao mundo do símbolo. O importante, assim, é que possa ser constituída a dimensão de um para além. O que se coloca é que a relação com a mãe não se restringe apenas ao fato de que ela satisfaz ou frustra a criança, mas que nessa relação descobre-se o que é o objeto de desejo da mãe. “O sujeito, essa criança pequena que tem de se constituir na aventura humana e ter acesso ao mundo do significado, deve, com efeito, fazer a descoberta do que significa para ela [mãe] o seu desejo” (LACAN, 1957-1958/1999, p.248). Afinal, o “que quer essa mulher aí?” (p.181). Aparecerá, nesse ponto, a dimensão do que ela pode desejar de diferente no plano imaginário. Ela não quer só a mim. A mãe revela que há “nela o desejo de Outra coisa que não satisfazer meu próprio desejo” (p.188).

É válido lembrar que Lacan (1957-1958/1999), em sua releitura, vai de encontro aos pós-freudianos que sobrepujam o conceito de falo ao pênis, demarcando uma diferença da ordem simbólica a uma visão biológica. Ao afirmar a ordem simbólica, ele contrapõe-se a uma leitura da relação analítica como dual, conforme já dito, destacando-se em seu ensino a introdução da dimensão terceira. A questão é “como conceber, que possa ser lido, como que num espelho, [...], o que o sujeito deseja de Outro?” (p.188).

Ele dirá que é preciso algo mais do que a simbolização primeira da mãe. É preciso a existência da ordem simbólica por trás dela e da qual ela depende; ordem essa que permite um certo acesso ao objeto de seu desejo, o falo. A posição do falo no plano imaginário é fundada pela posição do significante paterno no símbolo, de maneira que é a mediação fornecida pela posição do pai na ordem simbólica que permitirá atingir esse desejo do Outro, esse para-além. Além do exposto, o pai será aquele que priva a mãe do objeto fálico. Ele apresenta, portanto, um papel fundamental “em qualquer neurose e em todo o desenrolar [...] do complexo de Édipo” (LACAN, 1957-1958/1999, p.191), como veremos adiante.

Lacan (1957-1958/1999) sustenta que a função do pai e o complexo de Édipo são indissociáveis: “falar do Édipo é introduzir a função do pai” (p.171). Entretanto, esse pai, quanto à sua função, trata-se de ser uma pessoa normal? Exercer uma norma? Ser normatizador? Para Lacan, não se deve confundir o pai como normal e normativo. A “normalidade do pai é uma questão” e “a de sua posição normal na família é outra” (p.174).

Contudo, vale dizer que um pai distante de certa normalidade pode ter como efeito ser desnormatizador. A pergunta que se coloca, então, é: caso o pai ocupe de fato a função de legislador, haverá algum efeito? O pai ocupar uma função como essa, seja porque realmente faz as leis, ou porque as toma para si, pode ter como efeito à exclusão do Nome-do-Pai de sua posição de significante. O mesmo seria válido caso o pai se apresentasse enquanto modelo de fé, integridade ou o salvador da nação. Em suma, casos em que o ideal está colocado de modo a oferecer muitas oportunidades para que seja excluído o lugar de significante, aparecendo à lei encarnada no pai (LACAN, 1957-1958/1998).

É importante evitar o equívoco de equivaler a posição do pai na família com seu papel normatizador, já que a carência do pai na família não se confunde com a carência do pai no complexo. A carência do pai, portanto, não está pautada apenas no aspecto biográfico, na dimensão realista, mas na função do pai nesse complexo. Essa formulação tem um aspecto clínico importante, já que a escuta se pauta sobre o exercício da operação da função paterna, mais do que sobre a história biográfica.

Sobre os três tempos do Édipo, é fundamental afastá-los de qualquer perspectiva cronológica. Trata-se de tempos lógicos, isto é, da transmissão da falta inerente aos seres falantes. Ao utilizarmos o termo etapas estaremos referidos ao sentido de sucessão

lógica e não de progresso, tampouco de desenvolvimento³². Tal posição é coerente com a temporalidade *a posteriori*, marcante no ensino de Freud e Lacan.

Consideramos que esse distanciamento da ideia de progresso tenha como consequência a impossibilidade de conceber a psicose como um ponto de parada em determinado estágio. Esse ponto de vista traz a ideia de imaturação da relação de objeto e implica a concepção de um desenvolvimento linear. De acordo com Lacan (1955-1956/1988), essa unilinearidade conduz a impasses que não permitem “distinguir os casos, e, no primeiro plano, obliteram a diferença entre neurose e psicose” (p.349). Ainda aponta que a experiência do delírio parcial em si já se opõe à ideia de imaturação, de regressão ou de modificação da relação de objeto.

O primeiro tempo do complexo estaria relacionado às primeiras experiências do “serzinho” (1957-1958/1998, p.180). Nesse ponto, o que a criança busca é satisfazer o desejo da mãe, ser seu objeto de desejo. Trata-se de “um desejo de desejo” (p.205). Esse desejo implica que a mãe já tenha sido constituída enquanto objeto primordial. Há uma identificação especular entre o sujeito e o objeto de desejo da mãe, esse objeto metonímico que é o falo. Logo, no primeiro tempo há uma identificação fálica na relação com a mãe que na sucessão dos tempos poderá não ter continuidade. Lacan (1957-1958/1999) nos indica o falo como o anel no jogo de passar para nos remeter a circulação desse objeto por toda parte do significado, “sendo, no significado, aquilo que resulta da existência do significante” (p.207). Dirá, ademais, que esse não é significado qualquer, pois desempenha o papel de objeto universal para o sujeito humano.

Cabe indicar que não se está afirmando um objeto sexual simétrico para cada sexo, mas que o campo do humano se pauta em relação a um objeto apenas. Por conseguinte, existe um campo que não se sobrepõe ao campo da anatomia como faz o campo do desenvolvimento instintual: esse é o campo da psicanálise. Ressalta-se o movimento de Lacan ao colocar o falo, — onde alguns psicanalistas enxergavam apenas a relação mãe e bebê —, como condição mesmo da humanização, não sendo possível descartar essa questão ao formular o campo da lei e do Outro.

Nesse tempo inicial, não há a constituição do sujeito como [Eu]³³, [Je], do discurso de modo fortemente diferenciado. Ele está latente, já implícito desde a primeira modulação significativa. A questão que se coloca para a criança é “ser ou não ser o falo

³² Vale dizer que como estamos em uma sucessão lógica, acreditamos ser cabível a ida e a vinda entre os tempos em nosso texto.

³³ Seguiremos aqui a tradução do [Je] francês como [Eu], sujeito do inconsciente, em distinção ao *moi*, eu. Conferir nota à edição brasileira, em: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

da mãe” (LACAN, 1957-1958/1999, p.192). Essa indagação se transmutará em “ter ou não ter” o falo, como será abordado adiante. Mas, o que a criança precisa para vir a coincidir com esse objeto de desejo?

Esse [Eu] latente no discurso da criança precisará ser constituído no nível do Outro, que é a mãe. O [Eu] da mãe, por sua vez, torna-se o Outro da criança, de modo que aquilo que se articula no nível da mãe, em relação a seu objeto de desejo, apareça para a criança como uma mensagem bruta. Por conseguinte, a criança renunciará sua fala própria ainda em formação. Ao mesmo tempo em que o serzinho recebe a mensagem bruta do desejo da mãe, efetua-se, no nível metonímico, a identificação ao objeto da mãe. É ao assumir o desejo da mãe que a criança se abre para se transformar em seu “assujeito” (p.195), para “se inscrever no lugar de metonímia da mãe” (p.208).

Estamos no plano da criança como assujeito. Ela está submetida aos caprichos da lei da mãe, lei que está toda ela “no sujeito que a sustenta” (LACAN, 1957-1958/1999, p.195). Assim, nessa primeira etapa, a criança está particularmente isolada, havendo apenas o desejo desse Outro, ao qual ela está submetida, o que terá importantes consequências para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A mãe poderá fundar o pai como “mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente a lei como tal” (p.197). Para que seja possível sair dessa condição de assujeito, será preciso, então, o pai, enquanto aquele cuja palavra não equivale a zero para mãe. É necessária a função, na qual intervêm: primeiro, o Nome-do-Pai, enquanto único significante do pai; segundo, a fala articulada do pai, e, por último, a lei, considerando que o pai está em relação com ela. O Nome-do-Pai está ligado intimamente à enunciação da lei.

É preciso evidenciar que a identificação que pode ser feita com a instância paterna se dá através desses três tempos. De saída, a instância paterna, como estamos abordando, aparece de forma velada, o que não significa que a questão do falo não esteja “colocada em algum lugar da mãe, onde a criança tem de situá-la” (p.200). Afinal, o pai pode ser velado, mas existe no mundo em razão de nele reinar a lei do símbolo. Em segundo lugar, o pai faz-se pressentir em sua presença proibidora, como aquele que é o suporte da lei, intervenção essa instaurada pela mãe. Por fim, em terceiro lugar, poderá ocorrer a identificação com pai, enquanto aquele que tem o falo.

A passagem do primeiro para o segundo tempo está relacionada, assim, à entrada do pai como elemento na tríade mãe, criança e falo. O pai intervém como proibidor da mãe, sendo a criança “desalojada, para seu grande benefício, da posição ideal com que

ela e a mãe poderiam satisfazer-se” (LACAN, 1957-1958/1999, p.210). A pergunta, agora, se colocará em termos de “ter ou não ter o falo” (p.192). Toda a questão chave aqui gira em torno de que apareça o submetimento da mãe a uma lei que não é dela, mas do Outro. É esse último que detém seu objeto de desejo. Em consequência disso, o primordial será a relação da mãe não com o pai, mas com sua palavra. Temos, então, o pai enquanto aquele que é suporte da lei como privador da mãe, — não do filho.

Essa presença do pai é menos velada que no tempo anterior, porém ainda é mediada pela mãe no sentido de que a fala do pai incide efetivamente no discurso dela. O pai do segundo tempo ao privar a mãe, através de sua própria fala, coloca-se como pai do “não”³⁴. Esse “não” é uma mensagem de proibição para a mãe: “*Não te reintegrarás teu produto*”. Assim, essa mensagem não se restringe somente ao “*Não te deitarás com sua mãe, já nessa época dirigido à criança*” (LACAN, 1957-1958/1999, p.209). É, justamente, através dessa proibição que o pai se manifesta enquanto Outro. Devido a isso, coloca-se a possibilidade, a virtualidade, da posição de assujeito da criança ser abalada, o que nem sempre acontece.

Logo, segundo Lacan (1957-1958/1999), está em jogo que a mãe apareça como dependente de um objeto que “o Outro tem ou não tem” (p.199), já que é na medida em que o objeto de desejo da mãe “é tocado pela proibição paterna que o círculo não se fecha [...] em torno da criança e ela não se torna, pura e simplesmente, o objeto de desejo da mãe” (p.210). Por detrás da mãe revela-se uma mulher que não tem o falo e que vai buscá-lo em outro lugar que não o filho, o que aponta que a criança não é o falo. Portanto, ao passar por esse segundo tempo, a criança defronta-se com a questão de não ser o falo, e que, tal como sua mãe, ela não o tem, além de concluir que a mãe deseja-o lá onde ele deve estar e é possível tê-lo ao lado do pai.

Mais uma vez destacamos que o objeto de nosso interesse é o papel do pai no Complexo de Édipo, o que não significa que em alguns casos o que o pai é na família não tenha consequências importantes. Em razão disso, é preciso evidenciar que mesmo que em algum momento o pai possa dar corpo à castração, intervindo como objeto real, ele não é um objeto real. O pai em questão é o pai simbólico, ou seja, o pai no Complexo é uma metáfora.

Assim, o pai enquanto operador real da castração não equivale à presença na realidade do pai ou ainda à ideia de pai biológico. O pai pode ser dito operador real da

³⁴ Marco A. Coutinho Jorge e Nádia P. Ferreira (2005) assinalam, nesse ponto, que se trata do pai do *Nom*, como a homofonia entre *Non* (não) e *Nom* (nome), que o francês permite escutar.

castração em razão de sua função de proibição o inserir no registro do real. Lacan está circunscrevendo, dessa forma, o pai real como um operador estrutural, cuja função é através de uma proibição trazer a dimensão do impossível. Igualmente, pode-se dizer que a dimensão do pai como portador de um direito deve ser separada da dimensão dos fatos. Afinal, “ninguém jamais pensou em colocar no primeiro plano [...] o fato de o pai promulgar a lei efetivamente da proibição do incesto” (LACAN, 1957-1958/1999, p.194). A proibição do incesto é de ordem estrutural e não histórica.

Postas tais colocações, conclui-se que de início poderá haver a inscrição da metáfora paterna, enquanto em um segundo momento, o pai como operador real da castração poderá ratificar sua dimensão simbólica, como Nome-do-Pai. O pai, suporte da lei, ao mostrar que não é o falo, poderá em um terceiro tempo dar ou recusar o mesmo. Nesse terceiro tempo, portanto, trata-se de um pai potente e real — não mais o pai onipotente da castração que priva a mãe. Ele tem o que a mãe deseja e pode dar. Estamos na saída do complexo de Édipo. Será justamente por intervir como quem tem o falo, e não o é, que será reinstaurado o falo como objeto de desejo da mãe. É na medida em que o pai intervém como detentor do falo que poderá ser internalizado como Ideal do eu. A partir desse ponto, o complexo de Édipo irá declinar.

Em outras palavras, pode-se dizer que nesse terceiro nível se dará a articulação onde o pai poderá fazer-se preferido em lugar da mãe, acarretando a identificação final, a formação do Ideal do eu e o declínio do complexo. Sobre a saída do complexo, no caso da menina, ela será menos problemática do que a entrada, já que não é custoso ao pai fazer-se preferir à mãe como portador do falo. Já para o menino, o pai fazer-se preferir gera uma dificuldade na saída. Na menina, o pai tornar-se o Ideal do eu, isto é, produz o reconhecimento de que ela não tem o falo, mas sabe onde buscá-lo. Já para o menino será preciso que se identifique com o pai, aquele que tem o falo, e guarde o título de propriedade no bolso.

Vale salientar que o declínio do complexo se dará “numa dialética, que se mantém muito ambígua, do amor e da identificação” (LACAN, 1957-1958/1999, p.176), o que permite que o filho, como aquele que ama o pai e se identifica com ele, possa adquirir a possibilidade de um dia vir a ser como o mesmo. Desse modo, ele “pode tornar-se alguém, já [que] está com seus títulos de propriedade no bolso [...]” (p.176). O fato de ter o “título” não significa que o menino já poderá exercer seus poderes sexuais. Ele ganha o direito de exercê-los no futuro. Se “tudo correr bem [...] ele terá seu pênis prontinho, junto com seu certificado” (p.176).

A partir do que já dissemos anteriormente, é possível precisar a ideia de pai simbólico como uma metáfora. O que quer dizer a fórmula “o pai é uma metáfora”? Partindo-se da premissa que a metáfora é situada no inconsciente e de que a metáfora é a substituição de um significante por outro, temos que no complexo de Édipo o pai é um significante que substitui o significante materno, primeiro significante a ser introduzido na simbolização. O pai, instituído pela mãe como aquele que indica, com sua presença, a existência do lugar da lei, encontra-se em uma posição metafórica. Ele é o significante no Outro “que representa a existência do lugar da cadeia significante como lei” (LACAN, 1957-1958/1999, p.202). Essa metáfora essencial é que será responsável por dar “ao desejo do Outro seu significante primordial, o significante falo” (p.494):

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado para o sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-Pai} \left(\frac{\text{A}}{\text{Falo}} \right)$$

O “serzinho” (p.180) já estava no simbólico, tanto que, como dito, ele se pôde dizer da presença e ausência da mãe, reconhecida através da dinâmica do *Fort-Da*. Há, portanto, no que foi constituído por essa simbolização primordial a “colocação do pai no lugar da mãe” (p.186). Ou ainda, o Nome-do-Pai é colocado “em substituição ao lugar primeiramente simbolizado pela operação da ausência da mãe” (1957-1958/1998, p.563).

Em resumo, o que observamos é justamente a instauração da dimensão da metáfora paterna, havendo a instituição de algo que é da ordem do significante que fica guardado em reserva. Já a significação se desenvolverá mais tarde, o menino podendo fazer uso de seu título de propriedade no futuro. Se por acaso seu direito de ser um homem for contestado é porque algum ponto da identificação metafórica com a imagem do pai através desses três tempos não pôde ocorrer.

Lacan (1957-1958/1999) faz uma importante ponderação: o que se formula “não é *Eu sou falo*, mas, ao contrário, *Eu sou/estou [Je suis] no próprio lugar ocupado pelo falo na articulação significante*” (p.499). Ele não é o falo, mas deverá vir em seu lugar. Ao sujeito resta apenas dar-se conta de que ele não é esse significante do desejo (o falo) — que lhe subtraiu a mãe enquanto objeto total —, mas que está submetido à necessidade desse significante ocupar certo lugar.

Ainda aponta a continuidade da identificação com o objeto de desejo da mãe como um rumo possível na neurose, na fobia e na perversão. Inclusive, indica uma

direção clínica que é de nos perguntarmos “qual é a configuração [...] da relação com a mãe, com o pai e com o falo que faz com que a criança não aceite que a mãe seja privada, pelo pai, do objeto de seu desejo?” (LACAN, 1957-1958/1999, p.192). Contudo, observa que essa relação não é a mesma na psicose, neurose e perversão e que existem diferenças de grau em relação à identificação com o falo.

Sobre tal aspecto, vejamos como o complexo de Édipo pode aparecer “desfigurado” tomando como exemplo o caso do *Pequeno Hans* (LACAN, 1957-1958/1999, p.199). A utilização do termo desfigurado remete-nos a um desfecho que seria incomum. Contudo, nesse mesmo Seminário, lê-se que em toda neurose há sempre uma irregularidade no título em questão, o que nos leva a pensar que a presença de irregularidades ou desfigurações no desfecho do complexo não é algo atípico na neurose.

O ponto a ser destacado, nesse caso, é que apesar do pai do menino ser presente, inteligente e amável, ele é totalmente inoperante. Não se trata de nenhuma característica ambiental. O que existe é a impossibilidade de a mãe dar lugar à palavra do pai. É a posição desse último que é colocada em xeque, pois sua palavra não serve de lei para a mãe. A mesma ocupa uma posição ambígua. Ela se coloca como castradora, dizendo-lhe “*não mexa aí*”, ao mesmo tempo em que lhe deixa entrar em sua intimidade, incentivando-o a manter-se na posição de seu objeto imaginário.

A angústia e a fobia de Hans aparecem como efeitos da injunção ao exercer essa função de objeto fálico. Como dito, é essencial que o pai seja fundado pela mãe como mediador da lei, de modo que algo que deveria ser introduzido no terceiro tempo do complexo fica faltando, sendo necessário recorrer à fobia para sair do mesmo. Lacan (1957-1958/1999) falará desse desfecho como um caso de “suplência” (p.196), uma vez que através de seus medos o Pequeno Hans constrói um para-além do assujeitamento aos caprichos maternos.

CAPÍTULO 3 - DA CONSTITUIÇÃO DE UMA SUBJETIVAÇÃO A TODO TRATAMENTO POSSÍVEL DA PSICOSE

3.1 Sobre excêntricos remanejamentos e a solução elegante do delírio: uma clínica preliminar

Em seu *Seminário livro 3*, Lacan (1955-1956/1988) pôde demonstrar que a *Verwerfung* é uma recusa específica, em que não se quer nada saber no sentido do recalque. É, portanto, uma recusa específica de um significante específico que funda a significação: o Nome-do-Pai. O pai enquanto função simbólica é *verworfen*. Como destacamos, é sob esses pilares que Lacan (1957-1958/1999) sustenta a diferença entre a estrutura da neurose e da psicose. Vale dizer que a presença do significante no Outro é uma presença vedada ao sujeito mesmo na neurose; ela persiste, mas recalçada. O automatismo de repetição é efeito, justamente, dessa presença que insiste em se fazer representar no significado (LACAN, 1957-1958/1998).

A partir das articulações expostas, se concluiu que nas psicoses o significante paterno não pôde intervir como suporte da lei, estando foracluído o Nome-do-Pai, e não constituída a metáfora paterna. Sem a intervenção do pai como lei, apresenta-se a intervenção bruta da mensagem da mãe. A criança, então, não pode sair da condição de assujeitada ao desejo dessa última. Sem o Nome-do-Pai e sem o efeito metafórico, o significante falo também não pode advir. O desejo do Outro, da mãe, dessa forma, não pode ser simbolizado. A consequência desse desejo não ser simbolizado no sistema do psicótico é o Outro lhe falar sem parar, não havendo, de modo algum, passagem da fala do Outro para seu inconsciente.

Como nada da organização simbólica pode remeter o Outro de volta para onde ele deveria ficar (no inconsciente), então, tudo irá falar com o psicótico, enquanto que, para o neurótico o Outro não fala. Afinal, se é o Outro o lugar da fala, só pode ser aí que *isso fala*. Não só fala. No psicótico isso ecoa para todos os lados, e fala aí assumindo uma determinada forma, de maneira que, o *isso fala* que no sujeito neurótico está no inconsciente, “está do lado de fora para o sujeito psicótico” (LACAN, 1957-1958/1999, p.493), ou, ainda, está a céu aberto, como anuncia o jargão psicanalítico.

Tal proposição aponta que o psicótico está na linguagem, mesmo que sua relação com a mesma aconteça de uma forma radicalmente diferente. Esse tipo de relação em que o Outro aparece sem ponto de parada será importante para pensarmos a questão dos

usos de droga, mais adiante. De qualquer modo, o que é relevante destacar aqui é que nas psicoses se trata de um modo distinto de estar na linguagem, que inclusive pode ser inovador em relação à neurose. Essa consideração é pertinente para nos distanciarmos do equívoco de propor que o psicótico é um ser primitivo, efeito de um atraso neurológico, ou resultado de um déficit, quando insistimos, justamente, no psicótico enquanto sujeito da psicose.

É evidente que não se trata de desconsiderar a especificidade dessa relação com a linguagem. Nesse ponto Sciarra³⁵, criando nuances e complexificando a noção de sujeito, propõe a distinção entre subjetivação e subjetividade, essa última relacionada aos efeitos linguageiros que resultam da divisão subjetiva no sujeito neurótico, enquanto a subjetivação trata dos sujeitos não divididos e que tampouco estão fora da linguagem. Mais adiante retomaremos tal discussão.

É no desencadeamento da psicose que Lacan (1957-1958/1999) assinala o caso extremo desse Outro que fala sem cessar. O sujeito da psicose não dúvida de que é o Outro que fala com ele. Como observamos previamente, a alucinação é o real de que se trata na proposição: o que é *verworfen* do simbólico reaparece no real. Portanto, a alucinação é um real que ultrapassa o sujeito, “é um real que fala o sujeito mais do que ele fala” (SCIARA, 2015, p.52). A alucinação é o Outro enquanto falante. Assim, pode-se dizer não só que *isso fala* no Outro, como assume no Outro a forma do real. Por conseguinte, se coloca a possibilidade de pensar a alucinação como um modo de mapear a relação do sujeito com o Outro.

Portanto, no desencadeamento, temos a invocação do Nome-do-Pai em oposição simbólica ao sujeito, ali onde jamais pode advir, isto é, no lugar do Outro. O Nome-do-Pai é o significante que ordena a significação fálica. Essa última, por sua vez responde pela articulação simbólica que se desenrola através da metáfora paterna e permite a coincidência entre significante e significado. O Nome-do-Pai, dessa forma, impõe um limite que tem por efeito vetorizar a cadeia significante (MELMAN, 2003). Como está ausente o efeito metafórico, será provocado um furo no lugar da significação fálica, ou seja, como efeito da forclusão do Nome-do-Pai se tem a carência da significação fálica. O significante falo, como dissemos, é o significante primordial do desejo do Outro.

³⁵ No artigo “A questão do ‘sujeito’ psicótico: Uma preliminar ética na abordagem da transferência nas psicoses”. Disponível em <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/a-questao-do-sujeito-psicotico/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

O fato desse significante primordial não ter se produzido acarreta, de acordo com as elaborações freudianas que percorremos, uma tentativa de remendo através do delírio, de “instituir no Outro o desejo que não me é dado por eu ser psicótico” (LACAN, 1957-1958/1999, p.493). Diante desse furo, se dá “início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário” (p.584) até que se possa tecer alguma estabilização via metáfora delirante. Deste modo, serão observados como efeitos da forclusão: a formação de delírios, alucinações e fenômenos de despedaçamento do corpo. Vale dizer que por mais diferente que a metáfora delirante seja da paterna é, ainda assim, uma saída possível de metaforização.

Através do retorno ao caso *Schreber*, Lacan (1955-1956/1988; 1957-1958/1998) pode apontar a emasculação como uma possibilidade de resposta. Inicialmente, essa última, era objeto de horror para o paciente, passando ao status de compromisso razoável e chegando, por fim, a ser relacionada à redenção. É necessário destacar que não é porque o pênis está foracluído que Schreber está fadado a se tornar mulher, mas porque ele tem que ser o falo que falta à mãe. Como visto, o “desejo da criança vem a se identificar com a falta-a-ser da mãe, à qual, é claro, ela mesma foi apresentada pela lei simbólica onde essa falta se constitui” (LACAN, 1957-1958/1998, p.572).

Assim, há uma identificação através da qual o autointitulado doente dos nervos assume o desejo da mãe. É preciso dizer que desde muito cedo já havia se colocado para ele que na impossibilidade de ser o falo que falta à mãe, somente podia ser a mulher que falta aos homens, tanto é que a famosa fantasia de que seria belo ser uma mulher na hora da copulação já havia lhe ocorrido em fase prévia ao momento mais complexo do delírio.

Lacan (1957-1958/1998) identifica que, entre o momento do horror à emasculação e do compromisso de se tornar a mulher de Deus, há um ponto chave de virada, que é o fato de que, nesse ínterim, “o sujeito havia morrido” (p.574). Conforme já sinalizado, o mesmo leu isso no obituário do jornal. Indica que há, nesse ponto, uma redução da identidade ao confronto com seu duplo psíquico. Esse fato é demonstrado citando o retrato que as vozes faziam de Schreber, como um “cadáver leproso conduzindo outro cadáver leproso” (p.574). Lacan evidencia, aqui, a regressão tópica do sujeito ao estágio do espelho, “na medida em que a relação com o outro especular reduz-se aí a seu gume mortal” (p.574). Por conseguinte, é válido admitir que com a forclusão do Nome-do-Pai se revela a estrutura do estágio do espelho. Escutamos na

localização de Lacan da morte do sujeito ressonâncias do que lemos com Freud no primeiro capítulo, acerca da retirada da libido do mundo externo e investimento no eu.

Aqui algumas considerações sobre o estágio do espelho vêm em nosso auxílio. Tal formulação trata do encontro do sujeito com o que é uma realidade, ao mesmo tempo em que não é, isto é, o encontro com uma imagem virtual. Essa imagem é imprescindível numa certa cristalização do sujeito, a chamada “*Urbild* do eu [*moi*]”, o “primeiro domínio do eu” (LACAN, 1957-1958/1999, p.234). Isso se dá em paralelo com a relação que se produz entre a criança e a mãe. A imagem é o “ponto de apoio dessa coisa no limite da realidade” que se apresenta de maneira perceptiva para a criança. Ela tem como propriedade ser um sinal que captura certa libido do sujeito, “um certo instinto graças ao qual, com efeito, um certo número de referenciais, [...] permite ao ser vivo ir organizando mais ou menos suas condutas” (p.233). Dessa forma, é fundamental destacar que o eu está situado, desde sempre, numa linha de ficção, e “só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito” (LACAN, 1949/1998, p.98).

A experiência da realidade introduz através da imagem do corpo conquistada pela criança — como algo que ao mesmo tempo existe e não existe — um referenciamento em relação a ela, seus movimentos e a imagem daqueles que lhe acompanham diante do espelho. Em outras palavras, a partir de um ponto de apoio ilusório, o sujeito é situado em relação à realidade humana. Portanto, essa estrutura tem como atributo oferecer ao sujeito uma realidade irrealizada a ser, ainda, conquistada. Sem tal experiência a realidade humana não será constituída.

Vale destacar que Lacan (1957-1958/1999) assinala um duplo movimento de balança. De um lado, há a conquista da realidade ao chegar a um de seus limites, a forma virtual da imagem do corpo: “a imagem especular parece ser o limiar do mundo visível” (1949/1998, p.98). Há, portanto, a introdução sob a forma da imagem do corpo de um elemento ilusório e enganador como pilar constitutivo do referenciamento do sujeito em relação à realidade. Por outro, são os elementos irrealis do significante inseridos pelo sujeito em seu campo de experiência que permitem ao mesmo ampliar esse campo até o ponto em que no sujeito humano ele é ampliado. Ademais, é válido dizer que mesmo que pareça evidente, se a unidade do corpo é garantida pela imagem, — se é possível falar que o imaginário faz corpo —, pode-se concluir que em uma dimensão delirante, o corpo será remanejado, por vezes, de formas radicais (TYSZLER, 2016).

A cristalização do eu nesse referenciamento abre a possibilidade do falo se situar em seu lugar enquanto objeto imaginário com que a criança tem que se identificar de modo a satisfazer o desejo da mãe. A criança, através de uma série de identificações sucessivas, assume o papel de vários significantes, “tipos, formas e representações que pontuam sua realidade com um certo número de referenciais para fazer dela uma realidade recheada de significantes” (LACAN, 1957-1958/1999, p.235). O limite dessa série de identificações é a formação do Ideal do eu, que se faz no nível paterno como mencionado. Pode-se dizer que o objeto de desejo da mãe e o Ideal do eu estão em polos opostos, sendo a intervenção do pai que faz esse objeto passar à categoria simbólica. Portanto, o sujeito partindo do “referenciamento imaginário” — formado na relação da criança com seu corpo — caminha por “uma série de identificações significantes” (p.235) em direção oposta ao imaginário.

É justamente o movimento contrário que pode ser observado nos delírios do tipo schreberiano, nos quais é patente a “invasão da imagem do corpo no mundo dos objetos” (LACAN, 1957-1958/1999, p.237), ao mesmo tempo em que o eu se torna uma trama contínua de alucinações verbais, pois todos os fenômenos de significante se reúnem em torno do eu. Trata-se de um recuo para uma posição inicial da gênese da realidade. Lacan, em razão desse movimento inverso, propõe que o delírio seja concebido como uma regressão estrutural. Essa formulação não significa, absolutamente, uma reprodução de um suposto estado psicótico na criança.

Lacan (1957-1958/1999) retoma que, de modo geral, em algum momento, o sujeito pode fazer um movimento de aproximação da identificação de seu eu com o falo. É “na medida em que é carregado para outra direção que ele [o sujeito] constitui e estrutura uma certa relação [...] com a imagem do próprio corpo, isto é, o imaginário puro e simples, a mãe” (p.236). Em contrapartida, seu eu, enquanto termo real, vai deixar de ser apenas um elemento imaginário na relação com a mãe, mas se tornar um elemento significante ao se reconhecer e ser reconhecido.

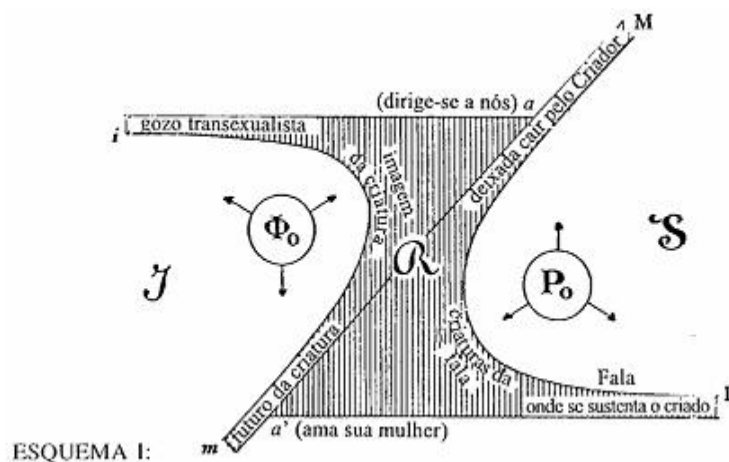
A partir de então, poderão se produzir as identificações sucessivas. Quando não há a intervenção do Nome-do-Pai, pode-se permanecer numa relação exclusiva com a mãe. A relação com essa imagem do corpo próprio será afetada, assim como a relação com o imaginário de forma geral, havendo também aproximação da identificação do eu com o falo. O que vemos, então, são os fenômenos já descritos, como, por exemplo, a questão de ter que ser o falo da mãe, no caso Schreber.

Feitas tais colocações, podemos concluir que, a partir da morte do sujeito, é possível uma mudança de posição em Schreber, chegando à solução delirante de ser a mulher de Deus. A forma como essa recomposição da estrutura imaginária se estabeleceu demonstra uma determinação simbólica por dois aspectos. O primeiro é a prática transexualista e o segundo “a coordenada da copulação divina” (LACAN, 1957-1958/1998, p.575). Nesses dois aspectos, Lacan indica “o ponto decisivo de onde a linha escapa em suas duas ramificações, a do gozo narcísico e a da identificação ideal” (p.577). Afirma que essa linha gira em torno do furo instalado pela morte.

Lacan (1957-1958/1998), após nos demonstrar essas linhas de recomposição, pôde formalizar a estrutura do sujeito, ao término de seu processo psicótico, no chamado esquema I. Essa busca por formalização pode ser percebida, inclusive, no emprego de conceitos matemáticos como assíntotas e hipérbolas. Apesar da especificidade do esquema, ele vem consolidar algumas considerações feitas anteriormente. Um de seus pontos fundamentais é verificar que o estado terminal da psicose não constitui um “caos”, mas evidencia “linhas de eficiência” que compõe um problema de “solução elegante” (p.578).

Além disso, ressalta que Freud pôde ler a determinação própria, a única organicidade essencial desse processo do delírio, a saber, a estrutura da significação. Aqui, mais uma vez, salientamos a perspectiva freudiana do delírio enquanto tentativa de cura. Apesar de seus efeitos barulhentos, tais linhas de eficiência apontam uma tentativa de solução. Ademais, vale enfatizar o submetimento às leis da linguagem em todas as estruturas.

Desse modo, salientamos que não é possível considerar as psicoses como o insano ou fora de qualquer lógica da linguagem, isto é, “sustentamos que convém escutar aquele que fala” (p.581). Lacan retoma a própria palavra de Schreber para afirmar que no campo da linguagem “todo absurdo se anula!” (p.581), sendo essa a própria lei do significante. Portanto, se corrobora a ideia de que “o perigo de delirar com o doente não é para nos intimidar” (p.581), assim como não deteve Freud em suas articulações.



Nesse esquema vemos, então, o campo R, — onde são representadas as condições em que realidade foi restabelecida para o sujeito —, apresentar-se como uma espécie de ilha ligada a “excêntricos remanejamentos” (LACAN, 1957-1958/1998, p.580) do imaginário (I) e do simbólico (S). Essa ilha está cercada por P_0 e Φ_0 que demarcam a ausência do Nome-do-Pai e da significação fálica. O esquema I apresenta, assim, um esquema L (trabalhado anteriormente) descompassado devido à forclusão do Nome-do-Pai e a não incidência da metáfora paterna. No mesmo, destacam-se “as relações pelas quais os efeitos de indução do significante, recaindo no imaginário, determinam esse transtorno do sujeito” (p.579), denominado pela clínica de crepúsculo do mundo, diante do que só é possível responder com novos efeitos de significante. Logo, observamos que é a reconstrução dessa desordem, “provocada na junção mais íntima do sentimento de vida do sujeito” (p.565), que é circunscrita aqui.

Também é válido ressaltar na solução de Schreber como uma dupla assíntota une o “eu delirante ao outro divino, de sua divergência imaginária no espaço e no tempo com a convergência ideal de sua conjunção” (LACAN, 1957-1958/1998, p.578). Dessa forma, está posta uma direção a um futuro infinito, futuro assintótico, em que o ideal de procriação de uma nova raça se coloca no porvir. Essa ideia de assíntota, segundo Lacan, é uma observação freudiana que foi valorizada por ele.

É importante observar também a manutenção do eixo $Saa'A$, pois a relação com o outro enquanto semelhante é mantida, mesmo sendo a relação com o Outro “fora-do-eixo” (LACAN, 1957-1958/1998, p.580). Tal ideia corrobora a formulação já discutida, acerca da prevalência nas psicoses do eixo imaginário, $a - a'$, enquanto o Outro aparece de forma enigmática. Lembramos que é necessário muito tempo para que o delírio em suas linhas de eficiência, em sua ordem delirante, possa restituir um lugar para o Outro.

Em vista disso, é preciso muito trabalho do delírio para que seja restituído um lugar, mesmo fora-do-eixo, para que se realize, como citado, um “*semblant* de vetorização no lugar do Outro” (TYSLER, 2015, p.129).

Nesse escrito, Lacan (1957-1958/1998), a partir do eixo $a - a'$ e das formulações anteriores, poderá ler a entrada na psicose pelo advento de Um-pai no lugar onde nunca esteve antes. Acredita que para que a psicose se desencadeie basta que um pai real, não necessariamente o pai do sujeito, mas “Um-pai”, se coloque em posição terceira em uma relação que seja baseada nesse par imaginário, “isto é, eu-objeto ou ideal-realidade” (p.584).

Outra forma de pensar seria formular o Um-pai como o que se coloca entre o sujeito e outro que lhe servia de muleta imaginária, intervindo e interrogando onde só a ausência pode responder. Esse Um-pai vem, assim, no lugar em que o sujeito nunca pôde chamá-lo. Aqui, sublinhamos como a figura do professor Flechsig não pôde preencher essa ausência estrutural constituinte da psicose, “vazio subitamente vislumbrado da *Verwerfung* inaugural” (1957-1958/1998, p.588). De acordo com Lacan, é esse o enfoque de Freud, já que ele localiza na transferência com tal médico o desencadeamento da psicose.

Nesse ponto, aproveitamos para recordar que por mais fundamental que seja o lugar que a mãe concede à palavra do pai, a relação do pai do sujeito com a lei em si produz efeitos. Como apontamos anteriormente, caso essa relação do pai seja de tomar a lei enquanto sua, as consequências poderão ser nefastas. Esse tipo de relação exclui o Nome-do-Pai de seu lugar significativo, aparecendo não a lei autônoma, mas a intervenção maciça do pai. Vale indicar que Lacan destaca a posição que o pai de Schreber ocupava enquanto reformador social, colocando-se como a lei encarnada. Lembramos aqui da paciente Luana, cujo pai questionou, veementemente, o fato de ela ir votar com a equipe. Para esse pai era terminantemente inadmissível que ela escolhesse algo sem a sua instrução, dizia que Luana era “uma incapaz”. O pai, orientador educacional, aparecia na fala de Luana como “tudo”, “minha vida”, aquele que “sabe o que é o melhor”. Perguntamos-nos se esse pai ao ocupar a posição de orientador educacional como quem sabe de fato o que é melhor, não deixava a lei autônoma e, conseqüentemente, Luana sem lugar.

Por fim, Lacan (1957-1958/1998) escreve que não se trata, nesse momento, de ir “para-além de Freud” (p.590), mas afirma: “deixaremos nesse ponto, por ora, essa questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses, que introduz, como vemos,

a concepção a ser formada do manejo, nesse tratamento, da transferência” (LACAN, 1957-1958/1998, p.590). Propomos, então, que é com o texto freudiano que Lacan vai além do preceito de recuar diante das psicoses, apesar de advertir que não se trata de ir “para-além de Freud” (p.590).

Talvez seja possível dizer que se Freud delimita a questão das psicoses, Lacan transpõe o impossível do tratamento das psicoses. Por mais que aponte a concepção do manejo da transferência como “a ser formada”, cremos que estamos autorizados a ler nesse texto uma indicação de manejo, na medida em que fica evidente que se trata de não ser pego na posição de Flechsig. De qualquer modo, se a questão do manejo permanece “a ser formada”, já se admite que há um manejo possível da transferência nas psicoses. Para Sciara (2011), falar em manobra já remete à transferência e ao lugar do clínico, pois já “torna implícita a exigência de que o clínico possa ter uma ideia mais precisa do lugar que ele vem ocupar no dispositivo transferencial” (p.1).

A partir de diversas aproximações, o que estamos acompanhando é, mesmo, a construção de uma clínica psicanalítica das psicoses. Segundo Sciara (2015), o estudo do caso Schreber empreendido por Lacan constitui uma abordagem clínica que “abre perspectivas de pesquisa e uma referência psicanalítica que não se apoiam em pressupostos neuróticos” (p.54). Como nosso trabalho vem apontando, essa abordagem clínica toma o campo das psicoses a partir das relações do sujeito com o Outro, indo além da dimensão imaginária, na qual outros se detiveram.

A partir da leitura fina de tais relações abre-se um leque possibilidades clínicas. Com o caso Schreber, por exemplo, pudemos indicar a construção da relação do paranoico com o Outro. Como estudado, a questão do Outro seria problemática nesses casos. A “exclusão do Outro reduz o paranoico a um [...] monólogo de marionete a marionete, ao passo que é a significação que vem do Outro que lhe confere sua especificidade” (SCIARA, 2015, p.54). Ainda conforme esse autor, na mania se poderia pensar que o sujeito seria engolido pelo Outro, assim como o Outro da erotomania, com quem se faz Um, é diferente do Outro do reivindicador que invoca o Outro do Outro.

3.2 O advento do sujeito marcado pelo significante: “Bate-se em uma criança”

Como estamos observando, Lacan incluiu as psicoses no campo da linguagem e avançou, com prudência, para além da indicação freudiana, nos permitindo ler um sujeito da psicose e pensar um tratamento possível. Agora precisaremos investigar um

pouco mais a condição de submetimento do homem à lei do significante. Para tal, nos valeremos da análise da fantasia “Bate-se em uma criança” (LACAN, 1957-1958/1999, p.244). A própria opção por nos determos nesse ponto evidencia como em nosso trabalho foi sendo demonstrada a impossibilidade de tratar das psicoses sem abordar o sujeito enquanto efeito da linguagem. Ou melhor, seria dizer que as psicoses revelam mesmo a condição humana perante o mundo dos significantes.

De início, é necessário evocar que o desejo, como dissemos com Lacan (1957-1958/1999), é “cornudo” (p.155), posto que o “que se manifesta no fenômeno do desejo humano é sua subdução intrínseca, para não dizer sua subversão, pelo significante” (p.261). Assim, o desejo está submetido à existência de certo efeito de significante, à existência da metáfora paterna. Essa metáfora, como sabemos, permite inscrever o Nome-do-Pai em substituição ao desejo da mãe; Nome-do-Pai que, como estudado, “tem a função de significar o conjunto do sistema significante, de autorizá-lo a existir” (p.248). O falo, por sua vez, entrará em jogo no sistema significante “a partir do momento em que o sujeito tem de simbolizar, em oposição ao significante, o significado como tal, isto é, a significação” (p.248). Logo, é a partir dele que o desejo como desejado pode ser simbolizado.

De forma mais detalhada, podemos pensar que em razão da entrada no mundo do significante, o desejo, para ser satisfeito, precisa, necessariamente, se tornar “demanda significada” (p.281). Afirmar que se trata de uma “demanda” implica o outro, aquele de quem algo é exigido, mas também implica o Outro, lugar em que o significante tem seu alcance. O termo “significada” implica no sujeito “a ação estruturante de significantes constituídos em relação à necessidade numa alteração essencial, que se prende à entrada do desejo na demanda” (p.281), de maneira que a própria estruturação do sujeito passa pela intermediação que faz com que seu desejo já seja moldado pelas condições da demanda. As peripécias da constituição desse desejo serão inscritas na estrutura do sujeito, já que ele está submetido à lei do desejo do Outro.

Assim, o desejo para ser satisfeito precisa, necessariamente, tornar-se demanda, desejo significado, ser “significado pela existência e intervenção do significante” (LACAN, 1957-1958/1999, p.298). Consequentemente, implica ser, em parte, desejo alienado. O falo é o símbolo dessa alteração pela qual meu desejo será sempre marcado, um “símbolo geral da margem que me separa de meu desejo” (p.284). Através dele “o desejo do sujeito tem que se fazer reconhecer como tal, quer se trate do homem, quer se

trate da mulher” (LACAN, 1957-1958/1999, p.285). Enquanto “significante último na relação do significante com o significado” (p.249), ele permanece velado. Está em cena desde que o sujeito aborda o desejo da mãe, mas sempre velado. Há poucas chances de que se revele de outra forma que não em sua natureza de significante “ou seja, de que venha realmente a revelar, ele mesmo, aquilo que, como significante, ele significa” (p.249). Lacan sintetiza:

Posto que os homens lidam com o mundo do significante, são os significantes que constituem o desfiladeiro por onde é preciso que passe seu desejo. Por essa razão, esse vaivém sempre implica o fator comum na incidência do significante no desejo, naquilo que o expressa, naquilo que faz dele, necessariamente desejo significado — esse fator comum é, precisamente, o falo (LACAN, 1957-1958/1999, p.309).

Para Lacan (1957-1958/1999), o que é produzido da relação com o objeto primordial efetua-se com base em signos, “com base no que poderíamos chamar [...] de moeda do desejo do Outro” (p.263). Dentre os signos, há uma divisão: os que são signos constituídos — “títulos de propriedade” ou “moeda de troca” (p.263) —, e aqueles que são constitutivos, sendo por meio deles que é assegurada a criação de valor. Através desses signos constitutivos, algo de real é implicado a todo instante na economia. É esse algo de real que é atingido pela barra que faz dele um signo. Lacan nos mostra essa barra, constituída pelo signo da chibata, daquilo que bate na fantasia “Bate-se em uma criança”. Vale indicar que esse elemento ilustra que até um efeito desagradável se torna distinção subjetiva e instauração da relação em que a demanda pode ser reconhecida.

Em 1919, Freud publica o artigo *‘Uma Criança é Espancada’*: *uma Contribuição ao Estudo da Origem das Perversões Sexuais*, em que analisa as transformações da economia da fantasia de oito pacientes. Lacan (1957-1958/1999) acompanha minuciosamente os três tempos descritos por Freud, destacando o significante como ponto crucial nessas análises. O retorno a tal fantasia permite propor diversas contribuições, como, por exemplo, acerca da questão do masoquismo. O recorte que nos interessa é pensar a incidência do significante no advento do sujeito.

No primeiro tempo, o pai recusa seu amor à criança espancada, de modo que “é por haver uma denúncia da relação de amor e humilhação que esse sujeito é visado em sua existência de sujeito” (LACAN, 1957-1958/1999, p.246). Esse outro é mesmo negado como sujeito. O sentido da fantasia primitiva, e que dá prazer ao sujeito, apresenta-se, portanto, como “*meu pai não o ama*” (LACAN, 1957-1958/1999, p.246).

O fato dele não ser amado implica que não seja estabelecido na relação propriamente simbólica.

Lacan também salienta o valor primordial que a intervenção do pai terá para o sujeito, destacando sua presença mesmo antes do Édipo. Afirma que a introdução do significante comporta dois elementos: a mensagem e sua significação. O sujeito recebe a notícia de que seu rival é uma criança espancada, alguém que se pode desprezar. Há também o significante do instrumento que se faz necessário isolar como tal, esse chicote com qual o outro foi espancado e que traz a marca do abalo da onipotência. Essa fantasia de que o pequeno rival é um nada absoluto e pode ser objeto de sevícia, trata da simbolização. Diz ele,

[...] trata-se de um “ato simbólico, e a própria forma que entra em jogo na fantasia, o chicote ou a chibata, traz [...] a natureza de um não-sei-quê que, no plano simbólico, exprimi-se por um risco. [...] o que intervém, acima de tudo, é alguma coisa que risca o sujeito, [...], alguma coisa de significante (LACAN, 1957-1958/1999, p.250).

O significante do chicote é um significante privilegiado, pois junto dele necessariamente se coloca aquele que segura o instrumento, a saber, o mestre/senhor que o porta. Pensar essa última questão via significante permite transpor a ideia de que seja o pai que segura o chicote, para a ideia de significante paterno, aquele que “instaura e autoriza o jogo dos significantes” (p.328), conforme trabalhado no capítulo anterior. É interessante assinalar também que acima de qualquer questão de empatia, de se colocar no lugar do sofredor, o que advém é essa relação com o significante.

No segundo tempo, o valor da fantasia se altera completamente, modificando seu sentido, e se coloca aqui o enigma da essência do masoquismo. Nesse tempo, trata-se da fantasia reconstruída em análise. Ela indica o retorno do desejo edípiano na menina: é ela que é espancada. Contudo, a mensagem —meu pai me bate — não chega ao sujeito. Vemos, assim, um movimento bascular que leva o sujeito ao lugar que era do rival, onde a mensagem chegará a ele com sentido totalmente oposto. Esse movimento destaca os polos de rivalidade e identificação presentes na relação com a imagem do outro. Essa relação será, por conseguinte, sempre ambígua, o que será abordado mais à frente.

A mensagem que a princípio dizia “*o rival não existe, não é nada em absoluto*”, sob uma forma recalcada no segundo tempo, passa a dizer “*tu existes, e é até amado*”, mas se trata de uma mensagem que não chega (LACAN, 1957-1958/1999, p.251). O

interessante a ressaltar é que o meio pelo qual o sujeito se vê como existindo e amado está ligado a ser espancado. Diz Lacan: “Espancado, ele, o sujeito, é amado” (LACAN, 1957-1958/1999, p.357). Se, em relação ao outro, o ato de bater é visto como um castigo, sinal de que o outro não é nada, em relação ao sujeito esse ato ganha um valor essencial. Tal alteração de sentido, conforme estamos assinalando, somente é articulável a partir da função do significante. Uma das dimensões primordiais do significante é, justamente, poder anular a si mesmo.

Se existe, por um lado, a mensagem que não chega ao lugar do sujeito, por outro temos o material do significante como a única coisa que permanece. Esse objeto chicote se mantém como um signo até o fim, tornando-se “o pivô” e “quase o modelo da relação com o desejo do Outro” (p.252). Tal articulação é fundamental, pois trata da entrada do sujeito na dialética do significante, apontando como o advento do sujeito está ligado a essa anulação do outro, a uma subtração.

Assim, o que foi de início um meio de anular a realidade do irmão, transforma-se, posteriormente, no meio através do qual o próprio sujeito se vê reconhecido, ou melhor, apontado como aquele que pode ser, ou não, reconhecido. Lacan irá comparar esse sujeito a um cheque em branco, onde todas as doações são possíveis. Ao falar de doações, nos diz que não se trata exatamente do que pode ser dado ou não, porque é da questão do amor mesmo que se trata, campo no qual se dá o que não se tem, de modo que a própria “introdução na ordem do amor pressupõe esse signo fundamental [...] que pode ser anulado ou reconhecido como tal” (p.264). O sujeito “ingressa na ordem do amor, ao estado de ser amado, por ser espancado” (p.357).

No terceiro tempo, e depois da saída do Édipo, resta um esquema geral da fantasia de que uma criança é espancada. Pode-se localizar aqui, no personagem do tirano, uma figura para além do pai, que de fato pode ser assimilada à categoria do Nome-do-Pai, enquanto o sujeito aparece apresentado sob a forma de múltiplas crianças. Essa multiplicação indica “a relação com os pequenos outros, o *a* minúsculo como libidinal, e significa que os seres humanos como tais, estão sujeitos ao jugo de alguém” (LACAN, 1957-1958/1999, p.252). Dessa maneira, a condição do ser humano enquanto desejante exige que ele suporte a “lei imposta por esse algo que existe mais-além, a lei da *Schlag* — o fato de o chamarmos aqui de pai já não tem importância” (p.252). Enquanto humano, o sujeito estará sempre submetido à lei do significante, marcado pela própria barra que lhe forja.

A conclusão que se pode tirar disso é que a fantasia terminal manifesta uma relação essencial do sujeito com o significante, dimensão do reconhecimento do desejo. O sujeito afetado como desejo pelo significante se sente “escorado naquilo que como tal o consagra e o valoriza, ao mesmo tempo que o profana” (LACAN, 1957-1958/1999, p.255). Vale lembrar que é o sujeito que é abolido, e não o outro que detém o chicote. De modo metafórico podemos pensar, portanto, que o bater com o chicote imprime a barra do significante; divide o sujeito, ao passo que o constitui.

Essa cisão do sujeito o situa numa alteridade, ligada ao significante onde “o ser se cinde de sua própria existência” (p.266), que somente é reconhecida a partir de Freud. Afinal, enquanto “existência, o sujeito se vê constituído desde o início como divisão”, já que “seu ser tem de se fazer representar alhures, no signo” (p.266). Considerar que o sujeito é desde o início divisão, é a premissa chave para a formulação do inconsciente. “O discurso do inconsciente [...] ele é sustentado pelo que é de fato a mola última do inconsciente, e que não pode ser articulado senão como desejo de reconhecimento do sujeito” (p.267).

Lacan (1957-1958/1999) pode sinalizar no texto freudiano o apontamento do “que está em causa na dialética do reconhecimento do para-além do desejo” (p.358). Cita o próprio Freud: “Esta fixidez, [...] tão particular que se lê na fórmula monótona ‘uma criança é espancada’ só permite, [...] uma única significação: a criança aí, e que por isso é apreciada, [...] não é outra coisa senão o próprio clitóris” (p.358). Nesse ponto, o mesmo referencia certo nó em que estão entrelaçadas algumas questões, a saber, a relação do sujeito enquanto tal, o falo aqui como objeto problemático e a função significante da barra.

A afirmação freudiana supracitada pode parecer enigmática, porque traz o clitóris como desfecho. Contudo, tal questão se clarifica com a leitura lacaniana desse ponto a partir do conceito de falo. Na medida em que o falo ocupa uma função importante na economia do desenvolvimento do sujeito, é um suporte indispensável da constituição subjetiva e está profundamente envolvido no complexo de castração. O falo é o objeto privilegiado do mundo da vida, nele apresenta-se a manifestação da vida: turgescência, impulso, “as coisas parecem ser tais que esse ponto extremo da manifestação do desejo, em suas aparências vitais, só pode entrar na área do significante desencadeando aí a barra” (LACAN, 1957-1958/1999, p.360).

A castração se introduz no desenvolvimento humano através, não da proibição da masturbação como se poderia pensar, mas pelo fato do falo ser sempre recoberto pela

barra colocada sobre seu acesso ao campo significante. Posto que o falo é sempre barrado, o que veremos a seguir é que o sujeito tem que encontrar seu lugar de objeto desejado em relação ao desejo do Outro. É, justamente, o que a fantasia do “Bate-se” nos mostra: o sujeito terá de se haver com o fato de que ele é e não é, ao mesmo tempo, o falo, e encontrar sua identificação de sujeito. A fantasia nos aponta, em suma, que “o sujeito como tal é, ele mesmo um sujeito marcado pela barra” (LACAN, 1957-1958/1999, p.362).

Para o falo converge “mais ou menos, o que aconteceu durante a captação do sujeito humano no sistema significante” (p.299), ou seja, se faz necessário passar por esse “significante-encruzilhada” (p.299), assim como o desejo precisou passar pelo sistema significante para se fazer reconhecer. É importante salientar, assim, que o falo não é um objeto, uma imagem ou fantasia, trata-se de algo que só pode ser articulado no plano da linguagem e que, em razão disso, está situado no Outro. Conforme dito, o falo intervém como significante, significante da falta, “o significante da distância entre a demanda do sujeito e seu desejo” (p.296). Em razão dessa falta inalienável, indicamos aqui a impossibilidade de coadunar com qualquer premissa, como na “psicoterapia moderna”, que vise à assunção do homem como “ser inteiro” ou à “personalidade total” (LACAN, 1958/1998, p.699).

Posto isso, podemos agora retomar algumas afirmações anteriores. A criança, em sua primeira relação com o objeto primordial, apresenta uma posição simétrica a do pai. Ela, de início, rivaliza com o mesmo e se situa, num ponto x, do lado contrário no que concerne à relação primitiva com o objeto. Nesse ponto, torna-se algo que pode se revestir das insígnias de seu antigo rival e vir encontrar seu lugar. Esse último não se referirá mais ao ponto x, e será onde ela vem a se constituir, “sob essa nova forma chamada o Ideal do eu” (LACAN, 1957-1958/1999, p.309), — ponto de conclusão da “crise do Édipo” (p.315). Como sabemos, o que o sujeito retém das idas e vindas do objeto primordial, levando-o a rivalizar com um terceiro, é o falo. Trata-se de localizar o falo, ϕ (phi minúsculo), justamente nesse x. Ele é o “fator comum resultante” na “incidência do significante no desejo”(p.309), que permite que o desejo seja significado e atravesse o desfiladeiro dos significantes.

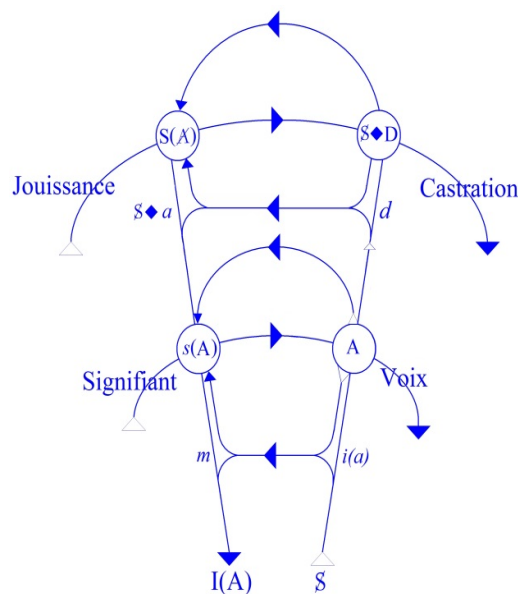
As relações do sujeito com o objeto serão comandadas “a partir do [desse] ponto da identificação em que o sujeito se reveste das insígnias daquele com quem se identificou e desempenham nele o papel e a função do Ideal do eu” (p.308). É importante localizar que nesse momento em que o sujeito se reveste das insígnias o

desejo é alterado. O sujeito “se transforma num sentido que é da ordem de uma passagem ao estado de significante, ao estado de insígnia,” de modo que “o desejo que passa a entrar em jogo não é mais o mesmo” (LACAN, 1957-1958/1999, p.306).

Vale destacar, assim, que toda identificação do tipo Ideal do eu implica o relacionamento com as insígnias, ou seja, o relacionamento do sujeito com certos significantes no Outro. O fato da identificação se dar pela assunção desses significantes característicos enfatiza a relação do sujeito não só com o outro, mas com o Outro. São essas insígnias que estão ameaçadas no complexo de castração, ao mesmo tempo em que são o que é preciso receber, “e fazê-lo numa relação de desejo concernente a um terceiro termo, que é a mãe” (p.317).

3.3 O sujeito da psicose e o grafo do desejo na clínica das psicoses

Agora, veremos que Lacan (1957-1958/1999) articula um circuito, formulado por meio do grafo do desejo, em que é possível observar os efeitos da entrada no mundo do significante. Sobre o grafo, considera que o mesmo serve para apresentar “onde se situa o desejo em relação a um sujeito definido por sua articulação pelo significante” (LACAN, 1960/1998, p.819). Vale apontar que na saída desse circuito poderemos observar que tanto o Outro quanto o sujeito saem barrados. Tal percurso, a partir do grafo, nos permitirá retomar alguns pontos e avançar sobre outros, acerca da estrutura das psicoses, a fim de chegar a questões que permitirão realizar articulações sobre essa clínica e o uso da droga.



Grafo completo

Antes de tudo, precisamos lembrar que há um paradoxo inicial na constituição do sujeito. Posto que o homem seja um ser falante, suas “satisfações devem passar pela intermediação da fala” (LACAN, 1957-1958/1999, p.369), de modo que o desejo está “obrigado à intermediação da fala, e é patente que essa fala só tem seu estatuto, só se instala, [...] por sua natureza no Outro como lugar da fala” (p.369). Logo, no começo da constituição do sujeito deparamos com o Outro, é nesse campo que o sujeito, enquanto desejante, pode nascer.

Não é sem motivos, dessa forma, que a princípio a criança crê que os pais conhecem seus pensamentos. O ponto de distinção entre o sujeito e o Outro é o mais difícil das distinções, dado a existência desse paradoxo. Esse modo de alienação não é o único. Como temos frisado há a questão do semelhante. Aponta-se, assim, a existência de dois modos de ambiguidade: um no plano imaginário, e outro no simbólico. Esses dois limites produzem alienação, ao mesmo tempo, em que constituem uma primeira possibilidade para que o sujeito se diferencie como tal.

Pode-se formular que há inicialmente no plano imaginário uma frágil fronteira: “a relação narcísica está aberta, com efeito, a um transitivismo permanente, como também mostra aqui a experiência da criança” (p.370). No que se refere à ordem simbólica, o Outro nesse momento não está marcado pela castração: trata-se do Outro absoluto. Vale recapitular que o sujeito se distingue no plano imaginário, estabelecendo uma relação de rivalidade com seu semelhante em relação a um objeto terceiro. Mas, para além disso, é preciso que algo aconteça para que o sujeito possa se sustentar na presença do Outro.

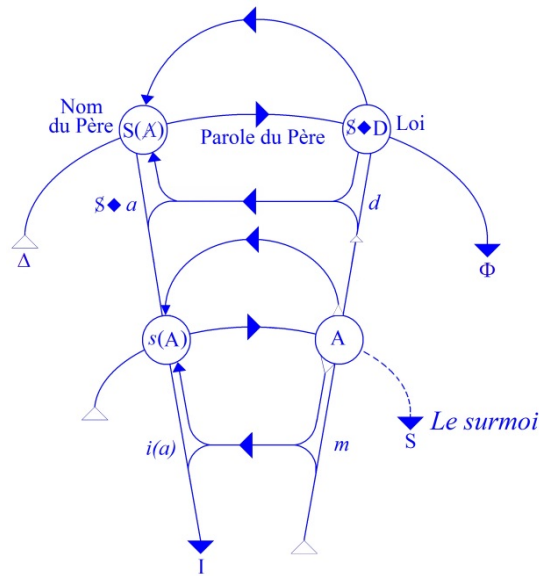
A criança, em sua impotência original, irá se deparar com sua total dependência da demanda, ou seja, com o fato de sua dependência da fala do Outro, fala essa que aliena e reestrutura seu desejo, como já abordado. De início há, portanto, toda uma dialética da demanda que pode ser dita pré-genital. Diante da ambiguidade dos limites entre o sujeito e o Outro se introduzem na demanda o objeto oral, que é incorporado conforme vai sendo demandado no plano oral, e o objeto anal, ligado à possibilidade de o sujeito responder ou não à demanda educativa, podendo ou não ceder de certo objeto simbólico. Disso se conclui que falar de fase oral ou anal nada mais é do que dizer da “maneira como o sujeito articula sua demanda” (LACAN, 1957-1958/1999, p.489).

Assim, na dialética do objeto oral e anal, o que podemos notar é precisamente o remanejamento dos desejos da criança pela demanda. O Outro com que o sujeito lida na

relação da demanda, por sua vez, está submetido a uma dialética de incorporação, ou de assimilação, ou de rejeição. Esse remanejamento se realiza até o ponto em que o desejo do sujeito, em sua autenticidade, é restabelecido na etapa genital, quando ele se depara com o desejo do Outro. Vale indicar que essa dialética da demanda trata mesmo da constituição do circuito pulsional. Podemos deduzir, por conseguinte, que alterações na demanda, na relação com o Outro, implicam alterações na ordenação desse circuito e na própria constituição das zonas erógenas. Voltaremos a esse ponto ainda nesse capítulo.

Deste modo, o sujeito instalado na dialética pré-genital se defronta com um outro desejo que até aqui não foi integrado, o desejo do Outro. Há, então, o reconhecimento de um desejo para além da demanda. O sujeito, por conseguinte, situa esse desejo para-além do primeiro Outro a quem sua demanda era dirigida, — “digamos, para fixar as ideias, a mãe” (LACAN, 1957-1958/1999, p.371). A formulação fundamental que decorre desse ponto é a função do desejo do Outro “no que ele permite que a verdadeira distinção entre o sujeito e o Outro se estabeleça de uma vez por todas” (p.370).

Na experiência do Édipo, assim, trata-se de ir além da reciprocidade existente no nível da demanda, para-além daquilo que o sujeito demanda e do que o Outro demanda do sujeito. Trata-se de introduzir “a presença e a dimensão do que o Outro deseja” (p.371). Concluimos, portanto, que se um desejo insatisfeito é criado pelo sujeito, é por essa ser a condição para ele de constituir um Outro que não sucumba à lógica da reciprocidade da demanda, “que não seja inteiramente imanente à satisfação recíproca da demanda”, caso contrário teremos a “captura inteira do desejo do sujeito pela fala do Outro” (p.377).



Podemos considerar no grafo, segundo Lacan (1957-1958/1999), duas cadeias significantes. A primeira, coloca-se no nível que estamos abordando, da demanda, sendo representada pela linha inferior, “no qual a resposta da mãe por si só constitui a lei, isto é, submete o sujeito a seu arbítrio” (p.354). Sabemos que há uma intervenção que modifica essa relação e, agora, podemos dizer, que há uma intervenção que duplica a relação significante.

Conforme já vimos, o Nome-do-Pai, em sua dimensão de fundação da ordem simbólica, apresenta uma função metafórica. A metáfora paterna pode ser dita como o que concede significação fálica ao desejo materno, de modo a permitir dar lugar à lei encarnada pelo pai para além desse primeiro Outro. Ocorre, assim, um “refreamento pela Lei” do “pisoteio de elefante do capricho do Outro” (LACAN, 1960/1998, p.828), de forma que a segunda linha representa a intervenção dessa outra instância “correspondente à presença paterna e aos modos pelos quais essa instância se faz sentir para além da mãe” (1957-1858/1999, p.354).

Lacan nos diz que além da lei do pai “para além da fala e da superfala [...], outra coisa bem diferente é exigível” (p.379). O significante “eletivo”, o falo, pode introduzir-se, então, nesse mesmo nível onde se situa a lei. Como mencionado, ele “marca o que o Outro deseja na medida em que ele mesmo, como Outro real, Outro humano, está, em sua economia, marcado pelo significante” (p.378), sendo designado $S(A)$. Como podemos ver no grafo, esse significante se coloca nesse segundo grau de encontro com o Outro. Acreditamos que essa barra denota a impossibilidade do real ser completamente simbolizado, como abordado previamente.

Assim, o falo está situado no plano do Outro. Ele “é o significante do desejo na medida em que o desejo se articula como desejo do Outro” (LACAN, 1957-1958/1999, p.391). É “no nível desse desejo, barrado por intermédio do Outro, que se produz o encontro do sujeito com seu desejo mais autêntico, [...], o genital” (p.379). Em decorrência disso, pode-se apontar o desejo genital como marcado pela castração. O desejo do sujeito será estruturado por meio desse significante que introduz, assim, o para além da fala do Outro. Logo, para que se possa aceder ao desejo, mais além da demanda, é preciso a inscrição do significante da falta no Outro $S(A)$, sendo o falo, Φ , que realiza tal fórmula.

Como vimos, se o falo é sempre velado, se é encontrado barrado indicando o desejo do Outro, o sujeito precisará encontrar seu lugar de objeto desejado em relação ao desejo do Outro. Vale lembrar que a partir da fantasia “Bate-se em uma criança” trabalhamos como o sujeito vai precisar se localizar como aquele que é e não é o falo, e é desse lugar que poderá se situar. Sujeito, portanto, que só se constitui ao se subtrair da cadeia significante, ao descompletar essencialmente a quadratura S, A, a, a' . Ele estabelece-se por “ter, ao mesmo tempo, que se contar ali e desempenhar uma função apenas de falta” (LACAN, 1960/1998, p.821).

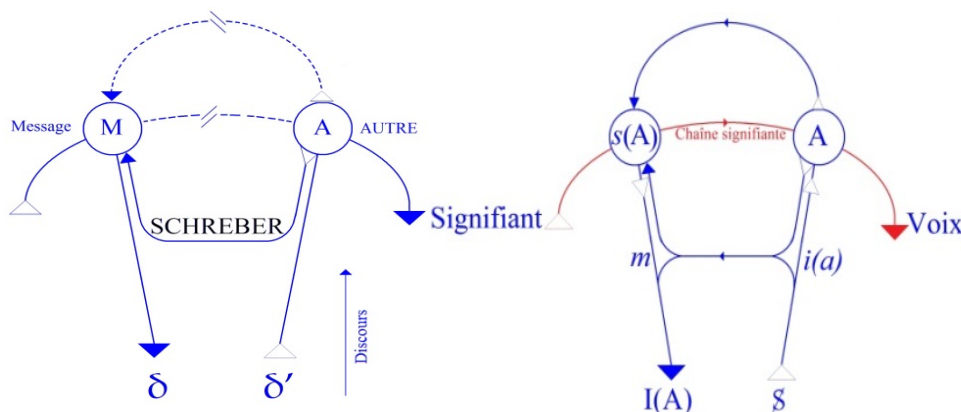
Em resumo, poderíamos dizer, conforme Lacan (1957-1958/1999), que do mesmo modo que o significante paterno instaura e autoriza o jogo dos significantes, esse significante que é o falo altera o Outro como barrado, o que demonstra que o Outro não é apenas o lugar da fala, mas que está, como o sujeito, implicado na dialética localizada “no plano fenomênico da reflexão acerca do pequeno outro” (p.329). É justamente pelo significante inscrever essa relação que ela pode existir.

Nesse ponto, já podem ser recolhidos alguns efeitos sobre as psicoses, a partir das considerações realizadas. Diante da não articulação da falta no Outro, a articulação do desejo não poderá ocorrer nas psicoses: falta mesmo o significante que designa a falta do Outro, de modo que, nesses casos, o falo não pode ser pensado como o vetor que orienta o campo do desejo. Lacan (1960/1998) propõe que o “sujeito da psicose” (p.821) é aquele que se contenta com o Outro prévio, isto é, “o Outro, como sítio prévio do puro sujeito do significante”, que “ocupa a posição mestra, de dominação” (p.821). Afinal, com a forclusão do Nome-do-Pai e o fracasso da metáfora paterna, o pisoteio de elefante do Outro não é barrado, permanecendo esse Outro prévio. Nas psicoses, então, a distinção entre sujeito e Outro não se fez de uma vez por todas. Dessa forma, não há obstáculos frente à intrusão sem lei desse Absoluto. Tal questão é importante

para pensarmos, no próximo capítulo, se a droga pode ser lida como o que chamaremos um método paliativo, justamente pelo apaziguamento dos efeitos desse pisoteio que ela pode proporcionar.

A partir do caso Schreber, o que observamos é o rompimento do discurso no lugar do Outro. Como o Nome-do-Pai está *verworfen*, as ligações entre a ida e a volta da mensagem (M) para o código (A), e do código para mensagem não serão possíveis, como podemos notar abaixo. O resultado da “exclusão das ligações entre a mensagem e o Outro” irá se apresentar como substituição dessa falta “sob a forma de duas grandes categorias de vozes e alucinações” (LACAN, 1957-1958/1999, p.161). Conforme temos assinalado, o Nome-do-Pai é o significante especial que ratifica a mensagem. Sem tal autenticação da mensagem do sujeito, não poderá se articular o desejo e, portanto, o segundo piso do grafo.

Há, então, uma tentativa de ligação entre a mensagem e o código, com a emissão, no nível do Outro, de significantes da língua fundamental. Como vimos, o sujeito articula esses elementos rompidos e originais do código em uma rede de significantes que recobre o mundo. Nessa rede não há nenhuma outra coisa que segura e certa, a não ser que se trata da significação total, essencial. Quando isolados, esses significantes evidenciam apenas a dimensão de enigma da significação. Desse modo, o Outro aqui faz emissões para além do código “sem nenhuma possibilidade de integrar nelas o que possa provir do lugar onde o sujeito articula sua mensagem” (LACAN, 1957-1958/1999, p.161). Além disso, do Outro provêm as chamadas mensagens interrompidas, onde falta à autenticação da significação. A mensagem “manifesta-se, aqui, na dimensão pura e rompida do significante como algo que só comporta sua significação para além de si mesmo, algo que, por não poder participar da autenticação pelo *Tu*” (p.162).



Nesse momento, para avançarmos, precisamos nos deter no primeiro andar do grafo, a fim de aprofundar algumas questões. Notamos o ponto $s(A)$ que abordamos sob o nome de insígnias. Esse “s” que, em geral, quer dizer significado, aqui acompanha o A maiúsculo, expressando justamente aquilo que no Outro adquire o valor de significado com a ajuda do significante. Se de um lado temos A, o lugar do código, de outro temos o ponto em que, por retroação, “a significação se constitui como produto acabado” (LACAN, 1960/1998, p.820).

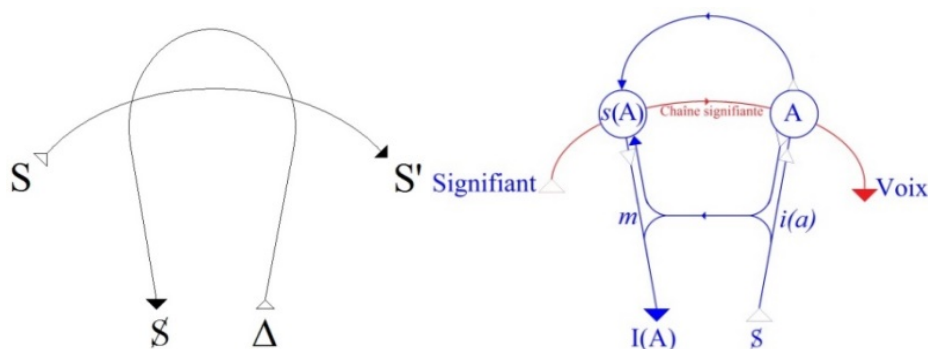
Conforme discutido, é na relação com as insígnias do Outro que se produz a identificação que tem por resultado a constituição no sujeito do Ideal do eu. Vale apontar que qualquer identificação com as insígnias do Outro dependerá da demanda, D, e das relações do Outro com o desejo, d (LACAN, 1960/1998). Pode-se dizer que tudo que se passa em relação à identificação é baseado em uma certa relação com o significante no Outro, ou seja, é na medida “em que o sujeito se presentifica, no interior de um mundo assim estruturado na posição de Outro que se produz [...] aquilo que se chama identificação” (1957-1958/1999, p.353).

Trata-se de um sujeito, como concluímos, paradoxal, posto que se constitui mediante o Outro, trazendo de saída a marca da alienação. É em razão disso que a ideia de identidade a si mesmo, ou de indivíduo autônomo, em nada nos auxilia. Tanto é que no texto “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache”, Lacan afirma:

[...] o lugar que a criança ocupa na linhagem segundo a convenção das relações de parentesco, o prenome, talvez que já a identifica com o avô, os funcionários do registro civil e até o que nela denotará seu sexo, aí está algo que se preocupa *muito pouco com o que ela é em si*: pois ela que apareça hermafrodita, para ver só! [grifo nosso] (LACAN, 1960a/1998, p. 659).

Ademais, Lacan indica que onde emprega o termo “insígnia, Freud fala de [...] *einziger Zug*” (p.447), traço unário, trata-se da fixação de um pequeno traço do campo do Outro. Ainda em 1960 (1998), refere que, se tomarmos um significante como insígnia da onipotência, temos “o traço unário, que, por preencher a marca invisível que o sujeito recebe do significante, aliena esse sujeito na identificação primeira que forma o ideal do eu” (p.822), $I(A)$, de modo que no grafo o $I(A)$ substitui o S barrado do vetor retrógrado, como podemos ver na figura abaixo. Logo, esse traço é o fundamento do ideal do eu. Ele não está na identificação narcísica, mas no campo do desejo, só podendo se constituir quando estamos na ordem do significante. Pode-se dizer ainda que

através dessa identificação que forma o ideal do eu ocorre a distinção entre sujeito e Outro, e entre o [Eu] [Je] e o eu, [moi].



Assim, Lacan (1960/1998) define que esse sujeito alienado é efeito de uma “retroversão” (p.823). É, portanto, anunciado pelo tempo do futuro anterior que poderá dizer se ele “terá sido”, se terá advido em uma certa operação. É no “só depois” de um segundo tempo que se saberá que o sujeito dividido como efeito da operação do recalque terá advido no ponto de identificação simbólica, ou, ainda, que terá operado, como dissemos com Freud, um mecanismo análogo, se tratando do sujeito da psicose.

É necessário destacar que Lacan (1960/1998), jogando com as palavras *méconnaître* [desconhecer] e *me connaître* [me conhecer], inscreve aqui um desconhecimento essencial ao conhecer-me. Afinal, como seria diferente, se o sujeito está de saída alienado? Nesse estranho conhecer-se, o sujeito só pode contar com a imagem no espelho. “Tudo de que pode se assegurar nessa retrovisão, é de vir a seu encontro a imagem, esta, antecipada, que ele tem de si mesmo no espelho” (p.823).

É desse ponto ilusório que poderá se dar a assunção do sujeito, como trabalhamos. O que o sujeito encontra quando se defronta com essa imagem invertida de seu corpo, é mesmo o encontro com o outro. Trata-se de uma imagem antecipada, tomada do outro, que é entregue pelo espelho. Se não houvesse uma antecipação, o que encontraria seria um suposto real do corpo que nem mesmo pode erguer-se sozinho, dependente, incoordenado, em suma, ainda despedaçado (LACAN, 1949/1998). Corpo despedaçado que revela-se nos sonhos, “nos sintomas de esquize ou de espasmo da histeria” (p.101).

O sujeito toma tal imagem invertida e antecipada, essa imagem do outro, como imagem de si mesmo. O eu ideal é a imagem que se fixa nesse ponto, forma ideal e exterior em que o sujeito se reconhece. Segundo Lacan (1949/1998), essa forma trata do

que Freud chama de *Ideal Ich*, cuja função se relaciona à origem das identificações secundárias e a normalização libinal. Se dissemos anteriormente que o eu está situado em uma linha de ficção, agora podemos afirmar que é essa forma ideal e exterior que o situa em tal posição. Ela é alienante, já que a unidade do corpo percebida é ilusória e antecipada, ao passo que também é fundamental, justamente por tal unidade ter ocorrido. Essa forma é também descrita como “a matriz simbólica”, em que o [Eu] *Je* se precepita antes que “a linguagem lhe restitua [...] sua função de sujeito” (p.97).

Aqui um pequeno parênteses parece cabível. Se, de início, na teoria lacaniana temos essa relação com o semelhante, parece possível fazer uma analogia entre esse ponto e o momento em que Freud, como abordado no primeiro capítulo, postula a passagem pela escolha de um objeto do tipo homossexual, isto é, a tomada de um objeto amoroso com características sexuais semelhantes como um componente da escolha amorosa, do mesmo modo que lemos, com Lacan, a homossexualidade apontada por Freud na etiologia da paranoia em Schreber, a partir da ausência de um terceiro.

Outra pequena digressão interessante é indicar que essa duplicidade constituinte compõe uma temática literária frequente. Machado de Assis (1882/1994), no conto chamado *O Espelho*, escreve: “Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro...” (p.2). O escritor brasileiro se aproxima da ideia desse outro que possibilita a constituição de uma unidade. Diz ele: “está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida [...]. As duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja” (p.2); poderíamos dizer: que é a partir desse ponto um bebê, nunca uma laranja completa. Ademais, o personagem machadiano evidencia a própria imagem narcísica em decomposição:

[...] deu-me na veneta de olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. Olhei e recuei. O próprio vidro parecia conjurado com o resto do universo; não me estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra [...] a mesma decomposição de contornos (p.6).

É o encontro com essa imagem alterada no espelho que está relacionado ao confronto com o semelhante, que se transforma “no escoadouro da mais íntima agressividade” (LACAN, 1960/1998, p.823). Talvez, aqui, nos aproximamos novamente do conto, já que no mesmo a imagem do alferes no espelho elimina o homem. Vemos, assim, a relação do sujeito e do *Ideal-Ich*, eu ideal. Todavia é

importante lembrar que, como adverte Lacan, em *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache* (1960a/1998), “seria um erro acreditarmos que o Outro maiúsculo do discurso possa estar ausente de alguma distância tomada pelo sujeito em sua relação com o outro, [...] da díade imaginária” (p.685). Ele expõe

[...] até mesmo na relação especular em seu estado mais puro: no gesto pelo qual a criança diante do espelho, voltando-se para aquele que a segura, apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo ela já estava (p.685).

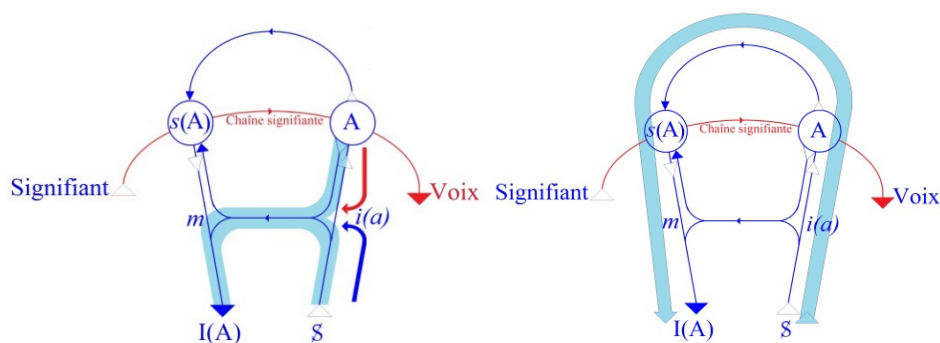
Diante disso, podemos retornar ao trabalho *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1960/1998) em que é dito que essa imagem do outro “se fixa, eu ideal, desde o ponto em que o sujeito se detém como ideal do eu” (LACAN, 1960/1998, p.823). Logo, Lacan pode formular, a partir desse confronto com a imagem narcísica, que o eu “é função de domínio, jogo de imponência, rivalidade constituída” (p.823). O eu mascara sua duplicidade ao ter sua natureza imaginária capturada. É o que vemos no circuito $S \rightarrow i(a) \rightarrow m \rightarrow I(A)$, esquematizado na próxima página.

Ele é um disfarce de que a consciência com que “garante a si mesmo uma existência incontestável [...] não é imanente, mas transcendente, uma vez que se apoia no traço unário do ideal do eu” (p.823). Há uma tentativa de fazer um consigo mesmo, quando não há nada que garanta ao eu uma imanência. O que a duplicidade vem mesmo revelar é que o eu [*moi*] é transcendente, pois se vale da imagem do outro e, principalmente, se apoia no Outro através do ideal do eu. A função principal do eu é, portanto, desconhecer sua origem.

Tais reflexões demonstram esse ponto que atravessamos ao longo de todo trabalho, e continuaremos a desdobrar: a condição de alienação simbólica e imaginária do sujeito. Alienados somos todos, psicóticos ou não. O psicótico apenas evidencia uma articulação que é de todos. Se não somos maciçamente invadidos pelo Outro, tampouco podemos dizer que o dominamos. Se as palavras não são impostas ao neurótico, como ao psicótico que é falado por elas, isso não significa uma mestria sobre a linguagem. Tal como Lispector (1987) escreve, nós não ‘dirigimos’ nada: “não dirijo nada. Nem as minhas próprias palavras” (p.11).

Lacan nos diz, então, que se trata de um processo imaginário que vai da imagem especular até a constituição do eu, justamente no caminho de uma subjetivação pelo significante. O vetor $m \leftarrow i(a)$ mostra precisamente tal processo. Ele tem um sentido

único, mas é duplamente articulado, uma primeira vez como curto circuito $S \rightarrow i(a) \rightarrow m \rightarrow I(A)$, e uma segunda $S \rightarrow i(a) \rightarrow A \rightarrow s(A) \rightarrow m \rightarrow I(A)$ que passa pelo $s(A)$, onde a significação pode aparecer em resposta ao encontro com o Outro (LACAN, 1960/1998). Isso indica que o “eu [*moi*] só se completa ao ser articulado não como [*Eu*] [*Je*] do discurso, mas como metonímia de sua significação” (LACAN, 1960/1998, p.824).



Se for possível o acesso a identificação simbólica e ir além da identificação imaginária, o grafo pode se alterar apresentando seu segundo piso. Outra possibilidade, é o sujeito se deter nesse patamar, colabado ao Ideal [$S \rightarrow i(a) \rightarrow m \rightarrow I(A)$] ou preso ao deslizamento infinito da significação [$s(A) \rightarrow A \rightarrow i(a) \rightarrow m \rightarrow s(A) \dots$]. É o que acompanhamos, no segundo capítulo, com o caso Schreber, onde temos Po e Φo ³⁶ e, por conseguinte, onde o desejo não pôde se articular. Diante desse Outro não castrado, o sujeito pode ficar aprisionado ao $s(A)$ elevado à condição de insígnia, aprisionado ao Ideal do Eu, $I(A)$, que opera aqui como imperativo. Assim, estamos diante de um sujeito radicalmente submetido a um Outro muito consistente. Lacan (1957-1958/1998) já nos havia dito em relação a Schreber “a espessura da criatura real [...] interpõe-se para o sujeito entre o gozo narcísico de sua imagem e a alienação da fala em que o Ideal do eu assumiu o lugar do Outro” (p.578).

O grafo permite demonstrar a possibilidade de deslizamento infinito de significações, a invasão do sujeito pelo Outro. Esse deslizamento infinito aponta a ausência de ponto de basta, já que a metáfora paterna, como sabemos, não operou. Assim, as significações do Outro vão se colocando uma após a outra para o sujeito. Lacan (1957-1958/1998) nos diz, acerca dos fenômenos supostamente intuitivos em Schreber, que o efeito de significação antecipa-se neles ao desenvolvimento da própria significação: “seu grau de certeza [segundo grau: significação de significação] adquire

³⁶ Vide figura da página 76.

um peso proporcional ao vazio enigmático que se apresenta inicialmente no lugar da própria significação” (p.545). Toda significação fará referência à falta do significante da falta.

É válido pontuar que se o Outro pode ficar muito consistente, também podemos notar em alguns casos uma maior inconsistência. São esses psicóticos “mais desprovidos, submetidos a uma onda de fenômenos elementares, a uma pululação dos objetos (voz, olhar...)” (SCIARA, 2011, p.2). Nesses pacientes, se observa a angústia “psicótica por excelência, a de serem ameaçados de não mais estarem assegurados da presença do Outro da linguagem” (p.2). Lembramos nesse ponto de uma conversa em que João, residindo transitoriamente em uma Unidade de Acolhimento³⁷, nos conta do estranhamento que Lucas lhe trazia. Ele diz que tinha “suas maluquices”, “umas coisas que acontecem, as vozes aqui e ali”, mas que não era como com Lucas: “ele é muito perturbado”, “eu já reparei, o tempo todo ele fala sozinho”, “não consegue ficar quieto”.

Diversos percalços podem ocorrer durante o estágio do espelho. Assim, podemos ver aqui uma certa variedade, não uma infinidade, de fenômenos imaginários em tipos diversos de psicoses, em que a imagem do outro captura o sujeito: paranoias, esquizofrenias, síndrome de ilusão de Frégoli. Nessa última, por exemplo, o outro é sempre o mesmo, o perseguidor sendo capaz de tomar a aparência de qualquer um. Nesses casos, vemos a prevalência da imagem do outro tomar a forma persecutória, como nos diz Thibierge (2016). Assim como na paranoia, essa forma persecutória também pode aparecer. Ainda na paranoia, vimos com Schreber a estrutura do duplo se desdobrar, quando as vozes informam que se tratava de um cadáver leproso carregando o outro. Havia mesmo “uma identidade reduzida ao confronto com seu duplo psíquico” (LACAN, 1957-1958/1998, p.574).

Até aqui estávamos nos debruçando sobre o primeiro andar do grafo, no qual, em resumo, temos que A, enquanto lugar do código, acolhe a demanda, sendo o significado do Outro $s(A)$ produzido na passagem do A para o ponto onde se encontra a mensagem. Lacan (1957-1958/1999) afirma que, se tomarmos essa linha como a linha da “realização do sujeito” (p.405), teremos algo, no final, que se traduz como da ordem de uma identificação $[I \rightarrow s(A)]$. Em outras palavras, trata-se “da remodelação, da

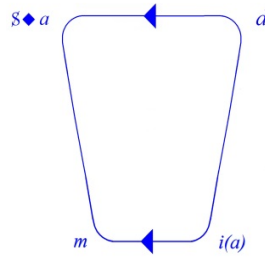
³⁷ A Unidade de Acolhimento é um dispositivo da saúde que tem como objetivo “oferecer acolhimento voluntário e cuidados contínuos para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em situação de vulnerabilidade social e familiar e que demandem acompanhamento terapêutico e protetivo”(MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).Cf. Portaria nº 121, de 25 de janeiro de 2012.

transformação também, da passagem, enfim, da necessidade do sujeito pelos desfiladeiros da demanda $[D \rightarrow A]$ ” (p.405). É, nesse momento, que pode surgir o sujeito sustentado, não mais em dois, mas em quatro pontos de apoio, além de se constituir um campo para além da circularidade da demanda: o circuito do desejo.

Ademais, como vimos, pode-se constituir, não mais o significado de A, mas o significante de A que também conhece e é estruturado por essa *Spaltung* $S(A)$. Essa barra é resultado do fato do falo ser barrado no A e elevado ao estado de significante, $[\phi \rightarrow \Phi]$. É no lugar da mensagem que esse Outro como castrado é representado. “Os termos se invertem em relação à mensagem do patamar inferior. A mensagem do desejo é essa” (LACAN, 1957-1958/1999, p.406). Em razão da dificuldade de articulação do desejo, posto que é articulado no inconsciente, “ele é articulável na consciência do sujeito, mas até certo ponto” (LACAN, 1957-1958/1999, p.407). Trata-se de situar esse para-além sob a forma de desejo como desejo do Outro.

Todo homem, portanto, vai buscar seu desejo sempre no lugar do Outro: o “desejo do homem, para ele, tem sempre de ser buscado no lugar do Outro como lugar da fala, o que faz com o desejo seja um desejo estruturado nesse lugar do Outro” (LACAN, 1957-1958/1999, p.454). Essa é, de fato, a razão de toda a problemática do desejo. Aqui, introduz $S\hat{a}$: o ponto correspondente e o suporte do desejo, o ponto em que o desejo se fixa em seu objeto. Esse objeto — como sabemos desde Freud — não tem nada de natural. É constituído, precisamente, por certa posição do sujeito em relação ao Outro. Esse algoritmo da fantasia pode ser comparado ao átomo em relação ao elemento fonemático da unidade significante, isto é, são “índices de significação absoluta” (LACAN, 1960/1998, p.830). É essa ‘significação absoluta’ que pode se articular como interrupção da metonímia infinita, ou seja, é com a ajuda da fantasia que o sujeito pode encontrar e situar seu desejo.

Se, na primeira alça, o sujeito transpõe a primeira linha significante da demanda, através da manifestação da necessidade, como no grafo $[m \rightarrow i(a)]$, na segunda alça, o desejo, d , — que no Outro permite ao sujeito abordar o campo de seu desejo, o para além a ser significado —, ocupa o ponto correspondente ao m , mostrando que é justamente ao tentar articular seu desejo que o sujeito encontra o desejo do Outro (LACAN, 1957-1958/1999). Em suma, pode-se dizer que o “grafo inscreve que o desejo é regulado a partir da fantasia assim formulada de maneira homóloga ao que acontece com o eu $[moi]$ em relação à imagem do corpo” (LACAN, 1960/1998, p.831).



Além disso, é homólogo o desconhecimento do eu, de sua sustentação pela imagem do outro, ao desconhecimento do desejo em sua fundamentação na fantasia. De fato, o desconhecimento é tal que, conforme mostra o esquema, o circuito imaginário é mesmo fechado pela fantasia. “Assim se fecha a via imaginária por onde na análise [[Eu], [Je]] devo advir, lá onde *s’tava* [*là ou s’était*] o inconsciente” (LACAN, 1960/1998, p.831). Lacan afirma, assim, que a fantasia é o estofo “daquele [Eu] [Je] que é primordialmente recalcado, por só ser indicável no *fading* da enunciação” (p.831), daquele sujeito que nos referimos enquanto “efeito de retroversão” (p.823).

Dessa forma, uma vez que o [Je] já ganhou estofo pela fantasia, a partir da passagem pela crise do Édipo, nossa atenção é solicitada pelo “status subjetivo da cadeia significante no inconsciente, ou melhor, no recalque primário” [Gozo \rightarrow S(A) \rightarrow S♦D \rightarrow Castração] (LACAN, 1960/1998, p.831). Para Lacan, como é difícil designar o sujeito do inconsciente como sujeito de um enunciado, quando ele não sabe sequer que fala, o sujeito poderá localizar-se na cadeia superior, lembrando que houve recalque, a partir do conceito de pulsão, S♦D.

A pulsão designa ao sujeito do inconsciente uma “localização orgânica, oral, anal, etc., que satisfaz à exigência de estar tão mais longe do falar quanto mais ele fala” (LACAN, 1960/1998, p.831). A partir do grafo, a pulsão pode ser lida enquanto tesouro do significante. Quando o sujeito desvanece, é ela o que advém da demanda. Assim como a demanda também pode desaparecer, o que resta nesse caso, é o corte, aquilo que distingue a pulsão da função orgânica que ela habita, “ou seja, seu artifício gramatical” (*idem*). Esse corte “se beneficia” (p.832) de uma borda anatômica: lábios, fenda da pálpebra, vagina. Posto que, é de benefício que se trata, não está implicada nenhuma necessidade anatômica. As zonas erógenas que a pulsão isola são delimitadas por esse corte.

Vemos, assim, que para o sujeito se trata sempre da constituição de um circuito pulsional, já que o corpo, como sabemos, é uma questão para todo ser falante, afinal,

nossa anatomia é, conforme Lacan (1949/1998), uma “anatomia fantasística” (p.101). Vale dizer que os objetos, nos quais esse traço de corte incide, não têm imagem especular, podendo então ser o estofado do sujeito da consciência. Para Lacan esse sujeito que entende poder acessar a si mesmo é de fato igualmente um objeto desse tipo. “Perguntem ao angustiado com a página em branco, e eles lhes dirá quem é o excremento de sua fantasia” (p.101). De modo que a imagem especular irá dar vestimenta a esse objeto inapreensível no espelho.

Ainda sobre $S(\mathcal{A})$, é preciso ressaltar que é nesse ponto que se fecha a significação, que toda “cadeia significante se honra ao fechar sua significação” (LACAN, 1960/1998, p.832), lembrando que toda essa parte do grafo se refere ao inconsciente [$S(\mathcal{A})$ enunciação inconsciente \rightarrow $s(\mathcal{A})$ enunciação consciente]. Lacan postula que, em razão da necessidade de esperar a enunciação inconsciente, o $S(\mathcal{A})$ pode ser lido como significante da falta do Outro, no que tange a possibilidade desse último, quando solicitado (*Che vuoi?*), responder de seu lugar na cadeia inferior, \mathcal{A} , mas em termos de pulsão, nos significantes mesmo que constituem a cadeia superior. O Outro precisa responder pelo valor do tesouro do significante, só que enquanto tesouro do significante há mesmo uma falta inerente à sua função. Essa falta, ainda segundo Lacan (1960/1998), aponta para o fato de que não há Outro do Outro.

Apesar da complexidade desse debate ir muito além do escopo dessa pesquisa, gostaríamos de trazer alguns pontos que Lacan indica nesse contexto. O mesmo retoma o Pai morto, enfatizando a questão do significante. Propõe que a psicanálise não se sustenta enquanto “rito do Édipo” (p.833), mas que seu osso está naquilo que o Édipo veicula que não é mito: o complexo de castração, ao que formula o $S(\mathcal{A})$, sobretudo, como um significante, “um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1960/1998, p.833). Esse “significante só pode ser um traço que se traça por seu círculo, sem poder ser incluído nele. Simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes” (p.833). Logo, pela incidência da castração, o sujeito neurótico está submetido a ser representado por um significante para outro significante.

Lacan poderá, nesse ponto, dissertar sobre o gozo não como uma atividade prazerosa ou fonte de desprazer. Define que é sua falta que permite tornar o Outro inconsistente. Esse gozo me é proibido, o que se daria por culpa do Outro, mas se não há Outro, isso só pode ser por culpa do [Eu], pelo pecado original. Assim, notamos que o que Freud formula com o mito do Édipo, como dito, é o complexo de castração, essa falta no Outro que vimos fundar uma falta no sujeito. Melman (2011) nos auxilia a

lembrar que todo significante pode ser ouvido com um sentido oposto. Todo significante é construído, afirmando “goze!”, ao mesmo tempo que instaura o gozo como interdito, sendo “o nome-do-pai que vai, de algum modo, suspender esse caráter eminentemente ambíguo do imperativo vindo do significante” (p.90).

Portanto, o gozo, vale dizer novamente, não está dado para aquele que fala, “ou ainda, que ele só pode ser dito nas entrelinhas por quem quer que seja sujeito da Lei, já que a Lei se funda nessa proibição” (LACAN, 1960/1998, p.836). Mesmo que a Lei comandasse “goza [*jouis*]”, o sujeito, em razão dessa interdição, só poderia responder “ouço [*j’ouïs*]”, onde o gozo estaria subentendido (LACAN, 1960/1998, p.836). Lacan destaca que não é a Lei que impede o acesso do sujeito ao gozo, como se poderia pensar. O excesso de gozo leva à dor, assim, não é a Lei que barra o acesso do sujeito ao gozo. A Lei “apenas faz de uma barreira quase natural um sujeito barrado. Pois é o prazer que introduz no gozo seus limites” (LACAN, 1960/1998, p.836). Como bem mostrou Freud, é a preocupação de manter um nível de tensão compatível com a vida, isto é, o prazer que traz ao gozo seu limite até que uma outra proibição se coloque.

É, de fato, a castração que marca o gozo infinito, permitindo-lhe ser dito apenas entrelinhas, de modo que é preciso que o gozo lhe seja vedado para que possa ser atingido. Isso que a castração coloca ao falante: a “castração significa que é preciso que o gozo seja recusado, para que possa ser atingido na escala invertida da Lei do desejo” (p.841). Lacan coloca que é “a simples indicação desse gozo em sua infinitude que comporta a marca de sua proibição” (p.836). Na constituição dessa marca, para constituir essa marca, há um sacrifício, posto que a imagem especular do falo é negativizada. “O que cabe num único e mesmo ato, com a escolha de seu símbolo, o falo” (p.836).

Em razão disso, o falo se torna simbólico, é predestinado “a dar corpo ao gozo na dialética do desejo” (p.836). A função imaginária que se sacrifica ao simbólico é lida em Freud como o narcisismo. Para Lacan, é a imagem especular o canal que permite a transfusão da libido do corpo para os objetos. Por conseguinte, é como parte faltante na imagem desejada que o “órgão erétil vem a simbolizar o lugar do gozo” (p.837) e pode ser igualável à função de falta de significante (-1). Conforme assinalado, trata-se da transformação da imagem fálica (ϕ minúsculo, $-\phi$), em “significante do gozo” (Φ maiúsculo, Φ), “falo simbólico impossível de negativizar” (p.838). Lacan, nesse momento, pode considerar que a verdadeira função do pai será a de unir o desejo à Lei.

Logo, é através do processo secundário que uma outra interdição ao gozo, agora incontestável, ocorre. “O prazer introduz no gozo seus limites, o prazer como ligação da vida, incoerente, até que uma outra proibição, esta incontestável, se eleve” do processo primário (LACAN,1960/1998, p.836). Então, podemos concluir que no campo das psicoses, sem a intervenção da função do Pai, o sujeito está à mercê do imperativo de gozo vindo do Outro, gozo infinito sem marca. É preciso a interdição pelo pai simbólico ao gozo para que a Lei dos significantes se instaure e o sujeito possa desejar. O interdito do pai nas psicoses não faz o gozo ser entre dito, não une a Lei ao desejo; ressoa como mensagem direta, puro real, para retomar nos termos do segundo capítulo.

De forma geral, podemos concluir que, diante do enigma do desejo do Outro, a resposta possível do neurótico, enquanto subordinado ao significante, é o “eclipse do sujeito” (LACAN, 1960/1998, p.830), sendo isso o que a fórmula da fantasia escreve, “é o que simboliza a sigla ($S\hat{O}a$)” (p.830). A neurose, por conseguinte, “não é uma força ou fraqueza maior ou menor do desejo, nem é uma fixação, imaginada como o fato de que, num certo ponto, o sujeito enfiou o pé num vidro de cola” (LACAN 1957-1958/1999, p.443). Podemos dizer, então, que a fantasia protege o neurótico frente à castração do Outro. Nas psicoses, tal enigma não faz questão. O sujeito não está dividido e, conforme Czermak (2009), essa não divisão retorna como pura ruptura: “essa divisão do sujeito que não adveio, que não se produziu, faz retorno sob a forma de que o sujeito pode ser equivalente ao objeto a um puro corte” (p.64), o que se escreve como: $S = a = /$, em que sujeito, objeto e corte, são equivalentes.

Tal escrita vem acompanhada pela “vertigem que podemos ter quando constatamos que o que não se produziu na ordem da alienação legítima da linguagem, a saber, a perda, a falta, vem subverter todas as nossas funções” (CZERMAK, 2009, p.65). Essa outra alienação, que não se dá pela perda e pode igualar o sujeito ao corte, faz o mesmo irromper pela janela, automutilar-se; enfim, faz o corte aparecer no real, ou ainda, faz surgir algo de insurreição. Temos assim, os paranoicos que dizem “querem me pegar, me cortar em pedacinhos”, ou, como exemplifica o autor, “querem que eu me jogue pela janela”, mas o sujeito que resta ali diz “não, não, eu não quero” (p.64).

Se a divisão do sujeito se coloca como uma questão, assim como a articulação da fantasia, concluímos que formular $S\hat{O}D$ é incoerente. “É bastante evidente que tal relação [do sujeito com a demanda] presume que o sujeito não esteja completamente incluído nela”, nos diz Lacan (1957-1958/1999, p.406). Desse modo, “a colocação para

fora do campo de qualquer problemática desejante suprime qualquer distância entre necessidade e demanda a partir daí colabadas” (CZERMAK, 2016, p.182).

Anteriormente, articulamos que no sujeito dividido a pulsão se favorece da borda anatômica. Através de um corte que se beneficia dessa borda, um certo “catálogo das pulsões” pode ser organizado (p.838). O que estamos trabalhando, contudo, é que essa não é uma trajetória única, já que não é de $\$ \diamond D$ que se trata. Acreditamos que seja o caso de falar então de desespecificação pulsional³⁸, “como um tipo de defecção produzida”, um “trajeto singular” (CZERMAK; HERGOTT; TYSZLER, 2009a, p.41). Quando a pulsão se desespecifica em seus termos é possível comer pedra, fezes, engravidar pela boca, parar de comer, parar de respirar, ser pensado, ser visto, diarreias e constipações sem fim. Impossível não lembrar, nesse ponto, da paciente que durante exame de endoscopia descobriu, para surpresa do médico (e nossa), o que só poderia ser uma laranja quase inteira. Diante dessa paciente, que por anos permanece com uma laranja entalada no aparelho digestivo, diante do paciente que introduzia objetos no pênis sob efeito de cocaína, deparamo-nos com a radicalidade da posição do clínico em apostar que há ali um sujeito, como sustentamos em nosso trabalho.

Nesse campo, onde o Outro, assim como o sujeito, não são marcados pela barra, podemos retomar, conforme mencionado, o que Sciara (2011a)³⁹ nos propõe articular não como subjetividade, mas como subjetivação. Ele emprega esse termo,

[...] no sentido em que há significantes puros, representantes, que ressoam, se agenciam, se tecem eventualmente uns aos outros, dando lugar algumas vezes a construções diversas: esboços delirantes, até mesmo, nas psicoses paranóicas, delírios articulados em torno do que se convencionou chamar de uma metáfora delirante, chegando às vezes ao extremo de uma cristalização que lhes confere uma estabilidade, uma forma de “cura”, para retomar a palavra de Freud (SCIARA, 2011a, p.1).

Tal formulação nos permite sustentar que se trata de sujeito, mas avança no debate sobre a aposta ética do clínico sem ignorar a heterogeneidade do campo das estruturas, por propor uma precisão clínica ao diferenciar subjetivação e subjetividade.

³⁸ Sobre tal conceito remeto a leitura do capítulo *Observações sobre situações de desespecificação pulsional* de autoria de Czermak, Hergott e Tyszler. In: CZERMAK, M.; TYSZLER, J. (Orgs). *A pulsão na psicose: oralidade, mania e melancolia*. Coleção: A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria, v. 4. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2009a.

³⁹ No artigo “A questão do ‘sujeito’ psicótico: Uma preliminar ética na abordagem da transferência nas psicoses”. Disponível em <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/a-questao-do-sujeito-psicotico/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Esse último termo se refere aos efeitos que advém da divisão subjetiva no sujeito neurótico.

Assim, se o Outro não castrado traz consequências radicais, como a defecção da fantasia, a desespecificação pulsional, a relação com a linguagem marcada pela forclusão do Outro, como nas mensagens interrompidas, isso não significa a ausência de sujeito. Ele afirma, em consonância com o trabalhado, que é necessário constatar que o psicótico tem acesso ao significante, “e até mesmo que todo significante não é reduzido ao signo” (p.3). Sciara (2011a) nos orienta que diante dessa “vestimenta linguageira estereotipada” (p.2), ou em alguns casos estrambólica, o clínico não pode se furtar de supor no sujeito “capacidades para serem usadas de uma palavra que o sustente” (p.2).

Nesses casos, portanto, se trata de detectar uma subjetivação. Não estamos isentos de uma posição ética, “de fazer a hipótese de que há sujeito em cada paciente, psicótico ou não” (p.2). Essa posição ética é relacionada a uma disposição do clínico “a se ver incluído na transferência, sendo designado aí a um lugar enigmático, na maioria das vezes a sua revelia, tendo mesmo assim o dever de tentar situá-lo” (p.2). Conseqüentemente, declina-se, aqui, como a aposta no termo ‘sujeito da psicose’ nessa dissertação é uma aposta não apenas teórica, mas, sobretudo, ética. Por fim, é primordial indicar como a formulação da subjetivação — a partir do paradigma da entrada no significante — nos possibilitou caminhar da questão das psicoses a todo tratamento possível das psicoses.

CAPÍTULO 4 - A PARTICULARIDADE DOS USOS DE DROGAS NAS PSICOSES

Tem um mal contra o qual o ópio é soberano, este mal se chama Angústia, em sua forma mental, médica, psicológica, lógica ou farmacêutica, como vocês queiram. A Angústia que faz os loucos. A Angústia que faz os suicidas. A Angústia que faz os condenados. A Angústia que a medicina não conhece. A Angústia que vosso doutor não entende. A Angústia que corta o cordão umbilical da vida. A Angústia que acaba com a vida (ARTAUD, 1917, p.17 citado por MARTINS, 2009, p.237).

Dona Cláudia, paciente psicótica idosa, em situação de rua por quase toda a vida, fazia uso importante de álcool⁴⁰ e tabaco, além de cocaína eventualmente. Em dado momento sua situação na rua se torna difícil sendo encaminhada, conforme seu pedido, a uma Unidade de Acolhimento. Diante de casos como esse, diversas questões surgiam: como seria sua relação com as drogas em uma residência transitória? Suportaria nos momentos dentro do dispositivo ficar sem a ingestão de álcool? Caso fosse para uma casa própria um dia, retomaria o uso? Cláudia em acolhimento por alguns meses nunca apresentou sinais de abstinência⁴¹. Em sua fala não fazia nenhuma referência a falta do uso, ou a qualquer “fissura”, dizia apenas que “quando ficava lá com aquele pessoal” tomava “a vermelhinha com as colegas, era das braba” [sic].

Edmilson paciente psicótico, em situação grave, com pouco apoio que o sustente, como vozes ou delírio constituído, já esteve inúmeras vezes internado em hospitais psiquiátricos, em acolhimento por diversos períodos no CAPSAd, ameaçado de morte pelo tráfico outras tantas e, apesar dos avisos violentos, sempre retorna ao seu

⁴⁰ A Organização Mundial de Saúde considera para mulheres um consumo máximo de 14 unidades semanais de álcool, acima disso se identificam os bebedores excessivos (população em risco imediato). Uma dose de pinga com 50 ml (concentração ao redor de 50%) teria o equivalente a 2,5 unidades. Disponível em: <<https://www.uniad.org.br/images/stories/publicacoes/texto/Mitos%20e%20realidades%20sobre%20o%20Alcoolismo.pdf>> . Acesso em: 21 dez. 2018.

⁴¹ No ano 2000, o Departamento de Dependência Química da Associação Brasileira de Psiquiatria publicou o documento, *Consenso sobre a Síndrome de Abstinência do Álcool (SAA) e o seu tratamento*, no qual se afirma que “Pessoas que bebem de forma excessiva, quando diminuem o consumo ou se absterem completamente, podem apresentar um conjunto de sintomas e sinais, denominado Síndrome de Abstinência do Álcool” (p.1). Conforme esse consenso, a hiperestimulação adrenérgica, a hiperatividade de receptores NMDA (N-Metil-D-Aspartato) e a liberação de dopamina são apontados, após a retirada do álcool, como responsáveis pelos efeitos fisiológicos da SAA. Sobre o mesmo, afirmam: o “quadro se inicia após 6 horas da diminuição ou da interrupção do uso do álcool” [grifo nosso] (p.4), com sintomas e sinais como: tremores, ansiedade, insônia, náuseas e inquietação, podendo ocorrer sintomas mais severos em aproximadamente 10% dos pacientes (febre baixa, taquiplnéia, tremores, sudorese profusa, convulsões e *delirium tremens*). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-4446200000200006>. Acesso em: 21 dez. 2018.

território de origem. Certa vez, um cuidador assustado e surpreso pergunta se eu já sabia o que Edmilson havia feito dessa vez, — “esses caras são capazes de tudo pela droga”. Mostra, então, um vídeo com mais de 5 mil visualizações em que Edmilson é filmado pelo tráfico comendo fezes de animal em troca de drogas. Esse vídeo, segundo seus divulgadores, é postado como forma de apologia contra as drogas: “a que ponto chega o homem por culpa da droga”, diz a legenda. O curioso é que Edmilson, acolhido no CAPSAd, na UAA ou na casa de uma irmã, foi capaz de ficar sem a droga ou fazendo uso reduzido da mesma sem apresentar um comportamento bizarro similar ou maiores sintomas de abstinência. Como é possível, então, Edmilson, que faz uso de cocaína, álcool e crack, permanecer por algum período, um dia que seja, sem usar ou fazendo uso moderado? Se Edmilson pode parecer “capaz de tudo”, não é “por culpa” do tóxico em si, mas por sua inserção na linguagem.

Ao contrário do que se poderia pensar, não é pela droga que ele come fezes, mas por sua relação com Outro, o que lhe faz ser a marionete do tráfico. O acossamento do Outro é tamanho que Edmilson é todo o tempo invadido, é falado quase sem parar, é corpo espedaçado. Sua marcha é desritmada, braços e pernas parecem se desencontrar, não fala muito, mas fala sempre sobre seu pai. A abstinência que se revela nesse caso é a de seu pai, pai sem ressonância simbólica. O Nome-do-Pai não estava inscrito para esse sujeito de modo que era preciso que seu pai Sr. Eduardo estivesse ao seu lado, repetia incessante “meu pai vem, não vem?”. Inúmeras foram às vezes em que o mesmo, diante da ausência do pai quando dizia que iria visitá-lo, pulava o muro, entre falas de que precisava ver seu pai, ver se estava em casa.

Notamos que esses exemplos indicam que nos sujeitos da psicose que fazem uso da droga surgem diversas problemáticas que escapam à abordagem tradicional dessa temática, — como uma substância tóxica que provoca determinados efeitos sobre o organismo —, assim como sobre o que se pensa na vida ordinária sobre a droga. Surpreende, por exemplo, que nesses casos não haja nenhuma preocupação com a qualidade da droga, enquanto outros pacientes discutem a veracidade do pó ou a procedência da maconha. Nas psicoses pode-se usar pó misturado com pó Royal sem nenhuma questão. Para além da qualidade, pode-se mesmo cessar ou reduzir a ingestão da droga, mas continuar um uso em sua dimensão de significante. Pode-se usar pó e pó de guaraná ao mesmo tempo, como veremos adiante. Do mesmo modo, é raro aparecer na fala desses pacientes palavras como fissura, compulsão e recaída.

Nesse ponto é importante dizer que toda abordagem da questão da droga é atravessada pela determinação da noção da droga pelo discurso da ciência. Como dito, conforme Santiago (2017), com a ciência, a compreensão de todo fenômeno que envolve a droga, o tóxico, exige a identificação da natureza de seus componentes. É preciso estarmos advertidos dos efeitos desse discurso em relação à questão da droga, pensarmos que a cada nova descoberta de um mecanismo de ação se provoca a convicção de que o tóxico existe na natureza como realidade pré-discursiva. Contudo Cláudia, Edmilson e tantos outros vêm nos interrogar justamente sobre o campo da linguagem. Assim, não é possível dizer sobre a droga na natureza; a droga, assim como a realidade humana conforme apontado, só pode ser pensada através da mediação da estrutura da linguagem.

Fernandes (2014) ressalta que em pessoas que pertencem a grupos estigmatizados e segregados é fundamental que a psicanálise não se preste a psicologismos, por exemplo, em um caso, colocando responsabilidade sobre a família, justificando com isso o fracasso de iniciativas públicas. Afirma:

Tudo isso nos leva a levantar o difícil problema do que é fazer uma intervenção, clínica ou qualquer outra, que se dirija ao sujeito, que se dá no caso a caso e em função das particularidades das situações, mas que incide em pessoas que pertencem a grupos segregados e estigmatizados. Como fazer uma intervenção que abra brechas para que elas possam tomar a palavra, se responsabilizarem, sem que isso se confunda com se culpabilizarem por algo que lhes diz respeito sim, mas que concerne também à História, sendo por isso da responsabilidade da sociedade em seu conjunto — delas, inclusive (p.44).

Desse modo, nos casos estigmatizados e segregados pela questão da droga se coloca novamente a questão da aposta no sujeito, sem negar as responsabilidades da sociedade. A clínica da psicose, sobreposta à questão da droga, revela diversos atravessamentos. Seria pouco dizer que a droga é vista por muitos como responsável por grande parte dos problemas do mundo contemporâneo. Assim, esses atravessamentos são inúmeros, inclusive morais e religiosos. Para muitos se trata ali de um zumbi a ser exterminado ou de uma alma a ser recuperada. Talvez seja possível dizer que a clínica da psicose, somada à questão da droga, sobrepe mesmo a necessidade da aposta no sujeito, de tomar em conta a palavra do “drogado”, do louco.

Nesse último capítulo, então, iremos articular a particularidade dos usos que os sujeitos da psicose fazem da droga. Empregamos usos, pois, como veremos, há pluralidade nesses métodos. Contudo, é importante assinalar que, como mencionado,

com Lacan (1954/1998), trata-se sempre do caso a caso, do “particular para o particular” (p.387), pela aposta de que há um sujeito: Edmilson com sua história, filho de Eduardo, que gosta de pipa, em tratamento no CAPSAd, morador da comunidade do Chapadão; diferente de supô-lo como exemplo de dejetos humanos, conforme o vídeo citado.

Portanto, a nosso ver, a problemática mais cara desta clínica é justamente sustentar a posição ética de continuar apostando que há um sujeito diante de todas essas concepções da droga, como, por exemplo, do próprio cunho policaresco do termo toxicomania, conforme Lacan (1966/2001), como já indicado. cremos que se trata de uma tomada de posição radical de que poderá responder um sujeito, em sua subjetivação, que da droga faz um uso particular. Implica supor no sujeito a capacidade de encontrar uma palavra que possa vir a sustentá-lo, quando inicialmente o próprio, muitas vezes, diz “nós é bicho” [*sic*].

Antes de prosseguirmos, é necessário lembrar, como dito na introdução, que não faremos um inventariado sobre a temática das drogas na psicanálise. É importante retomarmos também a questão fundamental, do uso da droga não se referir a uma estrutura específica. Há uso de drogas na neurose, na psicose e na perversão. Tampouco, constitui uma estrutura. Trata-se de um fenômeno clínico (MALEVAL, 2001; MELMAN, 1992). Em outras palavras, não há quatro estruturas psíquicas. Há apenas três e cada estrutura se serve da droga de determinada forma, em uma tentativa de dar conta do impossível. Assim, nos interessam alguns traços comuns sobre a questão da droga que podem ser destacados na estrutura da psicose. Nossa linha de investigação, como mencionado previamente, fala mesmo dessa questão, já que em razão do uso da droga ser um fenômeno clínico, que aparece de modo particular na estrutura das psicoses, foi preciso construir um percurso aprofundado sobre as psicoses.

Outro ponto de partida importante é a formulação de que o falante se serve da droga para contornar o mal-estar inerente à civilização, articulada pelo próprio Freud já em 1930 (1974). Ele concebe que o princípio de prazer orienta nossas vidas, mas que seu programa está fadado ao fracasso por estar em desacordo com tudo o que circunda o humano. Acredita que a possibilidade de felicidade é restrita por nossa própria constituição. Podemos dizer, portanto, que uma vez na linguagem, se está marcado pela insatisfação. Ainda segundo Freud, “a vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis” (p.93).

Ele propõe que para suportar a dureza da vida não podemos nos abster de “medidas paliativas” (FREUD, 1930/1974, p.93) e “construções auxiliares” (p.93). As “substâncias tóxicas” estão entre essas medidas, juntamente com os “derivativos poderosos” e as “satisfações substitutivas” (p.93). Essas substâncias nos tornam insensíveis a nossa desgraça, influenciam nosso corpo e sua química, enquanto que os derivativos como a atividade científica, nos proporcionam “extrair luz de nossa própria desgraça” (p.93). Já as satisfações substitutivas funcionam como ilusões em objeção à realidade diminuindo nossa miséria, como é o caso, por exemplo, das artes. Essas são eficazes graças à importância que a fantasia tem na vida psíquica.

Para Freud (1930/1974), se a felicidade é restrita, a infelicidade é bem mais conhecida pelo humano, tendo o sofrimento como origem: o próprio corpo, que todo o tempo se torna mais decrepito; o mundo externo, onde as forças da natureza são soberanas; e, o relacionamento com outros homens, — talvez a fonte de sofrimento mais difícil de todas. Para aplacar o mesmo, o homem pode adotar diversos métodos. Porém, o mais eficaz seria mudar o próprio organismo, uma vez que o sofrimento é uma sensação. Em consequência disso, entende-se que a “intoxicação” seria o método mais eficiente e também o mais “grosseiro” de lidar com o sofrimento (p.96). Freud compara tal método ao estado de mania. Explicita:

O *serviço* prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo [grifo nosso] (FREUD, 1930/1974, p.97).

Dessa maneira, coloca o uso de drogas como um método, há muito utilizado, de se afastar dos dissabores da realidade. Descreve que é justamente essa propriedade das drogas que é perigosa e que responde, em parte, por um desperdício de energia que poderia ser “empregada para o aperfeiçoamento do destino humano” (p.97). Aponta que, de fato, a técnica através da qual “o destino pouco pode fazer contra nós” (p.98) é a sublimação.

Ainda segundo Freud (1930/1974), outra possibilidade de técnica de vida seria a fuga para a neurose. Diante da impossibilidade dessa fuga resta rebelar-se contra a realidade ou o “consolo” da “intoxicação” (p.104). Essa tentativa de recriar o mundo, como sabemos, é o trabalho do sujeito da psicose. Na psicose, como vimos no início

desse trabalho, trata-se de uma rejeição. A realidade é transformada de modo a abolir seus pontos insuportáveis. Há a “criação de uma nova realidade que não mais cause o mesmo impacto que a realidade abandonada causava” (FREUD, 1924b/2007, p.128), enquanto no uso da droga existe um afastamento das pressões da realidade com a retirada para um mundo próprio.

Acreditamos que é interessante assinalar como Freud, nesse texto sobre a constituição do homem em cultura, aponta a questão da droga e da psicose como dois desfechos possíveis para o sujeito. Ele escreve: “O homem que, em anos posteriores, vê sua busca da felicidade resultar em nada ainda pode encontrar *consolo* no prazer oriundo da intoxicação crônica, ou então se empenhar na desesperada tentativa de rebelião que se observa na psicose” [grifo nosso] (FREUD, 1930/1974, p.104).

A nosso ver, é válido destacar as palavras que Freud emprega acerca do uso de drogas: método, serviço, medida paliativa, consolo, construção auxiliar, “amortecedor das preocupações” (p.97). Não podemos deixar de notar que desponta das reflexões freudianas uma dimensão ética, já que apresenta a droga como um método, mesmo que rudimentar, para lidar com o mal-estar que é inerente ao sujeito enquanto falante. Nossa aposta de trabalho, pelo que a clínica nos mostra, é a de que seja possível ler também para os sujeitos das psicoses o uso da droga como um paliativo, um amortecedor frente aos fenômenos da psicose, como as alucinações verbais⁴² e o despedaçamento do corpo. Sobre o sofrimento, o próprio Freud escreve que em muitos casos de psicoses, as ilusões de memória, os delírios e as alucinações são extremamente dolorosos e desencadeiam fortes reações de medo (p.129), assim como trata da relação com o corpo que pode estar completamente alterada, como vimos, por exemplo, com a paciente esquizofrênica do marido “distorcedor de olhos” (FREUD, 1915a/2004, p.46).

Como trabalhamos, o sujeito da psicose está à mercê do gozo do Outro, esse Outro não castrado que pode mesmo pisotear o sujeito, dado que a operação de constituição do mesmo é outra, não se pautando pela introdução do Nome-do-Pai e da significação fálica; enfim, pelo interdito que o pai simbólico traz. O corpo, como abordamos, não é de saída constituído e, portanto, nesses casos, poderá aparecer invadido e despedaçado pelo gozo do Outro. Podemos dizer que esses sujeitos percorreram outros pequenos caminhos que não a conhecida estrada principal dos

⁴² Martins (2009) desenvolve hipótese similar, propondo que a droga interrompe temporariamente a manifestação de fenômenos devastadores das psicoses, gerando a possibilidade de apaziguar vivências corporais de fragmentação e silenciar alucinações verbais.

neuróticos, o que implica, vale salientar, uma variedade de quadros clínicos a depender da extensão dos efeitos da forclusão.

Acreditamos que ao percorrer essas ruelas a droga sirva como um paliativo diante da invasão do Outro absoluto. Nesse ponto, recorreremos inclusive à definição do vocábulo paliativo que no dicionário figura como “remédio que não cura, mas mitiga a doença”, ou ainda, “recurso para atenuar um mal ou adiar uma crise” (DICIONÁRIO ONLINE PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2018). Acreditamos, então, que seja possível apontar a droga como uma forma de lidar com o zumbido constante, com esses significantes que se põem a falar sozinhos na beira do caminho. Nesse sentido, destacamos a fala paciente do psicótico que chamaremos aqui de Wellington, sobre seu uso: “a maconha faz a voz parar, é insuportável o que ela fica me dizendo”. Desse modo, poderíamos pensar que esse uso mitiga, mesmo que de forma grosseira e temporária, os efeitos alucinatorios.

Encontramos alguma ressonância dessa leitura clínica em Pommier (2011) que formula a possibilidade do uso ser visto como um modo de resistência do sujeito, já que considera que ao tomar a droga o sujeito não apenas contradiz uma ameaça alucinatória, mas se opõe, de modo mais geral, ao gozo do Outro que se abateu sobre ele impessoalmente. Para o autor, então, há algo do sujeito que aparece nesse ponto, já que dessa forma há tentativa de modo artificial de assumir o controle pelo lado de fora, externamente. O autor nos fala, então, da hipótese de certas drogas poderem atuar como um contrafogo, um combate de uma alucinação com uma alucinação. Ao invés de um antipsicótico como na medicina, se usa um alucinógeno.

O uso, entretanto, apresenta limitações e é diferente de outras “armas que são conhecidas: elas são aquelas da construção de um delírio, da passagem ao ato, ou aquelas do acidente psicossomático” [tradução nossa] (p.119). Jungman (2011) também se aproxima de tal perspectiva da droga. Propõe o termo “droga-remédio” [*drogue-remède*] (p.20), salientando que a droga não atua sobre as causas das psicoses, mas sobre os efeitos. Esse autor aponta que o uso da droga, em razão disso, é permanente, visto que interrompendo esse uso voltam os efeitos.

Aqui acreditamos ser importante trazer um pequeno fragmento clínico do caso do jovem Felipe Rafael, cujas vozes imperativas lhe diziam “viado”, “se prostitui!”, “viado tem que se prostituir”. Diferente da paciente que escuta “porca”, que trabalhamos anteriormente com Lacan (1955-1956/1988), Felipe não conta inicialmente nem mesmo com a pequena marionete do outro para lhe retornar sua mensagem, como

um vizinho perseguidor. Com muita dificuldade de falar e assustado, Filipe nos conta⁴³ sobre as vozes que tem escutado: “isso acontece com todo mundo né, em algum momento eu acho... Será que tô ficando doido?” [sic], “tô com medo de estar ficando maluco” [sic], “ficam falando negócio de viado”.

No fenômeno psicótico, como vimos, trata-se de uma significação enorme que emerge na realidade e não se parece com nada. É com a ameaça de ruir todo o edifício que esse jovem se depara (LACAN, 1955-1956/1988). Depois de um tempo, notamos que, como diz Freud, a droga começa a lhe prestar um serviço: é por seu uso que as “coisas estão assim”, está “usando demais”, explica que a droga está lhe deixando “pancado das ideias” [sic]. A partir disso, afirma que começou a usar droga para ficar “de boa”, mas que precisa parar; nessa época justamente faz um aumento importante de seu uso de cocaína. A significação que vem do Outro deixa de ser enigmática e angustiante, como Filipe nos afirma: é por conta da droga que está tendo “ideias estranhas” — o edifício mesmo instável não ruíu.

Começa a se dizer “usuário de drogas”, sendo, de início, difícil aceitar qualquer medicação: “coisa de maluco”. Como usuário de drogas pode estabelecer uma identificação imaginária com outros pacientes do CAPSAd: “nós é assim” [sic], “isso é coisa de usuário”, “isso é da droga, tia”. Em dado momento, por certo período de tempo, “se colou”⁴⁴ com outro “usuário”. Pôde vestir-se da imagem de Cléber, inclusive de algumas de suas roupas que pegava emprestado. A partir desse ponto, estava menos angustiado com as vozes. Pôde também retomar certa circulação pela cidade, o que havia restringido bastante.

Após certo tempo de tratamento, houve um deslocamento na tessitura de significantes, passando a afirmar ser do CAPS, “usuário do CAPS”, “sou Filipe Rafael do Paulo da Portela /do Raul Seixas/do Miriam Makeba⁴⁵”. Aqui vale destacar o termo usuário que se presta a múltiplas significações: usuário de drogas, do CAPS, do Sistema Único de Saúde; nesse caso houve um deslizamento pelo agenciamento desses significantes chegando à construção de “Filipe, usuário do CAPS”. Aparece, então, uma outra relação com a droga em que dizia usar quando “as coisas ficavam mais difíceis”, “para acalmar”, mas que era preciso “se cuidar”, não “dar bobeira”. Enquanto usuário do CAPSAd, foi sendo possível retomar o contato com sua família, podendo, inclusive,

⁴³ Podemos escutar Filipe durante sua passagem por uma Unidade de Acolhimento Adulto.

⁴⁴ O termo “colar” é frequente na clínica. Para mais informações, remetemos o leitor ao capítulo três.

⁴⁵ Inserimos aqui os nomes dos três CAPSAds para manter a questão do sigilo.

ser recebido em um quartinho ao lado de casa. A mãe, funcionária de antigo hospital psiquiátrico, expulsara de casa o filho, “usuário de droga, mau caráter”, após inúmeras dívidas, roubos e episódios de ameaça do tráfico. Não resta dúvidas que em tal processo foi fundamental a posição ética sustentada por alguns técnicos desse CAPSAd e da UAA onde esteve acolhido, de escutar a sua palavra, enquanto, muitas vezes, “a formação atual dos jovens ‘psis’ desacredita a palavra dos psicóticos, reduzindo-a a um não-senso, a signos, a itens, a um determinismo biológico, genético” (SCIARA, p.5). Assinalamos como é crucial o lugar do clínico nesse campo de modo que, respeitando a especificidade e os limites, possa dar lugar ao dizer do psicótico ao invés de tomá-lo como signos, como puros critérios diagnósticos para F19 ou F20 na CID-10⁴⁶.

Filipe não é o único a se intitular usuário de drogas. De fato, é algo frequente escutarmos pacientes psicóticos que se denominam como dependentes químicos, usuários de drogas. Aqui nos parece que, muitas vezes, a fixação na imagem do outro assegura ao sujeito um lugar mínimo para esses sujeitos. Se, como estudamos, tudo que pode assegurar inicialmente o sujeito é a imagem do outro que o espelho lhe retorna, pensamos que nesses casos a imagem do outro usuário de droga lhe dá a possibilidade de um lugar, podendo haver uma identificação. Pensaríamos, então, em uma espécie de compensação imaginária a partir desse grupo, o que parece ser o frágil lugar que escutamos de alguns pacientes, como Luana quando diz, por exemplo, “eu sou da b2, lá todo mundo é unido, todo mundo se ajuda, tenho amigas”, ou de Wagner, quando afirma, de forma similar, “eu sou cria da Flávia Farnésia”⁴⁷. Luana nos conta também que começa a usar droga ainda na adolescência como uma forma de “socializar”. Não tinha muitos amigos, era muito quieta, ainda que de modo precário parece ser através da droga que estabelece algum tipo de relação social, via identificação imaginária.

Como vimos com Czermak (2009), é possível dizer que nas psicoses não se produziu algo da ordem da alienação legítima da linguagem. Jungman (2011), então, nos fala de uma espécie de nova alienação e de uma estabilização do eu [*moi*] fornecidos pelo objeto droga, evitando as flutuações identificatórias que o sujeito sofreria em seus diferentes ambientes sociais. Melman (2011a), por sua vez, propõe que essa modalidade artificial permite participar de um mundo de gozo e dar um significado

⁴⁶ CID 10- Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, F.19- Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas, F.20- Esquizofrenia. Cf. <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>

⁴⁷ B2 (Bandeira 2) e Flávia Farnésia são cenas de uso de drogas, principalmente crack, próximas a importantes locais de circulação como Av. Brasil e linhas de trem na cidade do Rio de Janeiro.

válido, sustentável, ao significante permitindo um modo de estabilização. Acreditamos que esse lugar é frágil, porque qualquer mudança, como por exemplo, a dissolução do grupo, pode acarretar uma desestabilização.

Se essa questão da identificação parece estar relacionada a alguma estabilização, a questão da imagem também parece estar em jogo, muitas vezes, no início do uso. Como discutimos, o psicótico pode assumir a imagem do outro como um modelo. Sendo assim, é recorrente escutarmos o início do uso ser relacionado à imitação de um semelhante, aparecendo a dimensão da cópia. Se no caso de Heitor, que descrevemos previamente, não era necessário a droga para ser um narcótico anônimo, no caso de Ygor, paciente psicótico em tratamento no CAPSAd, o uso de maconha e depois cocaína se iniciou seguindo os outros adolescentes do prédio que morava. Ele conta: “sentei na roda e passou para mim, fiz como todo mundo”, “eu ficava ali com eles, descia e fumava, era um grupinho”, “teve um outro dia que voltei lá e era cocaína”. Da mesma forma, Augusto nos conta: “eu tinha um primo com quem eu ia pra todo lugar, ele passou um tempo morando lá em casa, aí ele fumava e foi assim que eu fumei também, depois veio a cocaína, a cadeia e muitas coisas”.

Ademais, ainda sobre a questão do lugar de identificação que pode ser dado a partir da instituição, é interessante destacar que alguns CAPSAds fornecem o projeto terapêutico singular impresso. Nesse documento, chamado por alguns pacientes de “carteirinha”, geralmente constam os horários de oficinas, atividades e atendimentos. Sobre isso, citamos o episódio em que Renan nos conta: “a carteirinha aqui do CAPS salvou minha vida, tava usando quando a milícia me viu, ia rodar, aí expliquei pra eles que sou um dependente químico em recuperação e que por isso me trato no CAPS, aí eles me trouxeram aqui e tô vivo. Se eu não precisasse não tava aqui” [*sic*].

Citamos ainda Renato, “tia, eu sou daqui do Raul/Makeba/Portela. Onde eu vou eu mostro que sou daqui, oh meu nome [mostrando o papel com seu nome]”. Indagamos, nesse ponto, se quando Renato se apresenta nos lugares mostrando seu projeto terapêutico e afirmando ser do CAPS ele não está falando da tentativa de construção de um lugar mínimo em relação ao Outro. Ou ainda, se quando Filipe se vale do nome do CAPS em conjunto com o seu, dizendo que ele é “Filipe Rafael do Miriam Makeba/Raul Seixas/ Paulo da Portela”, como mencionado, não seria possível pensar algo como o nome do CAPS operar como um ponto de basta; um remendo onde o Nome-do-Pai está foracluído.

Mais interessante do que responder essa questão, é a problemática que se desvela desse ponto, acerca da instituição CAPS OU CAPSAd, para tratar dos sujeitos em que tanto a psicose como o uso da droga estão presentes. Ao longo de todo trabalho, falamos da imagem do outro, do duplo, do curto-circuito, do semelhante apontando a importância da dimensão imaginária. Evidencia-se, assim, que poderá ter efeitos dar lugar ao psicótico em uma instituição que traz as palavras álcool e drogas em seu nome e onde poderá ter pares que se dizem “usuários de drogas”. Conforme os casos apresentados nos assinalam, a partir do CAPSAd, há uma identificação que pode se estabelecer, como por exemplo, “usuário do CAPSAd”, ou mesmo “drogado”, que pode dar lugar ao sujeito.

É válido lembrar, com Martins (2005), que em 1983 foi criada a primeira instituição de saúde pública de tratamento do uso da droga: o Centro Mineiro de Toxicomania em Belo Horizonte, que surge em oposição a um serviço de assistência e detenção da Secretaria de Segurança que fecha, com a abertura do CMT. Esse último depois se torna um CAPSAd, cuja portaria, como mencionado, data de 2002. Trata-se, portanto, de uma resposta da saúde pública frente a iniciativas de abordagem de cunho policiaisco da droga, com a criação de dispositivos de saúde especializados. A nosso ver, as equipes no manejo de cada caso devem considerar os efeitos clínicos de se estar, justamente, em uma instituição especializada. Se em relação à neurose a identificação imaginária pode estar relacionada aos fenômenos de massa, podendo haver pouca implicação com “isso que a droga faz”, “essa doença que o doutor precisa curar”, em relação à psicose, como observamos, pode ser que esse lugar apareça como alguma possibilidade de laço.

Cabe dizer que o fato da psicose ser uma estrutura e o uso de drogas um fenômeno clínico, não significa que os psicóticos que usam drogas deveriam estar em um CAPS. Como a clínica vem apontando, há algo do caso a caso, de cada uso, da tessitura dos significantes daquele sujeito que parece indicar o local de tratamento onde ele poderá depositar seus dizeres. É importante afirmar também que não basta a instituição, é necessário o clínico que a sustente e possa escutar, apostar na palavra do sujeito. Assim, não se trata de criar dispositivos ainda mais especializados, como certa vez escutamos de um paciente a proposta: “doutora, devia ter aqui [CAPSAd] o dia dos maluquinho ou bota eles naquela sala da frente” [*sic*]. A psicose fala da ruptura. Que sentido faria, então, incorrer ainda em maiores segregações? Pensar que é possível tratar o uso de drogas sem tratar a questão das psicoses é não articular que esse uso cumpre

uma função relacionada à própria condição dessa estrutura, como estamos estudando. Desse modo, mapear esses usos que o sujeito da psicose faz da droga pode mesmo auxiliar o trabalho dessas instituições.

Por vezes, alguns profissionais supõem existir mesmo algo de especial no CAPSAd, em algumas discussões de caso se supõe um manejo técnico diferenciado que só o CAPSAd em sua especialidade poderia fornecer. Ao longo de nosso percurso vimos esses “sujeitos da psicose Ads” tanto em CAPS quanto em CAPSAd, por vezes frequentando os dois serviços conforme arranjos particulares. Não cremos que seria o caso de afirmar um especialismo — o toxicologista? —, tampouco podemos negar que o fato do CAPSAd ter advindo como instituição especializada tem efeitos no manejo clínico. Ser “usuário de um caps de transtorno” ou “usuário de um caps de álcool e drogas” pode ter efeitos diferentes a depender do sujeito.

Assim, é importante que as equipes se perguntem se para aquele sujeito o tratamento em instituição especializada é uma aposta interessante, e de que modo suas palavras poderão ser recebidas pela instituição, o que será sempre uma construção a cada vez. Nesse ponto lembramos de Sérgio, que egresso de um manicômio judiciário, frequentava tanto o CAPSII quanto o CAPSAdIII de sua região. Afirmava que o CAPSII era o seu “CAPS de origem”, e que lá “tenho minha psicóloga, minha técnica de referência, vou lá botar a mente em ordem”, “mas lá tem muito maluquinho, tadinho deles, sabe como é” [*sic*], ao que compara com o CAPSAdIII: “lá não, tem a rapaziada, as atividades, rola uma pelada, de vez em quando o pessoal faz merda, fuma no banheiro, mas é uma galera mais inteira, e lá também posso ir sábado e domingo se eu precisar”.

Ademais, talvez o que alguns dos CAPSAd possam ensinar sobre o manejo clínico se refira ao que nesses dispositivos se chama de “baixa exigência”, e que inclusive figura em portaria do Ministério da Saúde. É evidente que não basta estar escrito em portaria⁴⁸, mas de fato muitos dispositivos, em consonância com a política de redução de danos, buscam reduzir obstáculos, aumentando a possibilidade de acesso à instituição. Acreditamos que é possível ler esse direcionamento, como alguns clínicos,

⁴⁸ Art. 5º O CAPS Ad III observará as seguintes características de funcionamento: X - adequar a oferta de serviços às necessidades dos usuários, recorrendo às tecnologias de baixa exigência, tais como acomodação dos horários, acolhimento de usuários mesmo sob o efeito de substâncias, dispensação de insumos de proteção à saúde e à vida (agulhas e seringas limpas, preservativos, etc), dentre outras. Cf. Portaria nº 130, de 26 de janeiro de 2012.

que trabalhando com grupos estigmatizados estejam sustentando estar com o sujeito mesmo quando ele parece não estar ali.

Retomando, podemos dizer, nesse ponto, que em nossa leitura a droga presta algum tipo de serviço também para os sujeitos da psicose. Seja pela via da identificação ao significante “usuário”, “dependente químico”, “drogado”, por alguma forma de compensação imaginária, ou pela via do combate de fogo com fogo. Nas psicoses, como abordado, trata-se de um “mecanismo análogo”, não se tratando do interdito do pai, se estando fora da perda de gozo. De modo que então seria o caso de tratar o gozo com outro gozo, se regula o gozo com o gozo artificial, com os próprios intervalos entre o usar e não usar. Aqui é interessante dizer que em alguns casos, os pacientes solicitam o auxílio da equipe em uma certa regulação da saída para o uso, “eu vou sair, mas volto em uma hora”, “escreve aí no meu projeto: saídas combinadas”. Questionamo-nos, então, se essa não seria uma tentativa de pedido de auxílio nessa regulação do gozo artificial. Haveria uma tentativa de dar algum ritmo para o sujeito já que, como vimos, a alienação corrente na neurose não se constituiu. Portanto, nos parece ser possível pensar a droga como um paliativo tanto nos casos em que o delírio não se constituiu e o sujeito não tem outras armas como quando conta com o delírio, ou outras possibilidades como a escrita ou a criação artística.

Vale lembrar, contudo, que há diferenças entre tais construções e que o campo das psicoses é polimorfo. Assim, não afirmamos que tal uso paliativo seja equivalente à ordem delirante. Como vimos, diante do desastre crescente do imaginário é exigido trabalho até que a metáfora delirante possa se estabelecer, estabilizando a relação entre significante e significado, e o delírio possa se articular em torno da mesma. O “sujeito se reconstrói” em torno desse furo de P_0 e Φ_0 (LACAN 1955-1956/1998, p.570). O sujeito pode estabelecer, como vemos na forma final do delírio de Schreber, um delírio cristalizado que opera, como diz Freud (1924a/2007), como um “remendo” (p.97) nesse furo no campo do significante.

Entretanto, essa metáfora pode não se estabelecer, o delírio não ser consistente, podendo inclusive haver apenas fragmentos, esboços delirantes. É válido indicar que a ausência de sustentação faz o sujeito sofrer, já que ele está à mercê de uma certa flutuação em relação a esses fragmentos de ideias delirantes (SCIARA, 2011a). Nesses casos, ou ainda em pacientes que não contam nem mesmo com o fenômeno das vozes — esses letreiros do caminho lateral —, vemos a angústia aparecer de modo dilacerante. Em razão disso, o consolo da droga aparece como medida rudimentar, mas importante.

Como todo paliativo, quando o mesmo faltar, o sujeito estará novamente exposto à angústia psicótica, aos fenômenos de despedaçamento, as invasões e perseguições.

Destacamos, nesse ponto, o caso de Henrique, que recorria à maconha para cessar a escuta de vozes. Essas vozes denunciavam que ele é um demônio e o incitam a realizar graves comportamentos de autoagressão, como punição por ser mau. Ao mesmo tempo, esse uso, segundo ele, lhe aproximava de Jah⁴⁹, de tal modo que podia se proteger da acusação. Assim, a droga atuava de modo a tratar o gozo e também fazia parte de sua construção delirante. A maconha era um meio de se aproximar de seu Deus, operando como uma proteção contra a acusação de ser o demônio. Assim, Henrique não cheirava, ou usava outras drogas, apenas usava a maconha que além do uso em si aparecia na dimensão significativa, como outros significantes encadeados na tessitura delirante: reggae, Bob Marley, rastafári, Jah, rastas. Mesmo sem fazer uso, internado em um hospital psiquiátrico, falava da importância da maconha, “planta sagrada”, na “conexão com Jah”.

Henrique aponta uma relação com a droga em que apenas uma droga específica, a “planta sagrada”, cabe em seu uso paliativo e sua construção delirante. Em nossa clínica escutamos os pacientes falando das formas mais diversas, principalmente, acerca da maconha e da cocaína. Vale indicar que autores como Jungman (2011) e Pommier (2011) formulam funções diferentes para as drogas conforme o mecanismo de ação das mesmas. O primeiro, por exemplo, acredita que as drogas opioides atuam sobre o sistema dopaminérgico, produzindo uma espécie de anestesia do sujeito e de seu mundo de linguagem, enquanto aquelas que são estimulantes, como a cocaína, poderiam intervir na dimensão simbólica, nas palavras, nos pensamentos, liberando-os de uma significação angustiante, congelada e aumentando a produção simbólica. Talvez, isso seja possível de observar no caso que veremos, a seguir, de André Luiz, quando afirma que a cocaína lhe ajuda com as palavras, a resolver problemas, negociar, falar com as pessoas.

Pommier (2011) nos fala de um uso que varia conforme seja necessário fazer sonhar (ópio, haxixe) ou aumentar a produção pseudo-simbólica como motor de racionalizações delirantes (cocaína, anfetaminas). O sujeito, assim, usa ou mescla o uso de diferentes drogas, conforme seu estado. Se melancólico, por exemplo, ele preferiria

⁴⁹ Jah seria Deus na religião do rastafári, um movimento religioso surgido inicialmente na Etiópia em 1930. Vale dizer que nessa religião a maconha apresenta uma função de purificação em rituais sagrados. Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/historiaporangatu/article/view/341>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

uma droga que excita sua produção pseudo-simbólica, como diz o autor. De fato, percebemos na clínica, casos em que há uma alternância entre os usos que se faz de diferentes drogas, conforme o estado do sujeito. Acreditamos, contudo, que tal leitura exige cautela. Questionamos-nos se, ao realizá-la, não corremos o risco, de entre vias dopaminérgicas e efeitos excitatórios, nos perdermos da questão da linguagem, da dimensão do significante. Tampouco estamos afirmando que o sujeito se limita ao simbólico, nem que há uma equivalência entre todas as drogas. Porém, como Henrique nos aponta, não basta acalmar, fazer sonhar, anestesiar os efeitos da intrusão do Outro, precisa ser a maconha.

Avancemos agora com o caso André Luiz. Apesar de nunca termos sido o técnico de referência⁵⁰ do mesmo, pudemos escutá-lo ao longo de quatro anos. Aqui recolhemos desse caso de grande complexidade alguns pontos interessantes para nossa pesquisa. Em nossos primeiros encontros ele falava de si a partir do uso: descrevia sua passagem pelos chamados centros de recuperação, por cenas de uso e comunidades terapêuticas em diversos estados. Certa vez, me explicou que em seu sangue fluía cocaína. Enquanto outros pacientes diziam “sou dependente químico”, o mesmo afirmava: “eu sou a dependência química”. Nessa época, formulava que interromper seu uso significava morrer. Nesse ponto, parece ser possível ler que interromper seu uso poderia mesmo implicar morrer como sujeito, já que ele era a dependência química.

Em outro recorte temporal, o mesmo estava na Unidade de Acolhimento e fazia saídas pelo território “como forma de se acalmar”. Nessa época pedia certo auxílio da equipe na regulação do uso, no sentido de diminuí-lo. O mesmo certa vez, enquanto andávamos pelo bairro a seu pedido, me disse: “queria conseguir sair por aí, comprar sorvete, roupa nova, chinelo Rider, mas não dá”. Pergunto sobre isso e o mesmo afirma: “o dinheiro vai embora, cheiro tudo”, “se eu ficar longe da cocaína eu morro”. Inúmeras vezes André Luiz já havia quase morrido desde que o conhecemos. Falamos sobre isso, ao que diz: “se eu ficar muito perto, perto demais também morro, ela destrói”. Explica que a cocaína ajudava quando era preciso resolver “coisas”, “se tenho que falar com alguém, filha, ajuda com as palavras”, como quando necessitava alugar uma casa, explicando que sem isso não conseguiria “negociar o preço”. Lembramos, nesse ponto, da fala da técnica que ao vê-lo negociando sua nova casa afirma que o mesmo estava

⁵⁰ Segundo Ministério da Saúde (2004), são atribuições dessa figura “monitorar junto com o usuário o seu projeto terapêutico, (re)definindo, por exemplo, as atividades e a frequência de participação no serviço [...] também é responsável pelo contato com a família e pela avaliação periódica das metas traçadas no projeto terapêutico, dialogando com o usuário e com a equipe técnica dos CAPS” (p.16).

organizado, bem diferente do paciente que em certos períodos urinava na planta da casa, cuspiu na parede e não se percebia salivando a ponto de molhar sua roupa.

André Luiz depara-se, assim, com fato de mover-se entre dois polos: não conseguia extinguir seu uso, já que seu despedaçamento aparecia longe da cocaína, nem tampouco podia aproximar-se em demasia, pois também colocava sua vida em risco. Assim revela-se o aspecto grosseiro e perigoso desse método, mas ainda assim um método que permitia um certo esboço de subjetivação, um paliativo que lhe auxiliava a manter um lugar mínimo, mesmo que frágil, de sujeito. Além de caminhadas, como a supracitada, outra possibilidade que articulou foi assistir a um programa investigativo de extrema violência. Um dia um técnico lhe interpelou: “esse programa só tem tiro, barulho, é horrível, por que você gosta de ver isso?”, ao que respondeu: “Me acalma”. Assim, tal programa entrou no repertório de paliativos de André, que pedia para equipe colocar episódios no computador de modo que pudesse assistir com fone de ouvido o quanto fosse necessário.

Em outro ponto importante que recolhemos e recortamos aqui, André Luiz se denominava “a esquizofrenia”. O que aos poucos deslizou para “eu tenho um problema de cabeça, eu sou esquizofrênico, é por isso que eu fico assim, é por isso que eu uso droga”. Desse outro lugar foi possível tirar um benefício⁵¹ e fazer planos: “quando eu estiver na minha casa, vou fazer macarronada, Nescau”. Como esquizofrênico, André Luiz pôde contar de seus diversos empregos ao longo da vida, pôde resgatar outros elementos de sua história; por exemplo, gostava muito de vôlei. Assim, a partir da aposta clínica de profissionais do CAPSAd e UAA, André vai podendo construir um lugar onde talvez seja mais possível “se apoderar disso que o fala” de uma forma menos mortífera (SCIARA, 2011a, p.3). Diante dessa construção, menos inteiramente pessoal, sobre os fenômenos que lhe acometem, pode fazer um uso menos intenso. Talvez seja possível dizer que para tal se valeu do discurso corrente: foi a “esquizofrenia”, o “problema de cabeça” que lhe acometeu. O mesmo autor nos diz sobre elaborações como essa,

são construções, mais ou menos correlatas a um tecido delirante, quando ele existe, e que permitem se deslocar um pouco das significações inteiramente pessoais que assaltam o *fallasser* concernido. Elas são tecidas pela automaticidade linguageira, pela gramaticalidade da língua, pelo discurso

⁵¹ Não sem sofrimento, é claro: “será que eu vou passar na perícia? Será que eles vão ver que eu sou esquizofrênico?”. Inclusive pudemos acompanhá-lo no dia da perícia médica e o mesmo todo o tempo perguntava: “você mostra o meu laudo?”.

corrente, e também pelo trabalho do significante induzido pelo que se conjuga com o dizer do clínico (SCIARA, 2011, p.5).

André, como psicótico, não tem sua relação com o Outro marcada pela castração. Está fora da perda do gozo. O que notamos, então, é que inicialmente o uso que faz da droga é como disse Melman (2011a), de certo modo, uma forma de cura, permitindo participar de um mundo de gozo. A partir de seu trabalho espontâneo, mas acreditamos que sobretudo transferencial, se coloca outra construção: é “esquizofrênico”. Se no caso discutido anteriormente ficar maluco era uma questão, aqui, a falta de lugar é contornada pelo ser “esquizofrênico”. Ao que poderíamos bem intencionados dizer que não era para ele se preocupar, ou que a esquizofrenia é só um diagnóstico e que isso não quer dizer nada, negando, de fato, o que o mesmo produzia. Então, é preciso ressaltar como foi possível para a equipe acolhê-lo, sem ser protocolar, escutar seus dizeres, inclusive ao encontrar uma via no significante “esquizofrênico”.

Melman (2011a) nos aponta que essa leitura da droga como um modo de estabilização é justamente o que se evidencia quando se interrompe o uso de álcool, ou outras drogas, e aparecem manifestações delirantes ou se desencadeia a própria entrada na psicose. João, ao retornar da comunidade terapêutica, nos aponta essa desestabilização: “doutora, você não sabe o que aconteceu lá, foi a pior época da minha vida. Aqueles caras são malucos, eu fiquei muito mal, falando sozinho, escutando coisa, achei que ia morrer lá dentro. Vi o demônio. Só me deixaram sair e voltar pro CAPS, porque eu tava muito ruim. Eu implorei eles pra me trazer pra cá, nem sei como me deixaram sair” [*sic*]. Cabe indicar que pode haver o desencadeamento da psicose pelo uso da droga. Nesse caso, talvez seja possível pensar que o gozo excessivo levaria à ruptura, todavia em nossa clínica foi incomum acompanhar tal processo. Maleval (2001) corrobora essa observação clínica, afirmando que são raros os casos de desencadeamento pelo uso de drogas.

É importante, agora, enfatizar a forma de recorrer ao paliativo da droga que envolve mais diretamente o significante, o estatuto do significante. Vale dizer que falar dessa dimensão não é afirmar que tais sujeitos estejam imunes à lógica do mercado de consumo, mas que os sujeitos da psicose evidenciam em sua relação com a droga um aspecto muito específico: a questão do significante. Como dizíamos com Sciara (2011a), no capítulo anterior, a subjetivação da psicose por vezes apresenta um tipo de vestimenta linguageira estereotipada que cola na gramaticalidade da língua. Esses puros significantes que ressoam nas psicoses apontam precisamente que esse uso de drogas é

muito distante do que se passa na neurose. Aqui, a droga enquanto fenômeno de linguagem se revela ainda mais em sua radicalidade.

Frederico estava internado em um hospital psiquiátrico quando nos contou que passara sabão em *pó* nas paredes de casa para potencializar, — talvez fosse o caso de escrever *pótencializar* — o som, assim como a cocaína era um *pó* que dava potência (*pótência*) ao homem. Difícil escutar Frederico sem metaforizar, escutar o puro deslizamento significante: pó, sabão em pó, potência. O uso do pó nesse sujeito psicótico, tanto do sabão como da cocaína, era uma questão de potência, um no nariz outro na parede. Como nos orienta Sciara (2011a), revela a face da automaticidade da linguagem, o que é diferente, como vimos, do automatismo de repetição das neuroses. Aqui, como nos dizia Lacan (1955-1956/1988), o “significado é vazio, o significante é retido por suas qualidades puramente formais, que servem, por exemplo, para fazer séries” (p.290), tal como a linguagem dos pássaros em Schreber. Além disso, evidenciava-se novamente um uso da droga bem diferente de uma mania de tóxicos, como no conceito de toxicomania. Indicamos, contudo, que o aspecto da mania, pode sim, aparecer, em alguns casos, evidenciando a falta de regulação devido à ausência da significação fálica.

Creemos ser possível citar, ainda, o caso de Rafael. Vale a ressalva de que esses casos apresentam procedimentos de linguagem diferentes, inclusive, nesse recorte, um está internado e outro tem uma casa, estando temporariamente acolhido. Todavia, compartilham a mesma estrutura e evidenciam a radicalidade da droga, enquanto fenômeno de linguagem. Rafael, em momento inicial de seu projeto na Unidade de Acolhimento, apresenta a condição *sine qua non* de comprar guaraná natural em pó diariamente, independente do que acontecesse. Alguém poderia comprar para ele inclusive. Precisava da “energia” do guaraná.

Começa, então, todo um trabalho de aposta e emprestamos nosso ouvido a Rafael que nos traz diversos significantes: ioga, Woodstock, hippie, vinhos chilenos, *bon vivant*, equilíbrio. Ele nos conta que é um “hippie velho” e que a maconha estava em sintonia com essa sua essência, com os movimentos de “contracultura dos anos 60” e que lhe ajudava a “equilibrar os pensamentos”. Depois de certo ponto pôde nos contar que a relação com sua família era muito difícil: suas “três irmãs Marias eram demais”. Explica que encontraram esse arranjo em que ele morava em um Estado diferente, e que assim era melhor para todos. Diz que antes tinha uma relação “muito exagerada”, onde as irmãs “se metiam em tudo” que ele fazia. A maconha aparece também relacionada ao

freio desses pensamentos “desequilibrados” nesse momento de tensões familiares, segundo nos conta. Assim, a maconha estava relacionada a seu “lugar no mundo”, a sua época. Dizia “sou da era de Woodstock”, sou “paz e amor”. Sobre a cocaína, afirmava que era “preciso ter o equilíbrio do nariz”, “não se deixar levar demais pelo pó”. Conta que se perdia num certo ciclo em que começava a beber vinho, usava um pouco e depois o “nariz desequilibrava”. Durante o carnaval relatou “fiquei na rua mesmo, na esquina da rua tal. É época de festas, não de ser equilibrado”.

A partir da escuta clínica e da aposta de alguns profissionais da equipe nesse sujeito, fizemo-nos “depositários de seus dizeres” (Sciara, 2011). Aos poucos falava de atividades, como por exemplo, a culinária, que realizava previamente e que foi deixando de fazer. De modo espontâneo começou uma rotina de exercícios de ioga, escutar música no computador das décadas de 50, 60. Em dado momento preparou uma apresentação de dança com ensaios quase diários para um evento da Unidade de Acolhimento. Articulou, então, toda uma ascese corporal em busca do equilíbrio. Iria acordar cedo, fazer ioga pela manhã, diminuir a cocaína, não pegar mais empréstimos em banco, parar de comer sal e fazer compras de comidas que gosta para sua casa. Esses planos lembram promessas neuróticas, mas, aqui, o ideal do equilíbrio parece se oferecer como um horizonte que aos poucos lhe oferece um contorno.

Começou a solicitar auxílio para fazer compras nas redondezas. Falava das propriedades do guaraná que comprava com a equipe: “tem propriedades energéticas, te dá mais ânimo e disposição”. Certa vez, pediu para que lhe acompanhasse a uma loja de produtos naturais que frequentava no passado em um bairro um pouco mais distante, afirmando que lá era um lugar único. Nessa loja encontramos, literalmente, uma parede de gavetas com diferentes tipos de ervas em pó. Rafael se apresentou na loja como antigo frequentador, pedindo ao vendedor algumas gramas de *ginseng*, chá verde e uma infinidade de pequenos saquinhos de pó. Ao que explicou que ele antigamente era uma pessoa “hipponga” que frequentava lojas como aquela; era como aquelas pessoas, comprava “especiarias” e gostava de se cuidar muito mais do que conseguia fazer na atualidade, inclusive nos indicando uma série de alimentos saudáveis.

Vale dizer que foi preciso intervir na quantidade de produtos que desejava levar, o que aconteceu não só nesse dia, o que parece indicar que não era apenas a cocaína que o levava demais. Mencionamos, anteriormente, que o aspecto da mania pode fazer-se notar no uso da droga. Esse parece ser o caso desse desequilíbrio de que o paciente nos fala, indicando mesmo que não há vetor fálico que o oriente. Rafael aos poucos

estabeleceu uma certa rotina de compras: vai ao supermercado com a equipe, à feira de alimentos orgânicos, sempre trazendo produtos não tão diversos, relacionados a ser um “*bon vivant*”, a um certo estilo de vida almejado, bem representado pelo vinho chileno que compra e pede para guardar para quando sair da Unidade de Acolhimento, mas que afirma que irá beber com “equilíbrio”, “uma tacinha”. Depois de um tempo, retornou para sua residência, combinando de cozinhar para a equipe um “macarrão integral”.

É importante dizer que esse processo não é linear, havendo dias em que o nariz ficava muito desequilibrado, inclusive já inicialmente esqueceu o combinado desse almoço. É preciso, contudo, estarmos advertidos que nessa clínica se trata de nos abstermos de ideais terapêuticos ortopédicos do sujeito. Tempos depois, encontramos Rafael no CAPSAd e o mesmo me conta que está procurando uma “academia bacana”. Estava pesquisando novas formas de “cuidar do corpo”. Posteriormente, tivemos notícias pela equipe do serviço que o mesmo faleceu durante uma de suas idas ao supermercado. Tratou-se, portanto, de escutar o trabalho que Rafael realizava. Nesse caso, nos perguntamos se não são pequenas amarrações que ele pode fazer em torno do “equilíbrio”, do estilo de vida “hipponga”. Talvez seja possível dizer um pequeno ponto de basta em torno do “*bon vivant*”, que mesmo ainda com um pouco de deslizamento, lhe permitiu que a temática da droga aparecesse entre outros significantes.

Sciara (2011a) afirma que o clínico é parte integrante da subjetivação, devendo “se abster de destilar interpretações intempestivas” (p.3), contribuindo para deixar o sujeito se expor e apostando nas aptidões potenciais dele para “se apoderar disso que o fala [...] se virar com isso” (p.3), o que exige sobretudo uma aposta ética, como abordado anteriormente. Ao mesmo tempo em que o clínico, em sua fala indica limites, de modo que o paciente não padeça dos efeitos devastadores da psicose, é seguindo o que nos fala Rafael, nos abstendo de interpretações intempestivas, que podemos escutar o que vai se construindo; construção nunca acabada, mas que lhe permitiu manter-se num discurso corrente ocupando “um lugar possível no laço com o outro e mesmo no laço social” (p.3).

A transferência nas psicoses é complexa tanto em sua leitura, quanto no próprio manejo. Contudo, a partir do que estudamos, destacamos a questão de manter a distância entre A e a, entre o outro e o Outro, enquanto função, marcando a diferença de lugares. Como vimos também, as psicoses apresentam uma pluralidade de quadros que implicam diferentes manejos, por exemplo, com pacientes paranoicos não se deixar ocupar o lugar de um Outro Absoluto.

Agora, se faz necessário salientar que os usos paliativos que os sujeitos das psicoses fazem da droga ensinam que a questão da droga está muito além de um efeito neuroquímico; é efeito de linguagem. Como tal, o lugar concedido à droga na linguagem varia. Como dissemos, o álcool nos EUA era considerado uma droga ilícita há menos de 100 anos. Esse aspecto da droga, por vezes, pode ser esquecido diante do uso que se apresenta em seu aspecto compulsivo, convocando uma visão dos efeitos de uma substância, o que pode ser de especial interesse, sobretudo, aos dispositivos que se responsabilizam pela aposta nesses sujeitos, psicóticos ou não. Contudo, diante dos casos apresentados em sua alteridade radical, brotam um mundo de significantes em que aparecem a planta sagrada, o sabão em pó, o hippie, o usuário de drogas. Emerge um corpo que surpreende na ausência de álcool, sem sinais de abstinência ou que aparece em seu despedaçamento, no desencadeamento da psicose. Assim, cabe ao clínico a aposta na palavra do psicótico, tal como nos propôs Lacan (1955-1956/1998): “não só nos passaremos por seus secretários, mas tomaremos ao pé da letra o que ele nos conta” (p.235).

Trata-se, assim, de “emprestarmos os ouvidos” (SCIARA, 2011, p.9), o que não quer dizer delirar com os pacientes, mas “interroga a relação com a loucura de cada clínico” (p.9), o que acreditamos ser possível ler com a loucura e com a loucura do clínico. Thibierge (2016), em conferência realizada no Instituto de Psiquiatria IPUB/UFRJ, nos fala da alienação fundamental em que estamos todos mergulhados, de modo que a saúde mental é apontada por esse psicanalista como um sonho, um sonho de alienados. Por conseguinte, podemos pensar que a relação com a loucura, a distância que se coloca do louco, é diretamente proporcional à possibilidade de cada clínico de estar com sua loucura, com o furo da linguagem.

Outro ponto que os sujeitos da psicose ensinam é que não é função técnica o gerenciamento da vida. Talvez um dos pontos de maior trabalho em nossa passagem pela Unidade de Acolhimento Adulto tenha sido justamente abdicar do ideal de tornar o louco que usa drogas dócil, ideal que por vezes se traveste no inofensivo “maluco beleza”. Renunciar ao projeto, — como a equipe costumava satirizar — “minha casa, minha vida” em que o paciente sairia empregado, retornaria a família, alugaria uma quitinete. Fernandes (sem data) no artigo *Ética e política no tratamento das psicoses* problematiza práticas atuais nos cuidados aos psicóticos que visam “submeter as pessoas a serem dóceis e ajustadas às normas e ideais *prêt-à-porter* fabricados pelos administradores, as burocracias do Estado ou as corporações profissionais” (p.12).

Ao invés de um encaminhamento para uma mediação possível entre a loucura e o discurso enquanto cultura, há uma forçagem “no sentido de que é possível ajustar o louco à vida ordinária” (FERNANDES, p.12). Esse autor aponta ainda que tal direção de adequação às “formas de vida pequeno-burguesa” (p.12), implicitamente, formula que essa é a única maneira de vida, quando, como vimos, a inserção do psicótico na linguagem pode ser estável e original, inventiva, trazendo contribuições inclusive para a cultura. Inúmeros são os exemplos de artistas, pintores e inventores que o fizeram, como Bispo do Rosário, Fernando Diniz, Emygdio de Barros, etc.

Por fim é preciso dizer que o caso de Rafael, de Filipe, assim como diversos citados acabam por apontar usos plurais da droga, que permitem de alguma forma não estar à mercê do pisoteio do Outro, seja como um consolo, serviço, amortecedor, paliativo, valem-se da droga diante da estrutura. O princípio maior do tratamento do gozo, como sabemos, é a lei do significante. Vimos, assim, que a própria aposta clínica na subjetivação, como se pôde recolher, pode ter como efeito abrir possibilidades de métodos diversos. Desse modo, tais casos apontam também como, para muitos desses sujeitos, ir ao CAPSAd falar, estar na UAA, na medida em que se endereçam ao clínico e tem seu dizer depositado, já pode ter como efeito tratar os efeitos dessa relação com o Outro. Assim, poderíamos concluir que esses sujeitos também usam da droga diante do mal-estar que lhes é próprio de sua constituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho pudemos apontar como os usos de drogas por psicóticos é uma questão de grande complexidade, muito além do famoso jargão “drogas, tô fora”, exigindo pesquisas e investigações que se pautem pela clínica. Nessa dissertação, inclusive, não objetivamos encaminhar todas as esferas que envolvem tal complexidade. Partimos dos encontros nos CAPSAd e UAA com um número surpreendente de psicóticos. Aossados por esse percurso na rede pública de saúde, fomos circunscrever as particularidades que escutamos desses pacientes acerca de seus usos. Verificamos que nossa observação clínica era corroborada por diversos pesquisadores, que afirmam a associação entre drogas e psicose como um fato frequente na clínica atual. Se para o leigo usar da droga está relacionado ao enlouquecimento, foi apontado por esse trabalho que o desencadeamento da psicose pode se dar precisamente pela interrupção abrupta do uso.

Antes de tudo, foi preciso por em questão a estrutura desse sujeito que faz da droga um uso; esse que nos dizia: “a droga faz a voz parar”, sou “usuário”, a “maconha é uma planta sagrada”. Recorremos, então, a Freud para nos aproximarmos da temática das psicoses, o que à primeira vista pode parecer estranho, já que é famosa a advertência freudiana de que diante dos psicóticos “temos de renunciar à ideia de experimentar nosso plano de cura” (FREUD, 1940 [1938]/2006, p.288). Entretanto, tal frase continua: “renunciar a ele talvez para sempre ou talvez apenas por enquanto, até que tenhamos encontrado um outro plano que se lhes adapte melhor” (p.288). As indicações desse outro plano puderam ser construídas por Lacan em seu retorno a Freud. É o caso da ideia de *verwerfung* que se deixa surpreender em dois ou três cantos, e onde pelo texto Lacan aponta a exigência de que ela seja suposta, de modo que, pudemos ler em Freud um método análogo ao recalque, uma defesa poderosa, que tem como efeito o retorno no real do que está foracluído no simbólico.

O trabalho com o texto freudiano nos permitiu principalmente circunscrever um primeiro encaminhamento clínico na direção de levar em conta a palavra do psicótico. Ao acompanhar a análise do livro de Schreber, feita por Freud, notamos uma indicação de manejo: não se trata do disparate de um doido, mas de um texto a ser lido. Tal visada de trabalho apenas pôde se dar a partir do ensino de Lacan, que chega a chamar de decifração champollinesca o trabalho freudiano sobre tal caso, indicação essa extremamente clínica já que, Schreber ou Henrique, é muito difícil não recuar diante

dos raios divinos ou de Jah. Assim, vimos Freud analisar o texto de um psicótico como se traduz uma língua estrangeira.

Relendo Freud também pudemos notar que o eu não é colocado como o centro do sujeito. Não é um distúrbio do eu a causa da psicose, como uma visão deturpada da psicanálise poderia propor. Esses estudos iniciais nos levaram, no segundo capítulo, a investigar a constituição do sujeito em um mundo de linguagem, já que é essa relação que a psicose desvela. Não é, por exemplo, a presença ou não da alucinação que diz da psicose. Inclusive, vimos que a própria alucinação para a psicanálise não é um fenômeno da sensopercepção; essa voz que aprendemos na graduação dos cursos de psicologia a questionar se é escutada dentro ou fora da cabeça.

Fez-se necessário cernir, então, em Lacan (1960/1998), o sujeito da psicose como eixo para pensarmos a questão do uso de drogas; sujeito, assim, que é mais falado do que fala, mas ainda assim sujeito, já que postular a foraclusão não significa dizer não há um lugar do Outro. Afinal, desde que o sujeito fala há o Outro, sem isso os psicóticos seriam apenas máquinas de fala, não haveria nem mesmo a questão da psicose (LACAN, 1955-1956/1988).

No advento desse sujeito da psicose, Lacan indica outro caminho em que não opera o Nome-do-Pai. Podemos notar que tal conceito não se resume a uma questão sociológica como, por exemplo, a função do pai conferida pelas instituições. Nesse ponto nos valem da metáfora da estrada principal. Pudemos ver como a noção do pai aparece como o nó entre significante e significado, ponto de basta que detém o deslizamento da significação. Onde esse significante especial opera se funda a estrada conhecida pelos neuróticos. Onde opera a foraclusão, o caminho tomado é outro, são as pequenas ruelas, em que os significantes se põem a falar sozinhos; esse zumbido constante que aparece frequentemente nos relatos dos pacientes, essas alucinações que os guiam, mas também podem atormentar. O mito do Édipo, como pudemos acompanhar, aponta essa fundação da lei sob a égide de um pai morto, simbólico.

Concluimos, assim, que a foraclusão dessa natureza simbólica da função paterna não é determinada, em absoluto, pela carência do pai na família, no sentido, por exemplo, dele “ser imbecil demais” (LACAN, 1957-1958/1999, p.162). Tampouco, é determinada por qualquer coisa do tipo como usar o “avental da mulher” (p.162). “Para que a psicose se desencadeie, é preciso que o Nome-do-Pai, *verworfen*, foracluído, isto é, jamais advindo no lugar do Outro, seja ali invocado em oposição simbólica ao sujeito” (LACAN, 1957-1958/1999, p.584).

Constatamos que para se servir do Nome-do-Pai, o papel do primeiro Outro que a criança encontra é fundamental. Esse primeiro Outro, “digamos, para fixar as ideias, a mãe” (p.371), é o ser falante de quem a criança depende primeiramente. Notamos, assim, que a mãe não está relacionada a nenhuma relação intrínseca, de fato. Lacan nos lembra, inclusive, sobre relação natural e o instinto materno, que a reintegração oral é comum em muitos animais. Vimos, então, que o pai pode ser instituído pela mãe em uma posição metafórica, sendo ele o significante que no Outro representa a existência do lugar da cadeia significante como lei. Trata-se, dessa forma, de construir um para- além do assujeitamento aos caprichos desse primeiro Outro.

Na ausência do Nome-do-Pai e do efeito metafórico, o significante falo também não pode advir. Falo que, como destacamos, não equivale ao pênis, a um objeto ou fantasia, mas é o símbolo da alteração pela qual o desejo será sempre marcado, posto que é sempre desejo alienado, um “símbolo geral da margem que me separa de meu desejo” (LACAN 1957-1958/1999, p.284). Logo, o Nome-do-Pai “tem a função de significar o conjunto do sistema significante, de autorizá-lo a existir” (p.248) e o falo, por sua vez, entrará em jogo no sistema significante “a partir do momento em que o sujeito tem de simbolizar, em oposição ao significante, o significado como tal, isto é, a significação” (p.248).

O falo é o significante do desejo, na medida em que o desejo se articula como desejo do Outro, conforme trabalhamos. A castração não se dá por intermédio de uma proibição da masturbação, mas através do falo ser velado. Como vimos, se o falo é sempre velado, se é encontrado barrado indicando o desejo do Outro, o sujeito precisará encontrar seu lugar de objeto desejado em relação ao desejo do Outro. O falo tampouco constitui um signo de potência, sendo mesmo o significante da falta. O desejo do Outro, dessa forma, não pôde ser simbolizado nas psicoses. A consequência desse desejo não ser simbolizado no sistema do psicótico é o Outro lhe falar sem parar, da atriz da novela à placa do carro — tudo fala ao psicótico.

Ao trabalharmos sobre a constituição do sujeito, vimos como este é paradoxal, posto que é constituído mediante o Outro, sendo assim, de saída, alienado. Em relação ao sujeito que advém na estrutura psicótica, verificamos que o Outro é o Outro prévio, “o Outro, como sítio prévio do puro sujeito do significante”, que “ocupa a posição mestra, de dominação” (p.821). A distinção entre esses dois polos, sujeito e Outro, não se estabeleceu. Vale dizer que dado que essa alienação é constituinte, consequentemente está afastada qualquer ideia de identidade a si mesmo, ou de indivíduo. Assim, mostra-

se equivocada a crítica, ou mesmo a visão, da psicanálise como uma prática individual de consultório que se refere a um ser uno, como que apartado do que seria o social.

Pudemos trabalhar também como foi possível ler uma direção clínica de manejo da transferência ao abordar a questão do Um-pai, de não ser pego nessa posição — indicada pelo médico de Schreber — que leva a descompensação ou ao desencadeamento. Apontamos, dessa forma, que o manejo precisará levar em conta as relações do sujeito com o Outro. Assim, nos pacientes paranoicos como Schreber, o Outro é muito consistente, sendo importante a posição do clínico de buscar manter uma distância entre o outro e a função do Outro, função que poderia ser relacionada a uma certa Alteridade; de um Outro que não se completa.

Por outro lado, se o Outro é pouco consistente, ainda cuidando para manter a descompletude, é importante não apenas apoiar, a partir de um lugar de outro, mas fazer prótese, funcionando como Outro (SCIARA, 2011). Além disso, também dissemos que o clínico — como se trata de manejo, manobra — está implicado nisso. Trata-se de “meter a mão”, afinal “quando eu perco o fio, ele [o paciente] também perde”, diz Czermak em apresentação de Sciara (2011, p.8).

Em relação à droga, por conseguinte, será preciso recolher na fala os efeitos do uso para cada sujeito, considerando o lugar que o Outro ocupa — a estrutura clínica em questão. A partir do caso Schreber, portanto, assinalamos que está *verworfen* tudo que pode responder no Outro, no nível do Nome-do-Pai. É interessante lembrar que a neurose e a psicose se distinguem, como Schreber nos aponta, justamente quando o pai não se apresenta enquanto portador da lei que vem garantir sua autonomia, mas como encarnação da mesma. Por vezes na vida cotidiana, e mesmo nos serviços de saúde mental, pode-se escutar uma associação equivocada entre a loucura e a falta de um pai forte. Tal observação é diferente do que estamos afirmando aqui. Indicamos, portanto, a foraclusão do Nome-do-Pai como operador subjetivo das psicoses, enquanto a neurose será fruto de outra operação. O Nome-do-Pai é chamado, assim, como aquele que pode dar alcance a lei.

Como está foracluído tal significante, não há ratificação da mensagem, amarração entre significante e significado, estando interrompidas as ligações entre a ida e a volta da mensagem (M) para o código (A), e do código para mensagem, do circuito de A à s(A), lembrando que s(A) é o lugar justamente onde a significação pode aparecer. Desse modo, como abordado: “Mensagens de código e códigos de mensagens distinguir-se-ão como formas puras no *sujeito da psicose*, aquele que se contenta com

esse Outro prévio” [grifo nosso] (LACAN 1960/1998, p.821). Veremos, assim, o deslizamento das significações que vão se abatendo sobre o sujeito. Ora, se o sujeito dividido se constitui por meio de sua mensagem própria que retorna do Outro de forma invertida, no sujeito da psicose temos essas mensagens que se apresentam como mensagens puras, ordens ou ordens interrompidas.

Dessa forma, com o famoso caso, vimos essas mensagens interrompidas aparecerem: “E agora, quero dar-lhes...” (p.161), apontando precisamente que a significação não pôde ser autenticada pelo Outro. Vimos também que a exclusão das ligações entre mensagem e Outro tem como resultado a emissão no nível do Outro daquilo que se apresenta como a língua fundamental. No nível do Outro, o sujeito articula os elementos rompidos e originais do código, formando uma rede de significantes que abrangem mesmo todo o mundo. A única coisa segura nessa rede é sua significação pessoal. Ao isolar essas palavras, com seu peso de significante, aparece a dimensão enigmática da significação. Essa última sendo menos evidente do que a dimensão da certeza. Acreditamos poder indicar a certeza que vem recobrir essa dimensão de enigma quando no fragmento clínico apresentamos a saída de Felipe Rafael ao encontro angustiado com o que não foi simbolizado e retorna no real: é por conta das drogas que tem escutado as vozes que lhe chamam de “viado”.

Quando há metáfora delirante, pode se estabelecer uma amarração entre significante e significado. O $s(A)$ pode ser lido, então, como uma significação delirante, por vezes inteiramente pessoal, enquanto nas neuroses é sobredeterminado pelo significante da falta no Outro $S(A)$ e temos uma significação fálica. Aqui aparece a importância do delírio, como vimos formulado por Freud como tentativa de cura. Assim, se o ditado diz que não se deve contrariar o louco, podemos dizer que é mesmo uma sandice ir de encontro ao delírio. Como abordado, é preciso a interdição pelo pai simbólico sobre o gozo para que a Lei dos significantes se instaure e o sujeito possa desejar. O interdito do pai nas psicoses não faz o gozo ser recusado, não une a Lei ao desejo; ressoa como mensagem direta. Esse sujeito não dividido está à mercê do imperativo de gozo vindo do Outro.

Deparamo-nos, portanto, com o psicótico que, diante dessa invasão do Outro, usa de uma medida paliativa, ele mesmo produzindo um excesso de gozo artificial. Valemo-nos aqui do termo medida paliativa, empregado por Freud (1930/1974) acerca do uso de drogas, assim como consolo, amortecedor. Posto que os fenômenos da psicose, como as alucinações, podem ser acompanhados por intenso sofrimento; esse

uso vem mitigar esses efeitos. Se ele é interrompido, voltam os fenômenos devastadores. Como diz Artaud (1917), citado por Martins (2009), para alguns sujeitos o ópio pode ser soberano contra o mal da angústia que faz os loucos. Aqui vimos também o que parecem ser tentativas de “fora para dentro” de uma certa regulação do gozo.

No futuro esperamos aprofundar esse ponto, a partir da ideia de Pommier: desse uso ser um modo de resistência do sujeito ao gozo impessoal do Outro. Melman (2011) propõe que essa modalidade artificial permite participar de um mundo de gozo e dar um significado válido, sustentável, ao significante permitindo um modo de estabilização. Se, como dissemos, não se trata de reduzir o significante ao signo nesses casos, se pode haver uma subjetivação e algum deslocamento de significações inteiramente pessoais, acreditamos ser importante pensar sobre o paradigma desse mundo atual, de modo a levantar questionamentos sobre os efeitos do discurso corrente sobre o sujeito da psicose. Ao desenvolver esta pesquisa notamos que a questão da droga toca, mesmo, na relação da psicanálise com a ciência. Assim, em oportunidade futura, é primoroso nos dedicarmos ao estudo desse ponto de modo aprofundado.

Em nosso percurso apontamos os usos que vimos em nossa clínica como os mais presentes, o que não significa que tenhamos esgotado todas as possibilidades. Isto posto, outro uso que pudemos recolher está relacionado às identificações imaginárias. Nesse ponto, observamos como a identificação a um significante, como “usuário de drogas”, pode de alguma forma compensar ou mesmo ajudar a manter o sujeito no discurso corrente. Esse paliativo pode mesmo não envolver o próprio uso da droga. Assinalamos ser recorrente escutar o início do uso relacionado à imitação de um semelhante, aparecendo a dimensão da cópia; usa-se como aquele companheiro usa. Assinalamos, nessa ocasião, como ser usuário de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas, pode ter efeitos identificatórios. Se, nesse ponto, para o neurótico pode haver pouca implicação com “isso que a droga faz”, apagando de certa forma as diferenças e idiosincrasias de cada sujeito, nas psicoses isso pode dar ou auxiliar o sujeito a sustentar algum lugar. Vale dizer que não é para todo sujeito da psicose que haverá compensação imaginária por essa via do “usuário” como no caso citado, já que isso pode mesmo retornar como uma significação total que acachape o sujeito.

Salientamos o destaque desses dispositivos “Ads” existentes em sustentar uma posição de “baixa exigência”, que justamente pode trabalhar contra uma palavra totalizante. Concluimos que não se trata de resolver os impasses colocados pela

estrutura, de ajustar o psicótico a formas de vida dadas, mas de acolher enquanto ruptura que pode inclusive trazer contribuições à cultura. Verificamos, portanto, que não se trata de instituir dispositivos mais especializados (“CAPS e Ad”), mas de escutar a palavra do sujeito da psicose com os impasses que ela traz.

Por fim, notamos que o uso que o psicótico faz da droga pode estar relacionado a construções delirantes, trazendo junto a questão do uso de uma droga específica que está relacionada à sua tessitura de significantes, como a “planta sagrada”. Assim, em nosso trabalho, foi primordial destacar que a questão das drogas não pode ser pensada fora da linguagem. A partir de fragmentos clínicos, que revelaram a radicalidade dessa condição, pudemos constatar que não há “a droga” do psicótico, mas uma diversidade de usos: do pó para negociar o aluguel, do pó do guaraná, ao pó da potência do som do sabão em pó. Assim, se faz necessário localizar a relação de cada sujeito com o Outro, avançando na singularidade de cada uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, V. S. (2009). *Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas*. Cadernos de Saúde Pública. Disponível: <<https://www.scielo.org/article/csp/2009.v25n11/2309-2319/>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ASSIS, M. de. (1882). *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II.

CZERMAK, M. Pesquisas atuais sobre as psicoses. In: CZERMAK, M.; JESÚINO, A. (Orgs). *Fenômenos elementares e automatismo mental*. Coleção: A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria; v.1. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2009.

_____, M; HERGOTT, H. E TYSZLER, J. In: CZERMAK, M.; TYSZLER, J. (Orgs). *A pulsão na psicose: oralidade, mania e melancolia*. Coleção: A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria, v. 4. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2009a.

_____. Observações breves e inéditas sobre a melancolia. In: CZERMAK, M.; TYSZLER, J. (Orgs). *A pulsão na psicose: oralidade, mania e melancolia*. Coleção: A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria; v.4. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2009b.

_____. A transferência nas psicoses - os psicóticos resistem mal à transferência. In: *Patrimônios: questões da clínica lacaniana das psicoses*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2012.

_____. O Transexualismo - Pequena Clínica Portátil para Uso do Psiquiatra Contemporâneo. In: CZERMAK, M.; JESÚINO, A. (Orgs). *O corpo na psicose: hipocondria, Cotard, transexualismo*. Coleção: A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria; v.3. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2016.

DICIONÁRIO ONLINE PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2018. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/paliativo>>. Acesso em: 30 set. 2018.

EIDELSZTEIN, A. *Modelos, Esquemas y Grafos en la enseñanza de Lacan*. Buenos Aires: Manantial, 1992.

FERNANDES, F. L. *Da Praça Mauá a Jurujuba*. Trabalho apresentado na I Jornada da oficina de psicanálise do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba. Niterói, 2000. Disponível em: <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/conferencia-a-l-i/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. Para uma clínica do uso de álcool e drogas com adolescentes das comunidades do Rio de Janeiro. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v.17, n.spe, p. 39-49, 2014.

_____. *Ética e política no tratamento das psicoses*. (Sem data). Disponível em: <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/etica-e-politica-no-tratamento-das-psicoses/#>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FOUCAULT, M. (1969). O que é um autor? In: *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, v. III, p. 264-298.

FREUD, S. (1894). As neuropsicoses de defesa. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. III.

_____. (1895). Manuscrito H (Paranoia). In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. v. Neurose, Psicose, Perversão.

_____. (1896). Novos Comentários sobre as Neuropsicoses de Defesa. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. III.

_____. (1896a). Carta a Fliess 112 [52]. In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, v. Neurose, Psicose, Perversão.

_____. (1896b). Manuscrito K (As neuroses de defesa). In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, v. Neurose, Psicose, Perversão.

_____. (1896c). Carta 46. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. I.

_____. (1897). Carta 69. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. I.

_____. (1900). A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. VII.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. VII.

_____. (1911a). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (dementia paranoides). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XII.

_____. (1911b). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (Dementia Paranoides) relatado em autobiografia (“O caso Schreber, 1911”). In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia* (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911 – 1913) – Obras completas. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, v.10.

_____. (1911c). Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004, v. 1.

FREUD, S. (1912). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia* (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911 – 1913) – Obras completas. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, v.10.

_____. (1913). A disposição à neurose obsessiva- Uma contribuição ao problema da escolha da neurose. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XII.

_____. (1914). À guisa de introdução ao Narcisismo. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud- Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004, v. 1.

_____. (1915a). O Inconsciente. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Trad. Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2004, v. 1.

_____. (1915b). Pulsões e destinos da Pulsão. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004, v. 1.

_____. (1915c). Comunicação de um Caso de Paranoia que contradiz a teoria psicanalítica. In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. v. Neurose, Psicose, Perversão.

_____. (1917). Conferência XVI – Psicanálise e Psiquiatria. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVI.

_____. (1919). ‘Uma Criança é Espancada’: uma Contribuição ao Estudo da Origem das Perversões Sexuais. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.XVII.

_____. (1924a). Neurose e Psicose. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2007, v. 3.

_____. (1924b). A Perda da Realidade na Neurose e Psicose. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2007, v. 3.

_____. (1925). A Negativa. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2007, v. 3.

_____. (1930). Mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. XVIII.

_____. (1933 [1932]). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XXII.

- FREUD, S. (1940 [1938]). Esboço de psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. XXIII.
- JORGE, M. A. C. *Fundamentos da Psicanálise de Freud e Lacan: As bases conceituais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- JORGE, M. A. C.; FERREIRA, N. P. *Lacan, o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- JUNGMAN, J. La drogue comme “accrochage mental” dans la psychose. In: *La clinique lacanienne*, vol. 19, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-la-clinique-lacanienne-2011-1.htm-page-15.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- LACAN, J. (1949). O estágio do espelho como formador da função do Eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1953-1954). *O Seminário livro 1. Os escritos técnicos de Freud*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- _____. (1954). Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “*Verneinung*” de Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1954-1955). *O Seminário livro 2. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- _____. (1955-1956). *O Seminário livro 3: As Psicoses*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- _____. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1957-1958). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1957-1958). *O Seminário livro 5. As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. (1958). A significação do falo. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1958-1959). *O Seminário livro 6. O desejo e sua interpretação*. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.
- _____. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1960a). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1962-1963). *O Seminário livro 10. A angústia*. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. (1966). O lugar da psicanálise na medicina. In: *Opção Lacaniana - Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, n. 32. São Paulo: Edições Eolia, dez. 2001.

_____. (1975). *Journées des cartels de l'École freudienne de Paris, Lettre de l'École freudienne*. Paris, n. 18, 1976. Disponível em: <<http://ecole-lacanianne.net/wp-content/uploads/2016/04/1975-04-13c.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2018.

_____. (1977). *Abertura da sessão clínica*. Disponível em: <<http://www.tracofreudiano.org/tra-lacan/abertura-secao-clinica/abertura-clinica.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2016.

LAURENT, E. (1988). *Tres observaciones sobre la toxicomanía -TYA (Toxicomanías y Alcoholismo)*. Conferência pronunciada em Bruxelas em 1988. Disponível em: <http://wapol.org/es/las_escuelas/TemplateImpresion.asp?intPublicacion=4&intEdicion=1&intIdiomaPublicacion=1&intArticulo=168&intIdiomaArticulo=1>. Acesso em: 30 mai. 2016.

LISITA, G.; ROSA, M. Os usos que o psicótico faz da droga. In: *Psicologia em revista-Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, v. 17, n. 2, p. 261-277, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v17n2/v17n2a07.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

LISPECTOR, C. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LO BIANCO, A.; COSTA-MOURA, F. Ato teórico, ato ético. In: *Tempo psicanalítico Associação Psicanalítica*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 249-266, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2017.

MALEVAL, J. Particularidades del uso de drogas en las psicosis. In: *El Morcialejo: para orientar-se en la oscuridad*. [S.l.]: v. 14, 2001. Disponível em: <<http://www.descartes.org.ar/murci14/sinthoma-entrevista.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

MARTINS, V. T. Que instituição para tratar de psicóticos que usam drogas? In: ALTOÉ, S.; LIMA, M. (Orgs.). *Psicanálise, Clínica e Instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005.

_____. *O recurso à droga nas psicosis: entre objeto e significante*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, V. T.; BASTOS, A. O recurso à droga nas psicosis: desencadeamento, modos de estabilização e suplências. In: LO BIANCO, A (Org.). *A Materialidade da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MELMAN, C. *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta, 1992.

_____. *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC Editora, 2003.

_____. *A neurose obsessiva no divã de Lacan: um estudo psicanalítico, seminário 1987-1988 e 1988-1989*. Rio de Janeiro: Imago: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2011.

_____. *La dépendance vis-à-vis d'un objet peut-elle protéger de la psychose?*, In: *La clinique lacanienne*, vol. 19, n. 1, 2011a. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-la-clinique-lacanienne-2011-1-page-9.htm>> Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. *Édipo não tinha Complexo* — CONFERÊNCIA A.L.I. 2018. (Comunicação Oral). Disponível em: <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/conferencia-a-l-i/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MERHY, E. Anormais do desejo: os novos não humanos? Os sinais que vêm da vida cotidiana e da rua. In: *Drogas e Cidadania: em debate - Conselho Federal de Psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília: *Ministério da Saúde*, 2004. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NAPARSTEK, F. *¿Cómo se aplica hoy el psicoanálisis a las toxicomanías y al alcoholismo?* Toxicomanía y el diagnóstico actual. 1º Encuentro Americano - XIII Encuentro Internacional del Campo Freudiano: Los Usos del Psicoanálisis, 2003 (Comunicação Oral). Disponível em: <<http://ea.eol.org.ar/01/es/template.asp?simultaneas/tya/textos/fnaparstek.html>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

OLDENHOVE, E. *Imersões na transferência*, 2011. Disponível em: <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/imersoes-na-transferencia/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

POMMIER, G. Jouer la carte de l'hallucination (toxicomaniaque) contre celle de l'hallucination (psychotique). In: *La clinique lacanienne*, vol. 19, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-la-clinique-lacanienne-2011-1-page-113.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

SANTIAGO, J. *A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência*. 2 ed. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

SCIARA, L. (2011). *Transferência e psicoses: que especificidades?*. Disponível em: <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/transferencia-e-psicoses-queespecificidades/>> Acesso em: 07 nov. 2018.

SCIARA, L. (2011a). *A questão do “sujeito” psicótico*: Uma preliminar ética na abordagem da transferência nas psicoses. Disponível em: <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/a-questao-do-sujeito-psicotico/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

_____. Por que Lacan entrou no campo das psicoses pela paranoia? In: CZERMAK, M.; SCIARA, L. (Orgs). *As paranóias*. A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria; v.2. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2015.

SCIARA, L.; TYSZLER, J. Prefácio. In: CZERMAK, M.; JESÚINO, A. (Orgs). *Fenômenos elementares e automatismo mental*. Coleção: A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria; v.1. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2009.

SCOFIELD, L. Toxicomanias aplicadas às psicoses. In: *PHARMAKON Digital* – v.3. nov. 2017 Disponível em: <http://www.pharmakondigital.com/pdf/pharmakon_Ed03_PT.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

THIBIERGE, S. Proximidade do Transexualismo e da Síndrome de ilusão de Frégoli na clínica e na doutrina. In: CZERMAK, M.; JESÚINO, A. (Orgs). *O corpo na psicose*: hipocondria, Cotard, transexualismo. A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria; v.3. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2016.

TYSZLER, J. A propósito das psicoses passionais. In: CZERMAK, M.; SCIARA, L. (Orgs). *As paranóias*. Coleção: A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria; v.2. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2015.

_____. A pele virada pelo avesso: observações sobre o gozo do invólucro. In: CZERMAK, M.; JESÚINO, A. (Orgs). *O corpo na psicose*: hipocondria, Cotard, transexualismo. A clínica da Psicose: Lacan e a Psiquiatria; v.3. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 2016.